



Conta de Gerência

2010





Relatório da Conta de Gerência 2010



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
RELATÓRIO
Gerência – 2010



RELATÓRIO ANUAL

Gerência de 2010



Presidente da Assembleia da República
Jaime José Matos da Gama

Vice-Presidentes

José Eduardo Vera Cruz Jardim
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Secretários da Mesa

Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Abel Lima Baptista
Pedro Filipe Gomes Soares

Vice-Secretários da Mesa

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
Maria Paula da Graça Cardoso

Conselho de Administração

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Presidente

Jorge Fernando Magalhães da
Costa
Representante do GP do PPD/PSD

João Guilherme Nobre Prata
Fragoso Rebelo
Representante do GP do CDS-PP

Helena Maria Moura Pinto
Representante do GP do BE

Bruno Ramos Dias
Representante do GP do PCP

José Luís Teixeira Ferreira
Representante do GP do PEV

Maria Adelina de Sá Carvalho
Secretária-Geral da AR

Francisco José Pereira Alves
Representante dos Funcionários Parlamentares

Glossário

AESD	Assembleia Europeia de Segurança e Defesa
AHP	Arquivo Histórico Parlamentar
ANCV	Assembleia Nacional de Cabo Verde
ANPGB	Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau
ANSTP	Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
APCE	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
AP CPLP	Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
APEM	Assembleia Parlamentar Euro Mediterrânica
APM	Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo
APNATO	Assembleia Parlamentar do Atlântico Norte
AP OSCE	Assembleia Parlamentar Organização p/ Segurança e Cooperação na Europa
AR	Assembleia da República
ARM	Assembleia da República de Moçambique
ASGP	Associação dos Secretários Gerais dos Parlamentos
ASG – PLP	Associação dos Secretários Gerais dos Países de Língua Portuguesa
ASG – UIP	Associação dos Secretários Gerais da União Interparlamentar
AUEO	Assembleia da União da Europa Ocidental
BE	Bloco de Esquerda
BIB	Biblioteca
CADA	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
CAJP	Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz
CDS-PP	Centro Democrático Social – Partido Popular
CFBD-ADN	Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN
CFPI	Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
CFSI	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa
CFSIIC	Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal
CIC / RP	Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
CINF	Centro de Informática da AR
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CNECV	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
CNPD	Comissão Nacional de Protecção de Dados
CNPMA	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida
DAC	Divisão de Apoio às Comissões
DAR	Diários da Assembleia da República
DAPAT	Divisão de Aprovisionamento e Património

DAPLEN	Divisão de Apoio ao Plenário
DE	Divisão de Edições
DGF	Divisão de Gestão Financeira
DILP	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
DP	Divisão de Protocolo
DR	Diário da República
DRAA	Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual
DRHA	Divisão de Recursos Humanos e Administração
DRI	Divisão de Relações Internacionais
DSAF	Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros
DSATS	Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
DSDIC	Direcção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão
ERC	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
FPIA	Fórum Parlamentar Ibero-americano
GABSG	Gabinete do Secretário-Geral
GARIP	Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
GDP	Grupo Desportivo Parlamentar
GP	Grupo Parlamentar
GR%	Grau de Execução (percentagem)
LOFAR	Lei Orgânica da Assembleia da República
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OAR	Orçamento da Assembleia da República
OE	Orçamento de Estado
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PAR	Presidente da Assembleia da República
PCP	Partido Comunista Português
PEV	Partido Ecologista "Os Verdes"
PLC	Processo Legislativo Comum
PNTL	Parlamento Nacional de Timor Leste
POC-AR	Plano Oficial de Contabilidade da Assembleia da República
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
SAR	Serviços da Assembleia da República
SIGAR	Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República
UIP	União Interparlamentar
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Índice

NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	10
1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL	12
1.1 OAR 2010	12
1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL — 2010	16
2. ACTIVIDADES PARLAMENTARES	21
2.1 GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES	26
2.2 COMISSÕES PARLAMENTARES	27
2.3 DIPLOMACIA PARLAMENTAR	28
2.4 GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE	45
2.5 RECEPÇÃO DE DELEGAÇÕES, ENTIDADES OFICIAIS, CERIMÓNIAS E OUTRAS REUNIÕES	46
2.6 OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	54
3. ACTIVIDADES DE APOIO	54
3.1 GESTÃO DAS ACTIVIDADES DE APOIO	55
4. ACTIVIDADE EDITORIAL	63
5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	66
5.1 BILATERAL	66
5.2 MULTILATERAL	70
6. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	71
7. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	78
8. FINANCIAMENTO	84
8.1 ENTIDADES AUTÓNOMAS	84
8.2 SUBVENÇÕES ESTATAIS	86
9. INVESTIMENTOS	87
9.1 PROJECTOS TRANSITADOS PARA 2011	93
10. EXECUÇÃO FINANCEIRA	94
10.1 DAS DESPESAS	94
10.2 DAS RECEITAS	96
11. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA AR A 31 DE DEZEMBRO DE 2010	100
NOTA FINAL	104

Índice de Quadros

QUADRO 1	ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2010	15
QUADRO 2	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	16
QUADRO 3	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS	17
QUADRO 4	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ACTIVIDADES	18
QUADRO 5	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	19
QUADRO 6	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”	24
QUADRO 7	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”	25
QUADRO 8	REUNIÕES (UIP)	30
QUADRO 9	REUNIÕES (APNATO)	31
QUADRO 10	REUNIÕES (APCE)	34
QUADRO 11	REUNIÕES (APEM)	35
QUADRO 12	REUNIÕES (OSCE)	37
QUADRO 13	REUNIÕES (AUJO)	38
QUADRO 14	REUNIÕES (APM)	38
QUADRO 15	OUTRAS REUNIÕES REALIZADAS	41
QUADRO 16	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO	44
QUADRO 17	QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS	54
QUADRO 18	ENCARGOS COM AS “ACTIVIDADES DE APOIO”	54
QUADRO 19	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ACTIVIDADES DE APOIO”	55
QUADRO 20	LANÇAMENTOS EDITORIAIS	65
QUADRO 21	EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	85
QUADRO 22	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	86
QUADRO 23	EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO	88
QUADRO 24	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS	88
QUADRO 25	PROJECTOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2011	93
QUADRO 26	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	94
QUADRO 27	ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2011 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	95
QUADRO 28	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS	97
QUADRO 29	GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2010	98

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2007 A 2010	19
GRÁFICO 2.1	DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2010	20
GRÁFICO 2.2	DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2010	20
GRÁFICO 3	EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES	22
GRÁFICO 4	PESSOAL AFECTO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES	26
GRÁFICO 5.1	EVOLUÇÃO DO Nº DE VISITAS GUIADAS	58
GRÁFICO 5.2	DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO	58
GRÁFICO 6.1	EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS	59
GRÁFICO 7	EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EDITORIAL	66
GRÁFICO 8	EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE CONCURSAL E DE SELECÇÃO	79
GRÁFICO 9	EVOLUÇÃO DO QUADRO DE EFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS	81
GRÁFICO 10	EFECTIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS	81
GRÁFICO 11	EFECTIVOS POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE	82
GRÁFICO 12	EFECTIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL	82
GRÁFICO 13	TRABALHADORES POR GRANDES ÁREAS DE ACTIVIDADE	83
GRÁFICO 14	EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR	98
GRÁFICO 15	EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA FEIRA DO LIVRO DE LISBOA	99
GRÁFICO 16	EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	101

Nota do Conselho de Administração

Nos termos do nº 1 do artigo 59º da LOFAR, o Conselho de Administração elabora o **Relatório** e a **Conta de Gerência** relativos ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010 da XI Legislatura, com os elementos que foram, para o efeito, organizados e trabalhados pelos competentes Serviços da Assembleia da República, sob directa coordenação da Secretária Geral da Assembleia da República.

O Relatório que se apresenta traduz, tendo em conta as alterações que ao longo do ano de 2010 foram introduzidas no OAR inicial aprovado no Plenário em 5 de Fevereiro de 2010, as características gerais na vertente orçamental e financeira da gestão da AR, destacando-se, desde logo, a adaptação decorrente da necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento das Subvenções para as Campanhas das Eleições Autárquicas de 2009, em virtude dos resultados oficiais terem sido publicados em 2010.

Na globalidade das despesas, geriu-se um total de **€196.740.118**, encontrando-se nesta verba incluídas as **transferências para as Entidades Autónomas** e as **subvenções aos Partidos Políticos e às campanhas eleitorais**, com um nível global de **execução de 85,35%**, dos quais:

- **€89.881.801** - Despesa total – **actividade da AR**, com execução de **80,17%**, da qual:
 - **€78.134.606** - Despesas Correntes - **actividade da AR**, com execução de **85,26%**;
 - **€11.747.195** - Despesas de Capital - **actividade da AR**, com execução de **46,29%**;
- **€14.949.427** - Transferências **Entidades Autónomas**, com execução de **95,46%**;
- **€16.976.975** - **Subvenções aos Partidos Políticos**, com execução de **100%**;
- **€54.938.108** - **Subvenções para campanhas eleitorais**, com execução de **81,22%**; e
- **€19.993.807** – **Saldos de Subvenções para as campanhas**, devolvidos ao Tesouro, tendo por isso uma plena execução de **100%**.

Ao nível da **Actividade Parlamentar**, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos de Sessões Plenárias e em Comissões Especializadas, recebeu entidades estrangeiras e esteve representada internacionalmente pelas **delegações na UIP, AP CPLP, APNATO, APCE, APEM, OSCE, AESD/AUEO, APM e FPIA**.

Importa, ainda, assinalar a realização na Assembleia da República da **II Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP)**, que decorreu de 8 a 10 de Março, e teve a participação dos Presidentes e de Deputados dos Parlamentos de Angola, Cabo Verde, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Em matéria de **investimento** destaca-se, no cumprimento do Plano de Investimentos de 2010:

- Ao nível dos **sistemas de informação**:
 - Entrada em funcionamento do **SIGAR - Sistema Integrado de Gestão da AR** a 1 de Janeiro de 2010;
- Ao nível da **gestão das tecnologias de informação**:
 - **Unificação dos vários domínios da AR num domínio único**, simplificando o acesso às soluções informáticas, com evidentes benefícios funcionais e permitindo a racionalização actual e futura dos custos com TI, dada a centralização da infraestrutura de servidores;
- Ao nível dos **sistemas de audiovisual**:
 - Aquisição de **equipamento de televisão de qualidade broadcast** para captação de imagens de televisão para três novas salas de Comissões Parlamentares e Auditório do Novo Edifício.
 - **Adaptação/upgrade do software do sistema de votação electrónica** em resultado das alterações produzidas no sistema informático da Sala das Sessões, assim como a migração para directório único dos directórios dos diversos grupos parlamentares.
- Ao nível das **obras de melhoria/conservação**:
 - **Empreitada de acréscimo de produção térmica no Palácio de S. Bento**, permitindo melhorar o Sistema de Climatização do Hemiciclo, por este se encontrar em fim de vida útil e não satisfazer as exigências funcionais;
 - **Empreitada de remodelação de vãos de acesso ao Canal Parlamento** e climatização do bastidor.

Por outro lado, a intensificação da **actividade editorial** própria, que permite a aproximação da Assembleia e da sua actividade parlamentar ao exterior, através da organização da **exposição José Estêvão: Revolução e Liberdade 1809-1862** (Março-Abril), inserida no programa de comemorações do bicentenário do nascimento de José Estêvão, e da **exposição Res Publica: cidadania e representação política em Portugal, 1820-1926**, no âmbito das comemorações do centenário da República. Depois do sucesso das edições anteriores da iniciativa "**Parlamento de Porta Aberta**", a AR voltou em 2010 a convidar os cidadãos a participarem na celebração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, e nas comemorações do Dia 25 de Abril.

É ainda de registar a continuidade de resposta empenhada e qualificada por parte dos **Funcionários Parlamentares** envolvidos nas diversas vertentes de acção cometidas aos Serviços deste Órgão de Soberania, sendo de considerar o investimento fundamental na sua **formação profissional**, permitindo o crescimento substancial das actividades desenvolvidas pela AR sem um correspondente aumento dos seus efectivos.

1. Enquadramento Orçamental

1.1 OAR 2010

Em 14 de Janeiro de 2010, o Conselho de Administração elaborou a proposta de Orçamento da Assembleia da República para 2010, com base no projecto de OAR2010 coordenado e apresentado pela Secretária Geral, nos termos dos artigos 15º e 24º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, tendo aquele sido aprovado em Plenário, na sessão de 5 de Fevereiro de 2010, pela Resolução da Assembleia da República n.º 11/2010, publicada no Diário da República n.º 28 - I Série A, de 10 de Fevereiro de 2010.

No OAR2010 aprovado, os montantes inscritos para as **despesas correntes e de capital** da actividade da AR ascenderam, respectivamente, a €77.598.203 e €9.604.455, traduzindo globalmente uma **diminuição de 4,5% relativamente ao OAR2009 corrigido**.

Por outro lado, o montante total do **Financiamento de Entidades e Subvenções** foi de €104.202.698,61, apresentando um **decréscimo de 11,2%** face ao OAR2009 corrigido, sendo que esta diminuição decorre essencialmente do facto de, em 2010, se ter procedido apenas à reinscrição das dotações orçamentais das subvenções públicas para a **campanha das Eleições Autárquicas** de 2009 (€57.797.550) e do valor a restituir ao Estado de subvenções não utilizadas (€15.921.893,61), valores que em 2009 acresciam às subvenções para as Eleições Europeias e Legislativas desse ano.

Incluem-se, ainda, no **Financiamento a Entidades em 2010**, as **subvenções aos Partidos Políticos** (€16.976.975) e as **transferências para as Entidades Autónomas** (€13.506.280), cfr Quadro1. Importa salientar que, relativamente ao OAR2009 corrigido, o montante das subvenções públicas a atribuir aos Partidos Políticos diminuiu 1,39%, em resultado dos cálculos efectuados com base nos resultados das Eleições Legislativas realizadas em 2009, sendo que as transferências para as Entidades Autónomas apresentaram um decréscimo de 0,69%.

O OAR2010 foi objecto de uma primeira alteração orçamental, elaborada nos termos do art. 50º da LOFAR, pelo Conselho de Administração em 9 de Junho de 2010, e submetida à aprovação do Plenário da Assembleia da República a 18 de Junho¹, como **1º Orçamento Suplementar 2010**, alterando-se a dotação global das Despesas de €191.405.356,61 para €196.540.118,04 (aumento no valor de **€5.134.761,43**), com os seguintes fundamentos:

¹ Resolução da Assembleia da República n.º 59/2010, publicada no DR n.º 125 - I Série, de 30 de Junho

- Aplicação de medidas de restrição orçamental definidas, que resultaram na **redução das transferências do OE em €1.171.871,67**, destacando-se entre as referidas medidas a **redução de 5% da dotação para Vencimentos de Titulares de Cargos Políticos**, de 1 de Junho até 31 de Dezembro de 2010.
- Integração do diferencial do saldo de gerência da Assembleia da República apurado à data de encerramento da segunda gerência de 2009 - €3.851.014,37 (no OAR2010 foram inicialmente inscritos €15.067.156,12 pelo que o valor efectivamente apurado a 31/12/2009 foi de €18.918.170,49).
- Integração do diferencial do saldo das subvenções para as campanhas eleitorais de anos anteriores - €1.212.471,94 (no OAR2010 foram inicialmente inscritos €73.719.443,61 de saldo de subvenções não utilizado, enquanto o valor efectivamente apurado em sede de encerramento da segunda gerência de 2009 foi de €74.931.915,55).
- Integração do diferencial do saldo de gerência da Provedoria da Justiça apurado à data de encerramento da gerência de 2009 - €195.902,39 (no OAR2010 foram inicialmente inscritos €55.000 e o valor efectivamente apurado a 31/12/2009 foi de €250.902,39).
- Integração do diferencial do saldo de gerência da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd), apurado à data de encerramento da gerência de 2009 - €814.142,09 (no OAR2010 foram inicialmente inscritos €500.000 e o valor efectivamente apurado a 31/12/2009 foi de €1.314.142,09).
- Integração dos saldos de gerência de 2009 das Entidades Autónomas cujos saldos não voltam a integrar os respectivos orçamentos para 2010 (CADA - 93.057,99; CNE - €77.271,82 e CNECV - €62.772,50), com objectivo de devolver aos cofres do Estado esses montantes, num total de €233.102,31;

Importa ainda realçar, no âmbito deste 1ª Orçamento Suplementar:

- **Alterações de classificações económicas** abrangendo as transferências para as entidades autónomas (Entidade Reguladora para a Comunicação Social e Provedoria da Justiça) e as destinadas ao pagamento das Subvenções Estatais aos Partidos Políticos e Campanhas Eleitorais. Estas transferências que anteriormente eram classificadas em rubricas extra-orçamentais passam agora a ser registadas nas rubricas orçamentais "06.03.01 - Transferências do Orçamento de Estado" (relativamente à Receita) e "04.03.05 - Transferências para Serviços e Fundos Autónomos" e "05.07.01 -

Subvenções Estatais” (relativamente à Despesa). Estas alterações vão ao encontro das observações produzidas pelo Tribunal de Contas, quer em sede de parecer sobre a Conta da AR, quer em sede de parecer sobre a Conta Geral do Estado, permitindo uma maior transparência na identificação das verbas que se destinam ao funcionamento da AR e das que passam pelo orçamento da AR mas destinadas a outras entidades.

- **Reajuste das dotações** de diversas rubricas orçamentais que se tornaram necessários em função dos encargos assumidos e não pagos no exercício económico de 2009, traduzido pelos compromissos transitados para o exercício de 2010, cuja cobertura se encontra assegurada pelo saldo de gerência apurado. De um total de €3.253.646,03 de encargos transitados, €2.043.539,74 decorrem de despesas de investimento, nomeadamente com as obras das novas salas das Comissões.

Foi ainda aprovado, em 21 de Dezembro de 2010, pelo Conselho de Administração, o **2º Orçamento Suplementar de 2010**, elaborado nos termos do artigo 50º da LOFAR, tendo sido submetido à aprovação do Plenário da Assembleia da República em 22 de Dezembro de 2010², alterando-se a dotação global das Despesas de **€196.540.118,04** para **€196.740.118,04**, com o objectivo de aumentar em €200.000 a previsão de receitas próprias da CNPD.

Para além dos dois orçamentos suplementares referidos, efectuaram-se **cinco alterações orçamentais verticais** visando reajustar dotações e enquadrar situações pontuais com tradução financeira, entretanto surgidas, as quais **não influenciaram**, contudo, a **despesa global**. Essas alterações foram aprovadas pelo Conselho de Administração, respectivamente, em 24 de Junho, 22 de Julho, 16 de Setembro, 18 de Novembro e 21 de Dezembro do ano em referência. Importa salientar que a 5ª alteração orçamental contemplou a **devolução antecipada ao Tesouro, efectuada em 2010, de €6 milhões** relativos a verbas da campanha para as eleições autárquicas de 2009 que se prevê não serem necessárias para efeitos dos cálculos finais das subvenções a atribuir.

Da execução do OAR2010 decorreu um **saldo de gerência apurado à data de 31 de Dezembro de 2010, a transitar para o ano de 2011, no valor de €30.408.590,44**, dos quais €10.320.078,55 correspondem ao saldo das subvenções para as Eleições Autárquicas de 2009, sendo o remanescente saldo da AR (€20.088.511,89). Deste último, uma parte (€14.404.997,24) foi integrada no OAR inicial de 2011.

² Resolução da Assembleia da República n.º 144/2010, publicada no DR n.º 251- I Série, de 29 de Dezembro

No âmbito financeiro, é de ainda de referir em 2010 a **adesão da AR ao princípio da “Unidade de Tesouraria do Estado”**. Esta adesão, voluntária, traduziu-se no encerramento das contas da AR nos bancos comerciais e respectiva centralização no IGCP, mantendo-se apenas uma conta de menor expressão na CGD para assegurar pagamentos urgentes em horários que o funcionamento do IGCP não permite garantir.

As alterações aprovadas, quer em sede do OAR Suplementar, quer das diversas alterações orçamentais verticais e horizontais (reforços/anulações entre a mesma rubrica de diferentes subactividades), reflectiram-se ao nível das diversas actividades, conforme se apresenta no Quadro 1.

Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2010

Unidade: Euro

Actividades	OAR2009 corrigido	OAR2010 inicial	OAR2010 corrigido	Var%	Var%
	1	2	3	4=2/1	5=3/1
DESPESAS CORRENTES AR	77.603.630	77.026.073	77.532.524	-0,74%	-0,09%
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	38.127.982	36.928.390	36.864.481	-3,15%	-3,31%
ACTIVIDADES DE APOIO	34.125.582	33.148.571	33.785.706	-2,86%	-1,00%
ACTIVIDADE EDITORIAL	2.830.057	2.199.948	2.034.507	-22,26%	-28,11%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	596.966	604.950	676.186	1,34%	13,27%
OUTRAS ACTIVIDADES	827.400	3.815.000	3.841.719	361,08%	364,31%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	244.723	183.944	184.655	-24,84%	-24,55%
OUTRAS ENTIDADES	850.921	145.270	145.270	-82,93%	-82,93%
DESPESAS DE CAPITAL AR	13.209.229	9.592.480	11.735.220	-27,38%	-11,16%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	74.200	140.000	141.985	88,68%	91,35%
INVESTIMENTO	13.135.029	8.576.680	10.631.430	-34,70%	-19,06%
OUTRAS ACTIVIDADES	0	875.800	961.805	n.aplic.	n.aplic.
TOTAL AR CORRENTES E CAPITAL (1)	90.812.859	86.618.553	89.267.743	-4,62%	-1,70%
DESPESAS CORRENTES CONSELHOS	455.076	572.130	602.082	25,72%	32,30%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	159.022	153.160	153.160	-3,69%	-3,69%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	83.554	144.570	157.206	73,03%	88,15%
CONSELHO NAC. PROCRIAÇÃO MED. ASSISTIDA	212.499	199.400	199.697	-6,16%	-6,02%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN.	0	75.000	92.019	n.aplic.	n.aplic.
DESPESAS CAPITAL CONSELHOS	2.000	11.975	11.975	498,75%	498,75%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	0	6.475	6.475	n.aplic.	n.aplic.
CONSELHO NAC. PROCRIAÇÃO MED. ASSISTIDA	2.000	5.500	5.500	175,00%	175,00%
TOTAL CONSELHOS CORRENTES E CAPITAL(2)	457.076	584.105	614.057	27,79%	34,34%
TOTAL AR E CONSELHOS (3=1+2)	91.269.935	87.202.658	89.881.801	-4,46%	-1,52%
ENTIDADES AUTÓNOMAS	13.599.900	13.506.280	14.949.427	-0,69%	9,92%
SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS	17.217.153	16.976.975	16.976.975	-1,39%	-1,39%
SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	86.473.318	57.797.550	54.938.108	-33,16%	-36,47%
SALDOS SUBVENÇÕES PARA AS CAMPANHAS	0	15.921.894	19.993.807	n.aplic.	n.aplic.
TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇ	208.560.306	191.405.357	196.740.118	-8,23%	-5,67%

Da análise do Quadro 1 ressalta que o OAR2010, face ao OAR2009, apresenta um decréscimo de **5,67% da despesa global (o decréscimo é de 1,52% excluindo as Entidades Autónomas, subvenções aos partidos políticos e subvenções públicas para as campanhas eleitorais)**. Este comportamento é determinado pela diminuição de encargos afectos às subvenções para as campanhas eleitorais, decorrente do facto da verba inscrita em 2010 incluir sobretudo o pagamento da subvenção para a campanha das Eleições Autárquicas de 2009 (a publicação

dos resultados eleitorais só ocorreu em Março de 2010), enquanto em 2009 incluía subvenções estatais para três actos eleitorais – Parlamento Europeu, Autárquicas e Legislativas.

Em “Despesas Correntes” a variação positiva de **0,10%** decorre, principalmente, do aumento verificado em “Outras actividades”, em que se inclui exclusivamente a dotação provisional da AR para fazer face às eventuais despesas correntes inadiáveis que não tenham sido previstas em sede de orçamento inicial. Face às medidas de extrema contenção orçamental, em 2010 o montante de despesas correntes manteve-se praticamente inalterado, apresentando a dotação provisional uma variação positiva face a 2009 de €3.014.319 (364,31%), o que representa parte da “poupança” conseguida pela AR em 2010.

No que se refere às “Despesas de Capital”, o Quadro 1 evidencia um decréscimo de **11,08%**, sendo, em termos absolutos, a subactividade “Investimento” (-19,06%) que apresenta a maior variação, face ao investimento realizado no ano 2009 que ainda incluiu parte da grande obra realizada na Sala das Sessões.

1.2 Execução Orçamental — 2010

Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2010 corrigido	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPEAS CORRENTES	78.134.606	66.617.784	85,26%
DESPEAS DE CAPITAL	11.747.195	5.438.007	46,29%
TOTAL AR	89.881.801	72.055.791	80,17%
ENTIDADES AUTÓNOMAS	14.949.427	14.271.007	95,46%
SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS	16.976.975	16.976.974	100,00%
SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	54.938.108	44.618.030	81,22%
SALDOS SUBVENÇÕES PARA AS CAMPANHAS	19.993.807	19.993.807	100,00%
TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇÕES	196.740.118	167.915.609	85,35%

Em 2010, os encargos assumidos atingiram o montante de €167.915.609 (Quadro 2), o que se traduziu numa execução orçamental de **85,35%**, registando-se uma diferença de €28.824.509, entre o valor total orçamentado e o valor dos encargos assumidos. O grau de execução orçamental registado é também influenciado pela dotação do OAR 2010 não executada que estava afecta às subvenções públicas para as campanhas das Eleições Autárquicas, que ocorreram em 2009, em virtude dos primeiros pagamentos apenas terem ocorrido após a publicação dos resultados eleitorais, em Março de 2010, faltando ainda executar 18,78% (€10.320.078), aquando da redistribuição de excedentes.

Conforme já referido, muito embora não esteja ainda concluído o processo de pagamento da referida subvenção estatal, **procedeu-se ainda em 2010 à devolução ao Tesouro da verba de €6.000.000** que não se prevê ser necessária no processo de redistribuição de excedentes.

Verifica-se, conforme Quadro 3, que o grau de execução das despesas correntes e de capital da AR foi de **80,17%** pelo que, com o objectivo de melhor esclarecer a execução da actividade da AR em 2010, far-se-á de agora em diante uma análise que **não inclui quer os montantes transferidos para as Entidades Autónomas quer as mencionadas Subvenções Estatais para os Partidos Políticos e para as Campanhas Eleitorais.**

Quadro 3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2010 corrigido sem Transf. Entid.Autónomas /Subvenções	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	78.134.606	66.617.784	85,26%
DESPESAS DE CAPITAL	11.747.195	5.438.007	46,29%
TOTAL DAS DESPESAS	89.881.801	72.055.791	80,17%

O nível de execução orçamental foi de 85,26% em “Despesas Correntes” e de 46,29% em “Despesas de Capital”, constituindo estas percentagens as que verdadeiramente traduzem a execução resultante da actividade normal da AR.

Desagregando a execução por actividades (Quadro 4), face à respectiva natureza de despesa, a taxa de execução orçamental mais elevada, **em despesas correntes**, é atingida em “Actividades Parlamentares” (94,44%), seguida da “Actividade de Apoio” (88,68%).

Ainda da análise do Quadro 4 importa salientar que, no ano de 2010, em termos de estrutura da despesa, o peso orçamental das “Actividades Parlamentares” foi de 48,32%, logo seguido das “Actividades de Apoio” que representam 41,58% do total orçamentado.

Quadro 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ACTIVIDADES

Unidade: Euro

Actividades	OAR2010 corrigido	Encargos assumidos		
		montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	36.864.481	34.816.487	94,44%	48,32%
ACTIVIDADES DE APOIO	33.785.706	29.962.655	88,68%	41,58%
ACTIVIDADE EDITORIAL	2.034.507	892.447	43,87%	1,24%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	676.186	352.886	52,19%	0,49%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA EU	0	0	n. aplic.	0,00%
OUTRAS ACTIVIDADES*	3.841.719	0	n. aplic.	0,00%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	184.655	135.858	73,57%	0,19%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMA	153.160	119.693	78,15%	0,17%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	157.206	77.218	49,12%	0,11%
OUTRAS ENTIDADES	145.270	104.555	71,97%	0,15%
CONSELHO NAC. PROCRIAÇÃO MED. ASSIST	199.697	108.260	54,21%	0,15%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CR	92.019	47.724	51,86%	0,07%
DESPESAS CORRENTES (1)	78.134.606	66.617.784	85,26%	92,45%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	141.985	102.883	0,00%	0,14%
INVESTIMENTO	10.631.430	5.331.534	50,15%	7,40%
OUTRAS ACTIVIDADES*	961.805	0	n. aplic.	0,00%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	6.475	3.590	55,44%	0,00%
CONSELHO NAC. PROCRIAÇÃO MED. ASSIST	5.500	0	n. aplic.	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL (2)	11.747.195	5.438.007	46,29%	7,55%
TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)	89.881.801	72.055.791	80,17%	100,00%

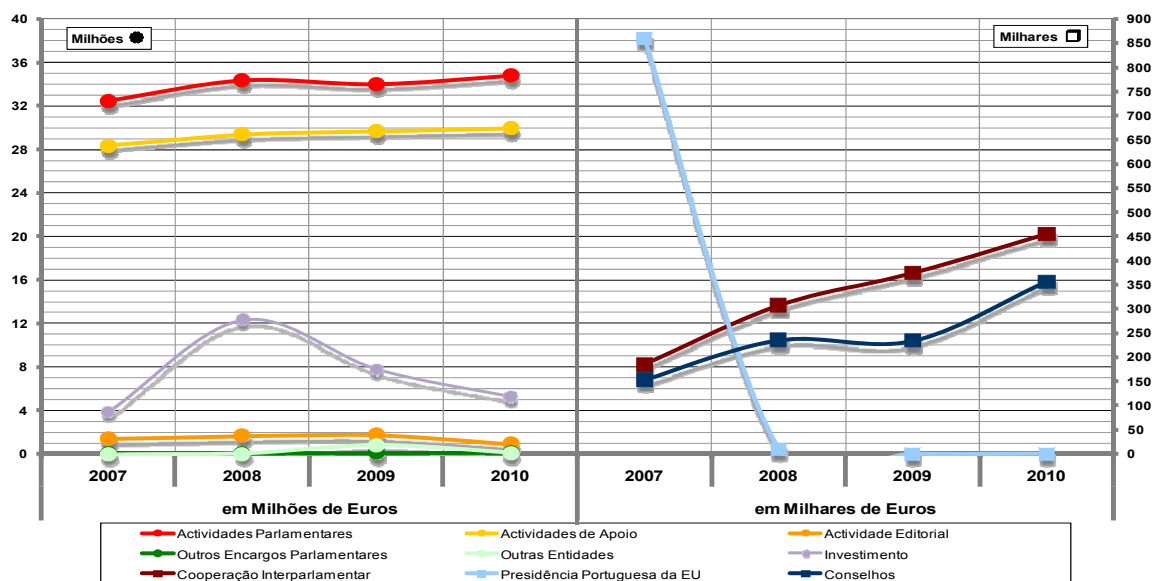
(*) Dotação Provisional não utilizada

No que respeita às **despesas de capital**, cuja taxa de execução foi de 46,29%, salienta-se a subactividade “Investimento” com uma realização de 50,15%, indicador que traduz uma redução de 9,46% face ao ano de 2009, situação que é explicada pelas medidas de contenção orçamental aplicadas ao orçamento para 2010, com “poupanças” definidas também em rubricas de investimento.

Importa ainda reter que a “Obra da Sala das Sessões” foi efectivamente concluída no ano de 2009, sendo que as empreitadas concluídas que integraram o Plano de Investimentos de 2010 foram as seguintes:

- Empreitada de acréscimo de produção térmica no Palácio de S. Bento;
- Empreitada de remodelação de vãos de acesso ao Canal Parlamento
- Fornecimento com instalação de um novo ascensor para substituição do elevador nº 12 do Palácio de S. Bento
- Empreitada de construção de infra-estrutura para equipamentos áudio e de projecção nas novas salas das comissões

Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2007 A 2010



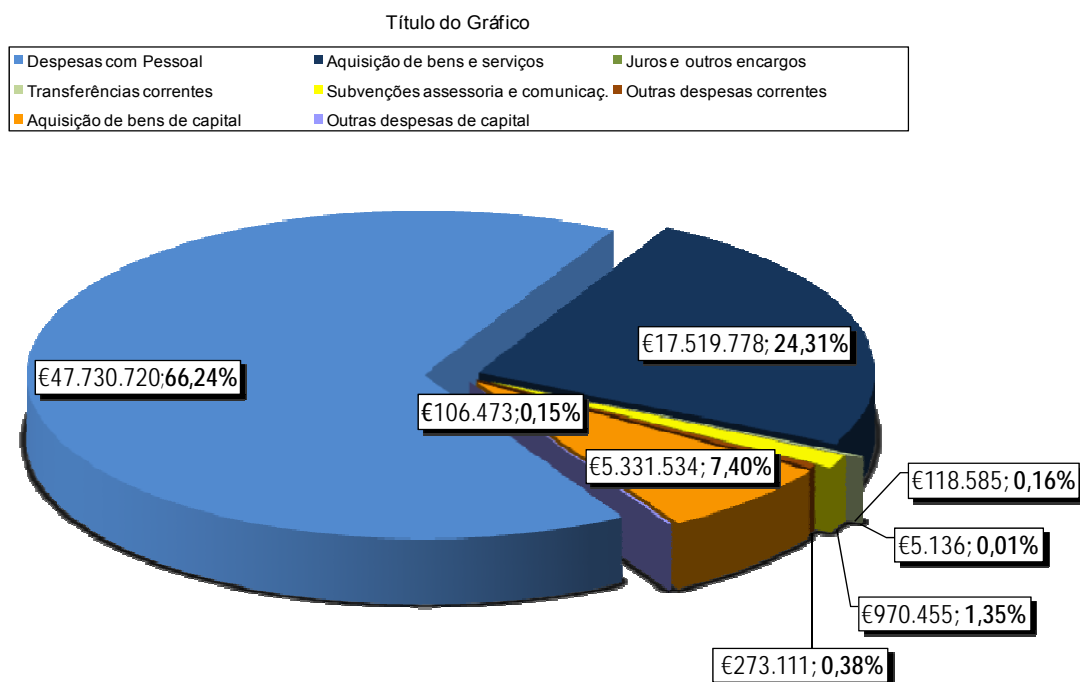
A evolução da despesa realizada por actividades, no decurso dos últimos quatro anos, consta do Gráfico 1, verificando-se que, no ano de 2010, houve um decréscimo ou estabilização das despesas realizadas no âmbito das várias subactividades, com excepção da “Cooperação Parlamentar” e das subactividades inerente aos diversos “Conselhos” que apresentam, respectivamente, um crescimento de 21,67% e 52,58% (cfr. Quadro 5), este último resultante do aumento do número de Conselhos e da correspondente actividade. Por outro lado, salienta-se o decréscimo de 31,91%, na subactividade “Investimentos” que se traduz, em termos absolutos, no montante de €2.498.287.

Quadro 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

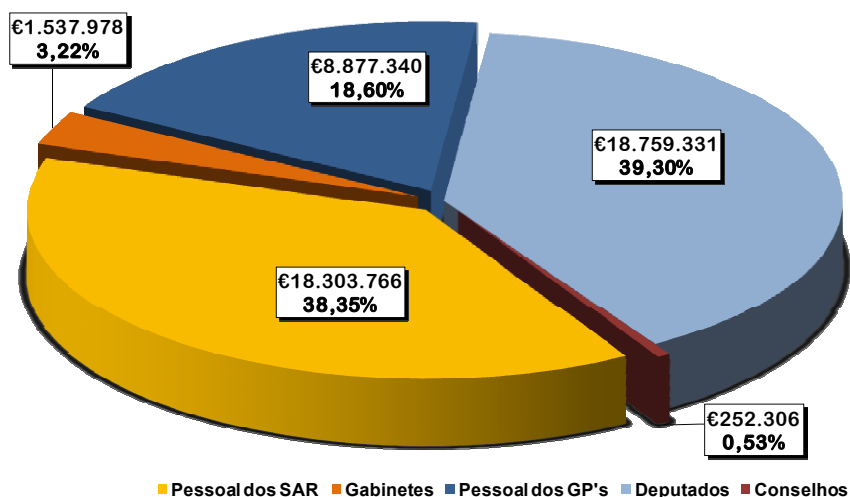
Actividades	Encargos Assumidos		Var%
	2009	2010	
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	34.030.482	34.816.487	2,31%
ACTIVIDADES DE APOIO	29.693.058	29.962.655	0,91%
ACTIVIDADE EDITORIAL	1.744.192	892.447	-48,83%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	374.592	455.769	21,67%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	112.741	135.858	20,50%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	126.772	119.693	-5,58%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	42.541	80.808	89,95%
OUTRAS ENTIDADES	807.150	104.555	-87,05%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	64.325	108.260	68,30%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN.		47.724	n. aplic.
INVESTIMENTO	7.829.821	5.331.534	-31,91%
TOTAL DAS DESPESAS	74.825.675	72.055.791	-3,70%

Gráfico 2.1 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2010



O Gráfico 2.1 apresenta a **distribuição da despesa**, por agrupamento económico: as “Despesas com o Pessoal” representam **66,24%** do total da despesa de 2010, seguidas das “Aquisições de Bens e Serviços” (**24,31%**) e das “Aquisições de Bens de Capital”, que representam **7,40%**.

Gráfico 2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2010



O gráfico 2.2 evidencia os encargos englobados na rubrica orçamental “Despesas com Pessoal”. De acordo com os princípios do classificador económico, esta rubrica integra os encargos com remunerações e outras despesas com o pessoal dos Serviços da Assembleia da

República, para além de outros encargos de idêntica natureza, nomeadamente com Deputados. De acordo com a realidade patente no Gráfico 2.2, verifica-se uma distribuição quase equitativa na partição dos encargos relacionados, por um lado, com **“Pessoal dos SAR”** (38,35%) e, por outro, os encargos imputáveis a **“Deputados”** (39,30%), enquanto os encargos com **“Pessoal afecto aos “Gabinetes de apoio aos Grupos Parlamentares”** representam 18,6%. Já os encargos com o **“Pessoal nomeado para os Gabinetes da AR”** constitui **3,22%** do encargo total com remunerações e o pessoal afecto aos **Conselhos**, integrados no orçamento da AR, apresentam uma ponderação residual de meio ponto percentual (0,53%).

2. Actividades Parlamentares

Do conjunto das actividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam directamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, com funções legislativas e de orientação e fiscalização política, bem como a competência electiva de outros órgãos.

Não obstante a actividade política do Parlamento ser objecto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do art. 291º do Regimento, referem-se desde já alguns indicadores próprios dessa actividade.

Assim, em 2010, realizaram-se **100 reuniões plenárias** e **1 da Comissão Permanente**. Ainda no âmbito da actividade parlamentar, foram realizadas **24 Conferências dos Representantes do Grupos Parlamentares** (vulgo, Conferência de Líderes).

Durante o ano de 2010 realizaram-se ainda **23 reuniões do Conselho de Administração**.

Acresce assinalar que deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: **40 Propostas de Lei, 364 Projectos de Lei, 41 Propostas de Resolução, 304 Projectos de Resolução, 6 Projectos de Deliberação, 51 Apreciações Parlamentares, 5 Inquéritos Parlamentares, 2 Projectos de Regimento, 10 Projectos de Revisão Constitucional**, tendo sido aprovadas 4 Leis Orgânicas, 105 Leis, 133 Resoluções e 3 Deliberações.

Foram apresentados pelos Deputados os seguintes **Requerimentos**: 1098 ao Governo, 2568 à Administração Local, 1 à Assembleia da República, 4 às Regiões Autónomas e 113 a Entidades Independentes. No mesmo ano foram dadas as seguintes **respostas**: 676 pelo Governo, 1738 pela Administração Local, 2 pelas Regiões Autónomas e 85 pelas Entidades Independentes.

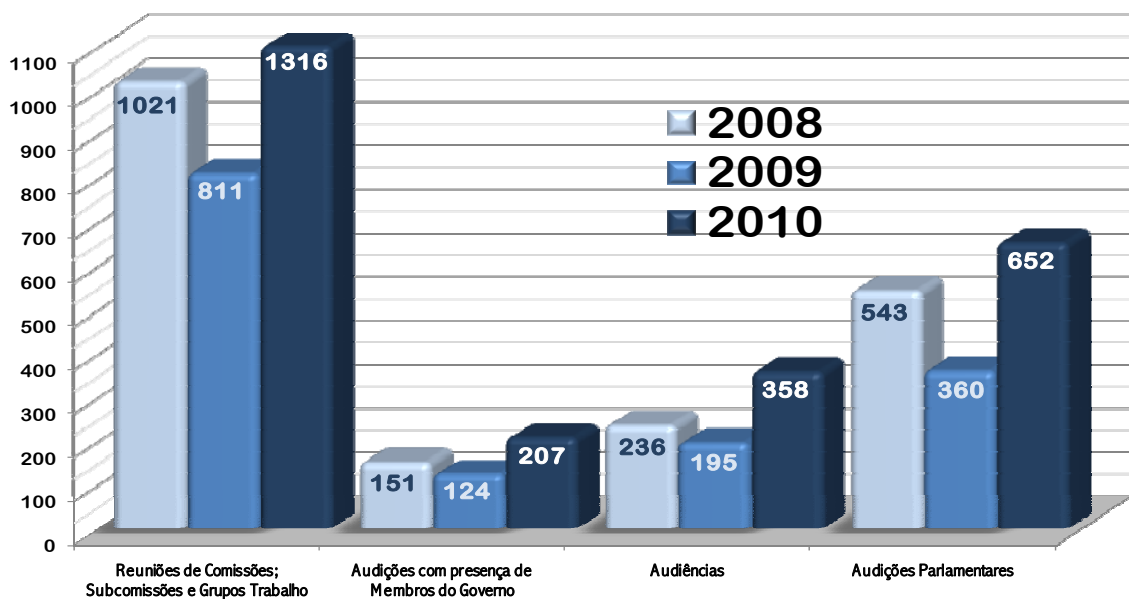
Foram ainda apresentadas pelos Deputados 5861 perguntas, tendo obtido resposta, durante o ano de 2010, 3602 perguntas.

Durante o ano de 2010 procedeu-se também à preparação, organização e acompanhamento das eleições para os seguintes órgãos: um Juíz para o Tribunal Constitucional, dois membros para o Conselho Superior de Segurança Interna e um membro suplente da delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Atlântico Norte (NATO).

No ano de 2010 as Comissões, as Subcomissões e os Grupos de Trabalho efectuaram 1316 reuniões, das quais **207 contaram com a presença de Membros do Governo**, num total de 652 audições. Foram ainda concedidas **358 audiências** pelas Comissões.

Relativamente ao período compreendido entre 2008 e 2010 verificam-se as diferenças evidenciadas, de forma sintética, no gráfico 3 que a seguir se apresenta.

Gráfico 3 – EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES



Verifica-se, assim, que no ano de 2010 ocorreu um aumento do número de reuniões das comissões, subcomissões e grupos de trabalho globalmente considerados, que passaram de 811 em 2009 para 1316 em 2010, ou seja, tiveram um acréscimo de 62%.

Também o número total de audições realizadas pelas Comissões registou uma subida de 81%, passando de 360 em 2009 para 652 em 2010. No mesmo sentido, as audiências realizadas pelas comissões registaram, em 2010, um aumento de 83%, passando de 195 para 358.

Os aumentos assinalados aproximam-se dos números já compulsados em 2008, agora com um sinal mais, bem demonstrativos do enorme dinamismo de funcionamento das comissões, sendo

que os resultados do ano de 2009 encontram-se plenamente justificados, pois tratou-se de um ano com 3 actos eleitorais que obrigaram a períodos de interrupção da actividade parlamentar.

Em 2010 deram entrada **110 petições**, 49 das quais subscritas por mais de 4.000 cidadãos, e 42 remetidas por via electrónica. Comparativamente com 2009 houve também um aumento significativo de 96,43% uma vez que, nesse ano, deram entrada 56 petições, 30 das quais subscritas por mais de 4.000 cidadãos, e 16 apresentadas por via electrónica.

Por outro lado, a actividade parlamentar originou a produção de **722 Diários da Assembleia da República** (versão exclusivamente electrónica) (+17,5%), distribuídos por 100 números da **1.ª Série** (+6%) e 642 da **2.ª Série** (+21%). Na 1ª Série do DAR foram trabalhadas 16.074 páginas (+23%) e na 2ª Série foram trabalhadas 193.038 páginas (+31%). De 3 **Comissões Eventuais**, correspondentes a 206 horas de gravação foram transcritas 7.540 páginas.

No sistema de gravação digital (**DIGIAUDIO**) foram gravadas 4.259 horas, correspondentes a 100 reuniões do Plenário da Assembleia da República (309h) e a 1316 reuniões das Comissões Parlamentares e de outros eventos (3.950h).

Já o **Canal Parlamento** produziu 4.880 horas de emissão (em directo e em diferido) (+13%), correspondentes a reuniões do Plenário, das Comissões Parlamentares e de outros eventos realizados na AR, designadamente Conferências e Colóquios. Entretanto, conclui-se o projecto com vista à instalação em 3 novas salas de Comissões Parlamentares e no auditório do Novo Edifício de equipamento de televisão de qualidade *broadcast*, após a realização do respectivo concurso público internacional. O **site do Canal Parlamento** disponibilizou no seu **arquivo on line** 317 gravações de vídeo de reuniões do Plenário, das Comissões Parlamentares e de outros eventos.

Realizaram-se, também, 86 verificações de quórum/votações no **sistema de votação electrónica**.

Em termos globais, e como se infere do Quadro 4, as “**Actividades Parlamentares**” representam **48,32% dos encargos assumidos** e obtiveram um **nível de execução de 94,44%**. Regista-se no Quadro 6, a correspondente desagregação da despesa realizada pelas respectivas subactividades:

Quadro 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

Actividade Parlamentar	OAR2010	Encargos assumidos		
	Corrigido	montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
Presidente da Assembleia da República	124.267	122.802	98,82%	0,35%
Gabinete de Apoio ao PAR	587.670	575.843	97,99%	1,65%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1.049.007	980.478	93,47%	2,82%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	476.941	462.897	97,06%	1,33%
Conselho de Administração	67.861	67.860	100,00%	0,19%
Grupos Parlamentares	1.070.921	1.070.920	100,00%	3,08%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	9.232.860	8.739.671	94,66%	25,10%
Comissões Parlamentares	804.547	432.380	53,74%	1,24%
Deputados	21.029.549	20.760.463	98,72%	59,63%
Parlamento Europeu	60.360	58.888	97,56%	0,17%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	23.160	11.972	51,69%	0,03%
Deslocações em Território Nacional	19.700	6.786	34,45%	0,02%
Deslocações ao Estrangeiro	1.345.357	914.673	67,99%	2,63%
Grupos Parlamentares de Amizade	15.008	3.240	21,59%	0,01%
Recepção de Delegações e Entidades Oficiais	828.608	509.451	61,48%	1,46%
Programa Parlamento Jovem	128.665	98.163	76,29%	0,28%
TOTAL DAS DESPESAS	36.864.481	34.816.487	94,44%	100,00%

O Quadro 6 permite, assim, avaliar a **estrutura dos encargos** assumidos por cada uma das dezasseis subactividades que integram as “Actividades Parlamentares”, bem como o respectivo grau de execução orçamental, **concluindo-se que 84,73% do total dos encargos assumidos** correspondem às seguintes componentes:

- **“Deputados”** – que integra as despesas com as respectivas componentes remuneratórias, nomeadamente: vencimento e vencimento extraordinário (ambos objecto de redução remuneratória de 5% a partir de Junho de 2010), despesas de representação, ajudas de custo, despesas de deslocação e transporte, prestações familiares e complementares, contribuições para a CGA e segurança social (ambas encargos da entidade patronal), seguros e subsidio de reintegração, (59,63%); e
- **“Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares”** – onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afecto a estes Gabinetes e respectivos encargos sociais obrigatórios para a CGA e Segurança Social (25,10%).

Quadro 7 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

Actividade Parlamentar	Encargos assumidos		
	2009	2010	Var%
	1	2	3=2/1
Presidente da Assembleia da República	123.301	122.802	-0,41%
Gabinete de Apoio ao PAR	500.737	575.843	15,00%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1.045.351	980.478	-6,21%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	275.701	462.897	67,90%
Conselho de Administração	72.828	67.860	-6,82%
Grupos Parlamentares	1.036.293	1.070.920	3,34%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8.072.831	8.739.671	8,26%
Comissões Parlamentares	246.242	432.380	75,59%
Deputados	19.036.121	20.760.463	9,06%
Deputados - vencimentos	11.611.567	11.120.035	-4,23%
Parlamento Europeu	791.998	58.888	-92,56%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	21.566	11.972	-44,49%
Deslocações em Território Nacional	16.916	6.786	-59,88%
Deslocações ao Estrangeiro	2.019.633	914.673	-54,71%
Grupos Parlamentares de Amizade	12.267	3.240	-73,59%
Recepção de Delegações e Entidades Oficiais	665.828	509.451	-23,49%
Programa Parlamento Jovem	92.869	98.163	5,70%
TOTAL DAS DESPESAS	34.030.482	34.816.487	2,31%

Relativamente à evolução dos encargos assumidos, de 2009 para 2010, (Quadro 7), as “Actividades Parlamentares”, em termos globais, registaram um **acréscimo de 2,31%**, variação influenciada pela execução orçamental das subactividades “Comissões Parlamentares” (75,59%), em virtude da menor actividade das Comissões Parlamentares no ano de 2009 (ano de Eleições Legislativas), e “Gabinetes de Apoio aos Vice - Presidentes, Secretários e Vice-Secretários” (67,90%), devido à melhor classificação dos encargos com pessoal desses Gabinetes, nomeadamente com os motoristas, que anteriormente eram afectos à subactividade “Serviços da AR”.

A taxa de variação da subactividade “Deputados” resultou de variações de sinal contrário nas suas diversas componentes. Assim, há a **considerar as reduções de 5% nos vencimentos dos cargos políticos**, introduzidas pela Lei 12-A/2010, de 30 de Junho, **que se traduzem numa redução de 4,23%**, e em simultâneo com aumentos de:

- “subsídios de reintegração”, atribuídos aos deputados que cessaram funções no final da X Legislatura e que a eles tinham direito;
- “despesas de representação”, em virtude do maior número de Deputados abrangidos e do pagamento em 2010 de retroactivos relativos a Outubro de 2009, início da Legislatura. Têm direito a despesas de representação os deputados que declarem no registo de interesses que não exercem regularmente qualquer actividade económica remunerada ou de natureza liberal;
- “ajudas de custo”, dada a maior actividade parlamentar face ao ano de 2009, em que houve interrupção para realização das Eleições Legislativas;

- “encargos da entidade patronal com CGA e Segurança Social” em resultado dos aumentos das taxas contributivas aplicáveis à entidade patronal, nomeadamente no que respeita à CGA que subiu em 2010 de 11% para 15%.

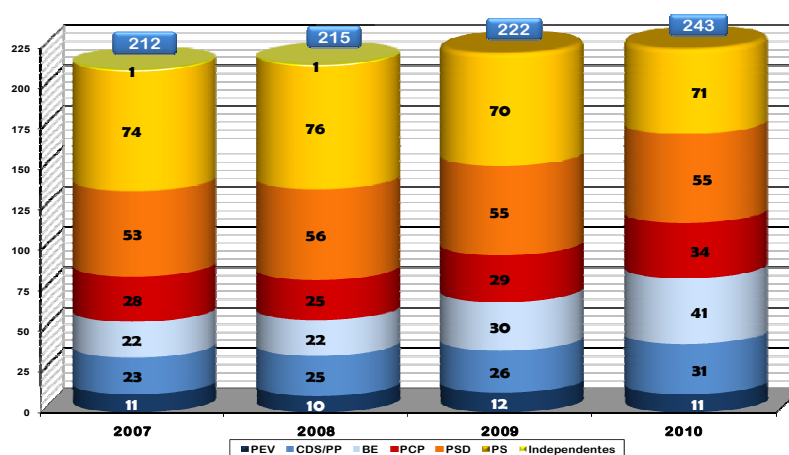
Relativamente aos “Gabinetes de Apoios aos GP’s”, cujo aumento foi de 8,29%, importa ressaltar não só o aumento de plafone para remunerações dos funcionários dos GP’s, de 2009 para 2010, em função do aumento da retribuição mínima mensal garantida, mas também o aumento dos encargos da AR enquanto entidade patronal para a CGA e Segurança Social.

Por outro lado, para além dos **decréscimos** que advêm da redução remuneratória de 5% das remunerações de cargos políticos aplicada a partir de Junho de 2010, evidenciam-se os seguintes decréscimos: **92,56%** na subactividade “Parlamento Europeu”, uma vez que o Parlamento Europeu passou a suportar os encargos com remunerações dos Deputados Europeus que eram anteriormente suportadas pela AR, com excepção de uma Deputada que optou pela remuneração nacional; e **54,71%** na subactividade “Deslocações ao estrangeiro” relacionada com os novos normativos utilizados nas deslocações dos Senhores Deputados que, por exemplo, em viagens de curta duração passam a utilizar a classe económica, entre outras medidas de contenção definidas.

2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução nos últimos quatro anos, do número de funcionários por Grupo Parlamentar, à data de 31 de Dezembro, é apresentada no Gráfico seguinte.

Gráfico 4 – PESSOAL AFECTO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES



A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR, para suportar os encargos com o pessoal que integra os Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares no que respeita às rubricas de vencimentos, subsídio de férias e Natal, remunerações por doença, maternidade e paternidade, pessoal aguardando aposentação e horas extraordinárias é da estrita responsabilidade de cada um dos Grupos Parlamentares.

No entanto, refira-se que **os encargos sociais acarretam um custo crescente não incluído no plafond atribuído aos GP's**, mantendo, à semelhança de anos anteriores, um ritmo de crescimento nomeadamente com as contribuições obrigatórias da entidade patronal quer para a Segurança Social quer para a CGA (neste caso, com início no ano de 2008):

Anos	Segurança Social (€)	Var%
2006	671.037,00	n. apl
2007	724.012,00	7,9%
2008	1.064.797,00	47,1%
2009	1.130.698,00	6,2%
2010	1.346.689,51	19,1%

2.2 Comissões Parlamentares

Em 2010, no decurso da **1ª Sessão Legislativa da XI Legislatura** e ainda no início da **2ª sessão Legislativa**, funcionaram 13 comissões parlamentares permanentes:

- 1.ª Comissão: Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
- 2.ª Comissão: Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;
- 3.ª Comissão: Comissão de Defesa Nacional;
- 4.ª Comissão: Comissão de Assuntos Europeus;
- 5.ª Comissão: Comissão de Orçamento e Finanças;
- 6.ª Comissão: Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia;
- 7.ª Comissão: Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Regional e Pescas
- 8.ª Comissão: Comissão de Educação e Ciência;
- 9.ª Comissão: Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- 10.ª Comissão: Comissão de Saúde;
- 11.ª Comissão: Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública;
- 12.ª Comissão: Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local;
- 13.ª Comissão: Comissão de Ética, Sociedade e Cultura.

Durante o ano de 2010, funcionaram, também, **4** Comissões Eventuais, a saber:

- Comissão Eventual para o acompanhamento político do fenómeno da corrupção e para a análise integrada de soluções com vista ao seu combate;
- Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à actuação do Governo em relação à Fundação para as Comunicações Móveis;
- Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar relativa à “Relação do Estado com a Comunicação Social e, nomeadamente, a actuação do Governo na compra da TVI”;
- Comissão Eventual para a Revisão Constitucional.



No seguimento da política de aproximação ao cidadão iniciada em 2006, as Comissões Parlamentares realizaram vários eventos, num total de 45, destacando-se os **seminários** e **conferências**, nacionais e internacionais, a cerimónia de entrega do Prémio dos Direitos Humanos, bem como diversas **audições públicas** e **visitas** (as Comissões, Subcomissões e Grupos de Trabalho participaram, em 2010, em 173 visitas externas e deslocações).

2.3 Diplomacia Parlamentar

No domínio das Organizações Internacionais e Interparlamentares das quais a Assembleia da República é membro, e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, a Assembleia da República participou, por intermédio das suas representações permanentes e/ou extraordinárias, em diversas reuniões internacionais.

Por outro lado, a elevada actividade das Delegações da Assembleia da República, durante 2010, junto das **organizações parlamentares internacionais** teve efeitos directos ao nível do **exercício de cargos** por Deputados portugueses. Assim:

- O Deputado Eduardo Cabrita (PS) continuou a desempenhar o cargo de Presidente da Comissão para a Promoção da Qualidade de Vida, Intercâmbios Humanos e da Cultura da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica, tendo assegurado um novo mandato para Portugal durante o biénio 2010-2012.
- O Deputado José Vera Jardim (PS), desempenhou o cargo de Vice-Presidente da AESD/AUEO durante as 58ª e 59ª Sessões da AESD/AUEO, tendo sido, no decurso da 59ª Sessão, reeleito para o mesmo cargo que deverá desempenhar durante a 60.ª e última Sessão, a ter lugar em 2011.
- O Deputado Miranda Calha (PS), desempenhou o cargo de Presidente da Comissão de Defesa e Segurança da APNATO durante o ano de 2010, tendo cessado o seu mandato na 56ª Sessão Anual, que teve lugar em Varsóvia em Novembro de 2010.
- Na Sessão Anual da APNATO acima referida, presidida pelo Deputado José Lello, os membros da Delegação portuguesa foram eleitos para os seguintes cargos:
 - Vice-presidente da Comissão Política: Deputado José Lello - PS
 - Vice-presidente da Subcomissão para as Relações Transatlânticas: Deputado José Luís Arnaut - PSD
 - Vice-Presidente da Comissão para Dimensão Civil da Segurança: Deputado Vitalino Canas - PS (reeleição)



- Relator especial para o Afeganistão da Comissão para Dimensão Civil da Segurança: Deputado Vitalino Canas - PS (reeleição)
- Vice-presidente da Comissão de Defesa e Segurança: Deputado Miranda Calha - PS
- Vice-presidente da Subcomissão para o Futuro das Capacidades de Segurança e Defesa: Deputado Pacheco Pereira - PSD (reeleição)
- Vice-presidente da Subcomissão para a Segurança Energética e Ambiental: Deputada Luísa Salgueiro - PS

O desempenho desses cargos contribuiu para a realização de um maior número de reuniões destas organizações em Portugal, bem como levou a que os Deputados da Assembleia da República passassem a ter um papel mais relevante na orientação política das mesmas.

2.3.1. Das reuniões realizadas no âmbito da **União Interparlamentar (UIP)**, destaca-se a participação do Presidente da Assembleia da República na 3ª Conferência Mundial de Presidentes de Parlamentos, em Genebra de 18 a 21 de Julho. A reunião teve como tema geral, "Os Parlamentos num mundo em crise: garantir a responsabilidade democrática mundial para um bem comum".

A Delegação da AR à UIP participou na 122ª Assembleia que decorreu em Banguécoque (27 de Março a 1 de Abril), centrando os seus trabalhos, no Plenário e nas Comissões Permanentes, nos seguintes temas:

- A Cooperação e a responsabilidade partilhada na luta mundial contra o crime organizado, nomeadamente o tráfico de drogas, a venda ilícita de armas, o tráfico humano e o terrorismo transfronteiriço;
- O papel dos parlamentos no desenvolvimento da cooperação sul-sul e triangular com vista ao acelerar a realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento;
- A participação dos jovens no processo democrático.

De 4 a 6 de Outubro, realizou-se em Genebra a 123ª Assembleia da UIP, na qual esteve representada a AR e onde foram debatidos os seguintes pontos:

- Prevenir a violência eleitoral e assegurar uma transição política sem problemas;
- A gestão dos recursos naturais, da produção agrícola e das alterações demográficas;
- A transparência e a responsabilização no financiamento de partidos políticos.

As deslocações feitas no âmbito da UIP foram distribuídas da seguinte forma:

Quadro 8 – Reuniões (UIP)

Reuniões (UIP)	N.º Deputados
122ª Assembleia da União Interparlamentar	7
123ª Assembleia da União Interparlamentar	5
Terceiro Fórum da Aliança das Civilizações das Nações Unidas	2

De referir que, em paralelo às Assembleias da UIP, decorreram as reuniões da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos (ASGP), de que é membro e presidente honorária, a Secretária-Geral da Assembleia da República.

2.3.2. No que respeita à **Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP)** decorreu, de 8 a 10 de Março, na Assembleia da República de Portugal, a II Reunião da AP-CPLP. Participaram nesta reunião os Presidentes e Deputados dos Parlamentos de Angola, Cabo Verde, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A AR esteve presente com uma delegação de cinco Deputados, chefiada pelo Presidente Jaime Gama.

As Deputadas Maria do Rosário Carneiro (PS) e Manuela Augusto (PS) participaram na IV Conferência da Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP que teve lugar no dia 8 de Março, na Assembleia da República de Portugal.

No âmbito das suas actividades correntes, a Delegação da AR à AP-CPLP reuniu duas vezes, em 2010, com o Secretário Executivo da CPLP.

2.3.3. No âmbito da **Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO)**, e no decurso do ano de 2010, os principais assuntos tratados nesta organização foram a Segurança Marítima: papel e coordenação da NATO e da UE; Desafio à Governação do Afeganistão (tema para o qual foi Relator Especial o Senhor Deputado Vitalino Canas - PS); Balcãs Ocidentais, 15 anos depois de Dayton: objectivos alcançados e perspectivas; Parceria com as forças de Segurança Nacional afegãs; Segurança no topo do mundo: há um papel para a NATO no Grande Norte?; Armas nucleares não-estratégicas dos EUA na Europa; O impacto da crise financeira na Europa Central e de Leste; Recessão Global, Pobreza e Insegurança no Mundo em Desenvolvimento; Alterações económicas de Longo Prazo e a alteração do equilíbrio de Poderes Global; Uma estratégia energética sustentável para a Aliança; Proliferação de armamento nuclear e de destruição maciça e defesa anti-míssil: criando uma nova parceria com a Rússia; e Alterações climáticas: Desafios pós-Copenhaga; Coesão da Aliança; A NATO e os Países de Contacto (tema para o qual foi Relator o Senhor Deputado José Luis Arnaut - PSD); e Segurança no Golfo e na Península árabe: uma agenda para a NATO.

As deslocações da Delegação Parlamentar Portuguesa à APNATO distribuíram-se da seguinte forma:

Quadro 9 – Reuniões (APNATO)

Reuniões (APNATO)	N.º Deputados
56ª. Sessão Anual ³	8
Sessão da Primavera ³	8
Conferência sobre o Novo Conceito Estratégico da NATO	1
Comissão Permanente	2
Subcomissão para as Parcerias da NATO (PCNP)	2
Subcomissão para as Relações Transatlânticas (PCTR)	2
Subcomissão para a Governação Democrática (CDSDG)	2
Comissão de Defesa e Segurança (DSC)	5
Subcomissão para a Cooperação Transatlântica em matéria de Segurança e Defesa (DSCTC)	1
Subcomissão para o Futuro das Capacidades de Segurança e Defesa (DSCFC)	2
Comissão de Economia e Segurança (ESC)	1
Subcomissão para a Cooperação e Convergência Económica Leste-Oeste (ESCEW)	1
Comissão de Ciência e Tecnologia (STC)	1
Subcomissão para a Segurança Energética e Ambiental	1
Grupo Especial do Mediterrâneo e Médio Oriente (GSM)	7
Conselho Interparlamentar NATO- Ucrânia (UNIC)	1
Seminários Rose-Roth	1
Seminário “Comprehensive approach to crisis”	1
Fórum Parlamentar Transatlântico	1

2.3.4. No âmbito da **Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)** destacam-se os seguintes grandes temas debatidos ao longo do ano:

Debates de urgência:

- Necessidade urgente de uma reforma constitucional na Bósnia-Herzegovina;
- Situação na Bielorrússia;
- O recrudescimento das tensões no Médio Oriente;
- A escalada recente na Europa do discurso da segurança nacional: o caso dos Roma.

Debates de actualidade:

- O que pode a Europa fazer pelo Haiti?
- Consequências da guerra entre a Geórgia e a Rússia;
- Situação no Quirguistão;

³Inclui reuniões de comissões, subcomissões e grupos políticos não contempladas nos outros pontos

Outros temas:

- A Reforma do Conselho da Europa;
- Euro-Mediterrâneo: por uma estratégia do Conselho da Europa
- A situação da democracia na Europa;
- A situação no Médio Oriente;
- O funcionamento das instituições democráticas em alguns países europeus;
- Os recursos jurídicos em caso de violações dos direitos humanos na Região do Cáucaso do Norte;
- A luta contra o extremismo: realizações, fraquezas e insucessos;
- Necessidade de evitar a sobreposição dos trabalhos do Conselho da Europa e da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia;
- Crianças privadas de cuidados parentais: necessidade de acção urgente;
- Garantir o direito à escolaridade de crianças doentes ou portadoras de deficiência;
- Maus-tratos contra crianças internadas em estabelecimentos: garantir a protecção integral das vítimas;
- Discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género;
- O direito à objecção de consciência no quadro dos cuidados médicos legais;
- Direitos humanos e empresas;
- Respeito pela liberdade dos *media*;
- Liberdade de religião e outros direitos humanos das minorias não muçulmanas na Turquia e da minoria muçulmana na Trácia (Grécia Oriental);
- A luta contra o tráfico de seres humanos: promover uma convenção do Conselho da Europa;
- Quinze anos após o Programa de Acção da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento;
- Os limiares eleitorais e outros aspectos dos sistemas eleitorais com incidência na representatividade dos Parlamentos nos Estados-membros do Conselho da Europa;
- Aumentar a representação das mulheres na política através dos sistemas eleitorais;
- Pensões de reforma decentes para as mulheres
- Detenção administrativa dos requerentes de asilo e dos migrantes irregulares na Europa;
- Resolver problemas de propriedade de refugiados e pessoas deslocadas;
- Migrantes e refugiados, um desafio permanente para o Conselho da Europa
- A situação dos Roma na Europa e as actividades pertinentes do conselho da Europa
- Pedidos de asilo ligados ao género;
- O impacto da crise económica mundial nas migrações na Europa,
- As mulheres e a crise económica e financeira;
- Investir na coesão familiar enquanto factor de desenvolvimento em tempo de crise;
- Riqueza, bem público e bem-estar: como os conciliar numa Europa em mutação;

- Actividades da OCDE em 2009-2010;
- As actividades do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD): facilitar a integração económica da Europa;
- A estratégia, a governança e o funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa;
- Corrupção judiciária;
- A pirataria – um crime que desafia as democracias;
- A necessidade de tomar medidas jurídicas internacionais suplementares na luta contra a pirataria marítima;
- Biodiversidade e alterações climáticas;
- As florestas: o futuro do planeta;
- O tratamento da pandemia H1N1: necessidade de mais transparência.

Regista-se ainda que, no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela APCE em 2010, foram designados como Relatores três Deputados portugueses que apresentaram Relatórios sobre os seguintes temas:

- As repercussões sociais da crise económica - Deputada Maria de Belém Roseira (PS)
- O lobbying numa sociedade democrática (Código Europeu de boa conduta em matéria de lobbying) - Deputado José Mendes Bota (PSD):
- Retenção administrativa de requerentes de asilo e de migrantes irregulares na Europa - Deputada Ana Catarina Mendonça Mendes (PS).

O Relatório elaborado pelo ex-membro da Delegação (na X Legislatura), Deputado José Luís Arnaut (PSD), sobre o tema “Repensar os direitos dos criadores na era da Internet” foi apresentado em 2010, tendo a APCE designado para o efeito novo relator.

A Delegação Parlamentar Portuguesa efectuou um conjunto de deslocações a reuniões da APCE que se distribuem do seguinte modo:

Quadro 10 – Reuniões (APCE)

Reuniões (APCE)	Nº Deputados
1ª Parte da Sessão Ordinária de 2010 (Plenária) ⁴	7
2ª Parte da Sessão Ordinária de 2010 (Plenária) ⁴	5
3ª Parte da Sessão Ordinária de 2010 (Plenária) ⁴	5
4ª Parte da Sessão Ordinária de 2010 (Plenária) ⁴	6
Comissão Permanente	3
Bureau	4
Comissão dos Assuntos Políticos	4
Comissão das Migrações, Refugiados e População	1
Comissão da Cultura, Ciência e Educação	2
Comissão sobre a Igualdade de Oportunidades para as Mulheres e Homens	4
Comissão Ad Hoc para a Prevenção e Combate da Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (CAHVIO)	5
Comissão de Direitos das Mulheres e Igualdade de Género do Parlamento Europeu	1
Subcomissão sobre a Violência contra as Mulheres	2
Comissão para o Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados Membros do Conselho da Europa (Comissão de Acompanhamento)	3
Missão de Observação do referendo constitucional na Moldávia	1
Conferência Anual da WAVE (Violência contra a Mulher Europeia)	1
Reunião do CDEG	1
7ª Conferência de Ministros do CE responsável pela Igualdade entre Mulheres e Homens	1
54ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto da Mulher	1
Seminário sobre "As Perspectivas de Cooperação entre o Reino de Marrocos e o Conselho da Europa"	1

Deve ainda destacar-se, no âmbito das actividades da APCE, o trabalho levado a cabo em 2010 pelos membros da Delegação, nomeadamente no que se refere a exercício de cargos. O Deputado Mendes Bota (PSD), exerceu o mandato de Presidente da Comissão sobre a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens, na qual se incluem as questões ligadas à violência doméstica, com especial relevo para o trabalho desenvolvido enquanto membro da Comissão *Ad Hoc* do Conselho da Europa para a Prevenção e Combate da Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (CAHVIO), que tem como objectivo a elaboração de uma Convenção sobre esta matéria. A Deputada Manuela de Melo (PS) foi 1ª Vice-Presidente da Comissão de Cultura, Ciência e Educação da APCE e representante no Conselho Executivo do Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, sediado em Lisboa. Importa também referir que, por ocasião das Sessões Plenárias da APCE, em Estrasburgo, tiveram lugar:

⁴ Inclui reuniões de comissões, subcomissões e grupos políticos não contempladas nos outros pontos.

- A entrega do “Prémio Museu do Conselho da Europa 2010” ao Museu de Portimão, a 27 de Abril;
- A propósito da apresentação do relatório sobre “O Islão, o Islamismo e a Islamofobia na Europa, uma intervenção do Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, Dr. Jorge Sampaio, a 23 de Junho;
- Inauguração, no Palácio da Europa, de uma exposição sobre o Centenário da República Portuguesa, organizada pela Representação de Portugal junto do Conselho da Europa, a 3 de Outubro.

Decorreu na Assembleia da República, nos dias 31 de Maio e 1 de Junho, uma Conferência sobre “*Direitos humanos e migrações: uma abordagem baseada nos direitos humanos para a protecção dos migrantes, refugiados e requerentes de asilo*”, organizada conjuntamente pelo Parlamento Português (Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa), pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna, pela Comissão das Migrações, Refugiados e População da APCE e pelo Comité Europeu para as Migrações do Conselho da Europa, contou igualmente com a participação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

2.3.5. No âmbito da **Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (APEM)** realizou-se a 6ª Reunião Plenária em Amã, de 12 a 14 de Março. Para além da sessão plenária reuniram as Comissões Permanentes: Comissão Política; Comissão Económica; Comissão da Cultura; Comissão dos Direitos da Mulher e Comissão *ad hoc* de Energia e Ambiente. Portugal manteve a Presidência da Comissão da Cultura.

As deslocações efectuadas no âmbito da Delegação Parlamentar Portuguesa à APEM distribuíram-se da seguinte forma:

Quadro 11 – Reuniões (APEM)

Reuniões(APEM)	Nº Deputados
Reunião do Bureau alargada aos Presidentes das Comissões da APEM – Rabat	1
Reunião do <i>Bureau</i> alargada aos Presidentes das Comissões da APEM - Palermo	1
Reunião do <i>Bureau</i> alargada aos Presidentes das Comissões da APEM - Roma	1
6ª Sessão Plenária	2
Reunião da Comissão Promoção Qualidade de Vida, Intercâmbios Humanos e da Cultura	1
Reunião Comissão Política, de Segurança e dos Direitos Humanos – Bruxelas Jan.	1
Reunião Comissão Política, de Segurança e dos Direitos Humanos – Bruxelas Set.	1
Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Financiamento da Assembleia e Revisão do Regulamento – Jan.	1
Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Financiamento da Assembleia e Revisão do Regulamento – Mar.	1

2.3.6. No contexto da **Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)**, o Deputado João Soares (PS), Presidente da Delegação portuguesa, terminou em Julho o seu segundo mandato como Presidente da AP OSCE. A partir desta data passou a ter o título de Presidente *Emeritus* desta Assembleia Parlamentar. Em Janeiro chefiou as Missões de Observação Eleitoral da OSCE na Ucrânia (1ª e 2ª volta das eleições presidenciais) e em Novembro nos EUA (eleições para o Congresso).

O tema escolhido para a 19ª Sessão Anual Plenária foi "O Estado de Direito: combate ao crime transnacional e à corrupção". Este tema, que também foi discutido na 9ª Sessão de Inverno, foi objecto de três Resoluções e Relatórios.

Foram, ainda, aprovadas Resoluções sobre os seguintes temas: Atmosfera de Confiança na AP OSCE; Reforço do Documento de Viena sobre Medidas Regionais Geradoras de Segurança e Confiança; Apoio ao Processo de Paz no Médio Oriente; Segurança Nuclear; Demarcação e Delimitação de Fronteiras de Estados Soberanos na Europa Oriental; Reforço do Papel, Eficiência e Impacto da AP OSCE; Moldávia; Guantanamo; Combate ao Terrorismo, à Produção e Tráfico de Narcóticos e à Emigração Ilegal no Afeganistão; Prioridades Futuras da AP OSCE; Inadmissibilidade da Utilização de Forças Armadas Nacionais no Territórios de Estados Vizinhos e Contíguos; Resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança; O Ártico; Segurança Energética Global; Negociações Internacionais sobre Alterações Climáticas; Cooperação Mediterrânica; Direito dos Refugiados e Deslocados a Regressar ao Seu Local de Origem; Produção Agrícola e Protecção dos Ecossistemas Naturais; Migrações como Desafio para a OSCE; Cibercrime; Estatuto dos Peritos no Processo de Tomada de Decisão; Cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; Liberdade Religiosa e a Separação entre Estado e Igreja; Protecção de Jornalistas de Investigação; Minorias Nacionais e Relações Inter-Estados; Proibição de Discriminação com base na Orientação Sexual e Identidade do Género; Direitos das Mulheres e Saúde Reprodutiva; Pena de Morte; Parcerias no Auxílio a Refugiados; Não Utilização de Hotéis que Participem no Comércio Sexual; Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais dos Elementos das Forças Armadas; Reforço da Luta contra o Tráfico de Seres Humanos; Combate ao Tráfico de Seres Humanos e Formas Electrónicas de Exploração; Situação no Quirguistão; e o Processo de Corfu.

Durante as Reuniões de Outono teve lugar o Fórum do Mediterrâneo e uma Conferência Parlamentar sobre "Combate ao Crime Organizado".

No âmbito da Assembleia Parlamentar da OSCE, as deslocações encontram-se distribuídas da seguinte forma:

Quadro 12 – Reuniões (OSCE)

Reuniões (OSCE)	nº Deputados
Missão de Observação das Eleições na Ucrânia (1ª volta)	2
Missão de Observação das Eleições na Ucrânia (2ª volta)	2
Sessão de Inverno	6
Visita ao Cáucaso	1
Visita à Bósnia-Herzegovina	1
Eleições no Reino Unido	1
Fórum Transasiático	2
Visita ao Quirguistão	1
Visita à Turquia	1
Visita ao Turquemenistão	1
Visita aos EUA	1
Sessão Anual	4
Reuniões de Outono	5
Missão de Observação das Eleições nos EUA	1
Missão de Observação das Eleições no Azerbaijão	1
Bureau da AP e Cimeira da OSCE	1

2.3.7. No quadro da **Assembleia Europeia de Segurança e Defesa / Assembleia da União da Europa Ocidental (AESD/AUEO)** no ano de 2010 foram debatidos, entre outros, os seguintes temas:

- A Defesa Europeia e o Tratado de Lisboa
- O acompanhamento da PCSD nos Parlamentos Nacionais e no Parlamento Europeu
- Proposta de criação de um prémio europeu “Civismo, Segurança e Defesa”;
- O Irão e o Médio Oriente;
- A UE e os Balcãs Ocidentais;
- O mercado transatlântico dos equipamentos de Defesa;
- A cooperação europeia no domínio dos helicópteros militares;
- Afeganistão: explicar à opinião pública as razões de uma guerra;
- A cooperação estruturada permanente segundo o Tratado de Lisboa;
- A cooperação médica entre as Forças Armadas europeias;
- Os conflitos congelados e a Segurança Europeia
- O Espaço militar: os satélites de alerta avançado e de reconhecimento electromagnético
- A segurança europeia face ao problema dos detritos espaciais
- Planificação e condução das operações da UE

- Conceito estratégico e evolução da NATO
- As relações transatlânticas no domínio da segurança e da defesa
- A UE e a segurança em África
- A proliferação das armas de destruição maciça, a defesa antimíssil e a segurança europeia
- A investigação em matéria de segurança na UE: avaliação do sétimo Programa-quadro (tema para o qual foi relator o Deputado Mendes Bota - PSD)

O total de deslocações efectuadas no âmbito da Delegação Parlamentar Portuguesa à AESD/AUEO foi distribuído da seguinte forma:

Quadro 13 – Reuniões (AUEO)

Reuniões (AUEO)	Nº Deputados
58ª Sessão da AUEO (Plenária) ⁵	6
59ª Sessão da AUEO (Plenária) ⁵	3
Reunião conjunta com o Conselho da UEO e o COPS UE	3
Seminário “European Maritime Surveillance”	1
Reunião anual com a Assembleia Interparlamentar da CEI	3

O Deputado José Vera Jardim, desempenhou o cargo de Vice-Presidente da AESD/AUEO durante as 58ª e 59ª Sessões da AESD/AUEO, tendo sido, no decurso da 59ª Sessão, reeleito para o mesmo cargo que deverá desempenhar durante a 60.ª e última Sessão, a ter lugar em 2011.

2.3.8. No quadro da **Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM)** realizaram-se quatro reuniões nas quais participaram oito membros da Delegação da AR à APM, com a seguinte distribuição:

Quadro 14 – Reuniões (APM)

Reuniões (APM)	nº Deputados
Quinta Sessão Plenária – realizada em Rabat	2
Quinta reunião das Comissões Permanentes – realizada em Belgrado	3
Grupos Especiais de Trabalho sobre Crime Organizado; Terrorismo; Ambiente e Alterações Climáticas; Água; e Energia – realizadas em Nice	2
Grupos Especiais de Trabalho sobre Migrações no Mediterrâneo; Diálogo entre Culturas e Religiões; e Questões do Género – realizadas em Liubliana	1

⁵ Inclui reuniões de comissões, subcomissões e grupos políticos não contempladas nos outros pontos



Destas reuniões destaca-se a Quinta Sessão Plenária na qual foram apresentados, para adopção, os relatórios e as resoluções que estiveram em discussão e votação nas reuniões das três Comissões Permanentes da APM que decorreram em Belgrado. Coube à Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD) a apresentação do relatório e da proposta de resolução relativos ao Grupo Especial de Trabalho sobre o Diálogo entre Culturas e Religiões, no âmbito da Comissão para o Diálogo entre Civilizações e Direitos Humanos. Nesta ocasião, a APM atribuiu à Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD) um prémio que distingue os membros desta organização que mais se destacam pela sua actividade e compromisso no âmbito da região mediterrânica.

Ainda nesta sessão plenária a Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD) foi designada para relatora do Grupo Especial de Trabalho para as Questões do Género e da Paridade, sobre o tema "A violência doméstica na região do Mediterrâneo". Será da sua responsabilidade a elaboração de um relatório e uma proposta de resolução sobre a matéria referida, os quais serão debatidos em reuniões do Grupo Especial de Trabalho no decorrer do próximo ano e sujeitos a aprovação na próxima sessão plenária, que está prevista para Outubro de 2011, em Palermo.

Igualmente no âmbito do programa de actividades da APM e em parceria com a AICEP Portugal Global, a AR acolheu, nos dias 27 e 28 de Maio, uma reunião denominada "Painel sobre Comércio Externo e Investimentos no Mediterrâneo".

Esta iniciativa, enquadrada na II Comissão Permanente da APM, agregou diferentes vertentes da mesma região (parlamentares, agências de comércio externo e investimentos, câmaras de comércio e empresários) com o intuito de promoverem a cooperação económica, social e ambiental entre os países da região do Mediterrâneo. Este painel veio a constituir-se no I Encontro das Agências de Investimento e Comércio Externo do Mediterrâneo.

Para além da Delegação da AR à APM, estiveram presentes representantes dos Parlamentos da Argélia, França, Grécia, Jordânia, Marrocos, Sérvia e Turquia. Ao nível das agências de investimento e comércio externo participaram os seguintes países: Albânia, Argélia, Croácia, Egito, Espanha, França, Grécia, Itália, Malta, Palestina e Turquia.

2.3.9. No contexto do **Fórum Parlamentar Ibero-americano (FPIA)**, realizou-se na Cidade de Buenos Aires, República da Argentina, nos dias 11 e 12 de Novembro de 2010, o VI Fórum Parlamentar Ibero-Americano, sob o tema "Educação: Factor de inclusão social", tendo o mesmo sido debatido em quatro mesas de trabalho: "Acesso, permanência e obrigatoriedade no sistema educativo"; "Novas Tecnologias de informação e comunicação no ensino"; "Pluralismo educativo e escola de qualidade" e "Financiamento integral do sistema educativo. Cumprimento de metas". Antecedeu a XX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de



Governo (CEG), com tema temático, e que teve lugar em Mar del Plata, nos dias 3 e 4 de Dezembro de 2010.

Participou no VI FPIA uma Delegação da AR chefiada pelo Presidente da AR e integrada por mais cinco Deputados. Para além da representação do Parlamento de Portugal, participaram igualmente parlamentares de nove países. Estiveram também presentes, com estatuto de observador, representantes das seguintes organizações internacionais: Secretaria-Geral Ibero-Americana, UNESCO e UNICEF.

A anteceder a realização do VI FPIA, e com vista à sua preparação, reuniu em Junho a Troika do Fórum, que contou com a presença do Presidente do Senado da Argentina e Presidente do VI FPIA, Presidente da Assembleia da República de Portugal, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República do Paraguai, Presidente da Comissão de Justiça e Assuntos Penais do Senado da Argentina, Assessora Diplomática do Presidente da Assembleia da República de Portugal, Secretário Parlamentar do Senado da Argentina e Director da Divisão da Conferência Ibero-Americana – SEGIB (participação por teleconferência), onde se definiram os temas das Mesas de trabalho e se articulou a forma de funcionamento de todo o Fórum.

2.3.10. No âmbito das deslocações ao estrangeiro realizadas pelo **Presidente da Assembleia da República** durante o ano de 2010 destacam-se as seguintes visitas oficiais bilaterais: Marrocos, Espanha e França.

Além das visitas bilaterais, o Presidente da Assembleia da República participou, neste ano, nas seguintes conferências ou reuniões multilaterais:

- Conferência de Presidentes dos Parlamentos da União Europeia (Estocolmo/Suécia)
- Reunião da Troika do VI Fórum Parlamentar Ibero-Americano (Buenos Aires/Argentina)
- 3ª Conferência Mundial de Presidentes de Parlamentos (Genebra/Suíça)

Outras deslocações:

- Cerimónia Comemorativa do II Centenário da Guerra Peninsular (Londres/Reino Unido)

O Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputado José Vera Jardim (PS), representou o Presidente da AR na “Conferência Europeia de Presidentes de Parlamntos” do Conselho da Europa que decorreu em Limassol/Chipre.

O Presidente da Assembleia da República recebeu ainda, em visitas oficiais, os Presidentes dos Parlamntos da Bulgária, de Cabo Verde, da Coreia, do Grão Ducado do Luxemburgo, da Guiné-Bissau, da Moldávia e de Moçambique.

2.3.11. No capítulo das **Deslocações Diversas** estão englobadas todas as deslocações que não estão integradas nas delegações parlamentares permanentes, anteriormente referidas. Contabiliza-se um total de 151 deslocações, entre Deputados e funcionários, conforme se apresenta no seguinte quadro:

Quadro 15 – OUTRAS REUNIÕES REALIZADAS

Outras Deslocações Diversas	Participantes
Colóquio sobre o Papel do Movimento Associativo nas Comunidades/GPA (Andorra)	1
16.ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (Cancun)	1
<i>Meeting of the Competent Authorities for Tissues and Cells</i> (Bruxelas)	1
Conferência Interparlamentar “Parlamntos unidos contra o tráfico de seres humanos” (Paris)	1
10.ª Conferência Anual da Rede Parlamentar do Banco Mundial/PNoWB (Bruxelas)	2
Conferência dos Presidentes das Comissões de Assuntos Sociais e da Saúde Pública (Bruxelas)	1
Visita de Trabalho de uma Delegação da Comissão de Assuntos Europeus à Turquia (Istambul e Ankara)	7
Reunião Interparlamentar de Comissões organizada pela Comissão de Assuntos Legais do P.E. <i>How to facilitate the life of European families and citizens?</i> (Bruxelas)	1
Conferência subordinada ao tema: <i>Governments and markets after the crisis: Finding a new balance</i> (Bruxelas)	1
Reunião de Presidentes das Comissões de Igualdade de Oportunidades (Bruxelas)	1
Conferência do Eurovoc (Luxemburgo)	1
<i>Global Forum on Urbanization and Health</i> (Kobe/Japão)	1
Participação no Seminário ICT 2010 organizado pelo CERDP (Bucareste)	1
Reunião do Conselho IPEX (Board) e Reunião dos Correspondentes IPEX (Berlim)	1
Visita de uma Delegação da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas a Angola (Angola)	5
Conferência organizada pelo SIGMA (Ankara)	1
Seminário da Associação Europeia de Terminologia (Budapeste)	1

Outras Deslocações Diversas	Participantes
Reunião Parlamentar conjunta subordinada ao tema: “Para além da crise – que desafios para a Europa?” (Bruxelas)	2
Reunião Interparlamentar de Comissões sobre o “Mercado Interno de Profissionais” (Bruxelas)	2
Reunião Interparlamentar de Comissões do Parlamento Europeu sobre <i>EU Contrat Law</i> (Bruxelas)	2
XLIV COSAC (Bruxelas)	2
XLIV COSAC e Visita de trabalho às Instituições Europeias sedeadas em Bruxelas (Bruxelas)	5
Visita de Trabalho às Instituições Europeias sediadas em Bruxelas (Bruxelas)	2
32º Fórum Anual da PGA /Parliamentarians for Global Action (Istambul)	1
Reunião dos Presidentes de Comissões Parlamentares de Ciência e Inovação, dos Parlamentos nacionais dos Estados-membros da U.E. e do P.E. (Bruxelas)	1
Reunião dos Presidentes de Comissões de Negócios Estrangeiros (Bruxelas)	2
Cerimónia de Doutoramento “Honoris Causa” do Presidente da Comissão Europeia, Dr. José Manuel Durão Barroso (Genebra)	1
Conferência anual dos correspondentes do Centro Europeu de Estudos e Documentação Parlamentar (Ankara)	1
Reunião Interparlamentar organizada pela Comissão LIBE (Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos) do PE com as Comissões homólogas dos Parlamentos nacionais sobre <i>Democratic accountability in the area of Freedom, Security and Justice/Europol, Eurojust, Frontex and Schengen</i> (Bruxelas)	3
Reunião Interparlamentar de Comissões sobre <i>Les défis de la politique européenne de sécurité commune et de défense de l’Union après l’entrée en vigueur du traité de Lisbonne</i> (Bruxelas)	2
Reunião Interparlamentar de Comissões sobre o procedimento eleitoral para o Parlamento Europeu e sobre implementação da iniciativa de cidadania (Bruxelas)	2
Reunião de Presidentes das Comissões de Ambiente (Bruxelas)	1
<i>Sixth Asia-Europe Parliamentary Partnership Meeting/ASEP VI</i> (Bruxelas)	2
Reunião dos Presidentes das Comissões de Finanças (Bruxelas)	1
<i>Electric Infrastructure Summit</i> (Londres)	1
Audição Parlamentar da Sessão Anual da Conferência Parlamentar da Organização Mundial do Comércio/OMC (Genebra)	2
Conferência Internacional “ <i>Beyond the Vienna Initiative: Towards a New Banking Model in a New Growth Model for CESEE</i> ” (Viena)	1
3º Fórum Parlamentar sobre a Sociedade de Informação: Tecnologias da Informação e Comunicação e a Crise Económica Global: Situação actual e perspectivas futuras (Genebra)	1
8.ª Conferência de Verão da Defesa (Marselha)	1
<i>International Parliamentary Conference on Climate Change Global to Local: Climate Change Post Copenhagen</i> (Londres)	1
Workshop sobre técnicas de registo e transcrição de debates parlamentares (Bruxelas)	1
Reunião Interparlamentar “Impacto e implicações práticas do Tratado de Lisboa na política de coesão” (Bruxelas)	3
Reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus para preparação da XLIV COSAC (Bruxelas)	1
Seminário <i>EU Decision-Making after the Lisbon Treaty</i> - EIPA (Bruxelas)	1

Outras Deslocações Diversas	Participantes
Reunião de Presidentes das Comissões de Trabalho e Imigração dos Parlamentos nacionais dos Estados-Membros e do Parlamento Europeu (Madrid)	1
Reunião "Rumo a uma Comunidade Europeia da energia para o século XXI" (Bruxelas)	3
99.ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho/OIT (Genebra)	4
Reunião Interparlamentar <i>How to create greater synergy between the European budget and national budgets</i> (Bruxelas)	2
Reunião Interparlamentar sobre Serviço Europeu de Acção Externa (Bruxelas)	2
Reunião Interparlamentar sobre a Reforma da Política Comum das Pescas (Bruxelas)	1
3º Fórum da Aliança das Civilizações – ONU (Rio de Janeiro)	1
Seminário EIPA sobre <i>Civil Services in the EU of 27 – Reform Outcomes and the Future of the Civil Service</i> (Maastricht)	2
Reunião do Conselho IPEX – Board (Berlim)	1
Seminário CERDP sobre <i>Opposition rights and responsibilities</i> (Oslo)	1
Cooperação e formação recíproca entre funcionários da AR de Portugal e do Congresso dos Deputados de Espanha (Madrid)	3
5th Meeting of the Competent Authorities for Tissues and Cells – CNPMA (Bruxelas)	1
Reunião de Presidentes das Comissões de Justiça e Assuntos Internos dos Parlamentos Nacionais dos Estados Membros da União Europeia e do Parlamento Europeu (Madrid)	1
Meeting of the ESHRE Task Force Cross Border Reproductive Care (Paris)	1
Reunião Interparlamentar "Fazer funcionar o mercado interno dos serviços: situação actual e desafios a enfrentar" (Bruxelas)	1
Seminário <i>Parliaments on the Net VIII - on the brink of the third generation</i> (Haia)	1
Seminário da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa sobre <i>Activities of the Parliamentary Assembly for promotion of rule and democracy</i> (Estrasburgo)	1
Reunião de Presidentes das Comissões de igualdade dos Parlamentos Nacionais dos Estados-membros da União Europeia e do Parlamento Europeu (Madrid)	1
Mesa Redonda "Rumo a um sistema comum europeu de asilo: um estudo sobre as questões horizontais" (Bruxelas)	3
Reunião de Presidentes das Comissões de Economia e Finanças dos Parlamentos Nacionais dos Estados-membros da União Europeia e do Parlamento Europeu (Madrid)	1
Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental Macau /2010MIECF (Macau)	1
6th Global Forum of the Global Parliamentarians on Habitat (Rio de Janeiro)	2
Seminário <i>Lessons from the Economic and Financial Crisis: A Parliamentary Stock – Taking</i> (Paris)	2
Seminário do <i>European Institute of Public Administration (EIPA) – "Latest Developments in the field of Better Regulation in the Union: Key Principles, Concepts and Practices</i> (Bruxelas)	2
Reunião sobre o dia Internacional da Mulher (Bruxelas)	1
Debate Interparlamentar Anual – "A estratégia pós-crise de crescimento e emprego e "A modernização da arquitectura financeira Mundial" (Bruxelas)	2
Reunião parlamentar da UIP sobre o tema <i>Faire respecter l'égalité des sexes et les droits des femmes quinze ans après Beijing: the role des parlements</i> (Nova Iorque)	1
Exposição <i>Suroeste Relaciones literárias y artísticas entre Portugal y España</i> (Badajoz)	4

Outras Deslocações Diversas	Participantes
Mesa Redonda sobre Comunicação Social intitulada <i>How to further increase Transparency in the Assembly</i> (Tirana/Albânia)	1
Reunião de Secretários Gerais dos Parlamentos da União Europeia preparatória da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos dos Estados Membros da União Europeia e do Parlamento Europeu (Estocolmo)	1
Reunião Intermédia e Final de Grupo <i>Technical Working do IPEX</i> (Estocolmo)	2
Visita de Estudo ao Parlamento Europeu sobre "Política Comum de Pescas e a Reforma Futura" (Bruxelas)	1
Conferência de Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros dos Parlamentos Nacionais dos Estados-membros da União Europeia, do Parlamento Europeu e dos Países candidatos (Madrid)	2
Seminário Parlamentar de Alto Nível subordinado ao tema <i>Sustaining a Global Recovery</i> /OCDE (Paris)	2
Reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus para preparação da Agenda da XLIII COSAC (Madrid)	3
Conferência Parlamentar Internacional sobre a Implantação da Paz: Combater a fragilidade dos Estados (Londres)	2
Conferência "O Tratado de Lisboa – Tratado do Parlamento Europeu" (Varsóvia)	1
VIII Edição do curso para Assessores Jurídicos Parlamentares (Madrid)	2
Visita de Estudo ao Parlamento Europeu sobre "Igualdades de Géneros" (Bruxelas)	2
Missão a Auschwitz no âmbito do Dia Europeu em Memória do Holocausto a convite do <i>European Friends of Israel</i> – EFI (Auschwitz)	6
Conferência Interparlamentar sobre <i>Improving Accountability of EU Funds in EU Member States</i> (Haia)	2
Reunião da Comissão de Mercado Interno e Protecção dos Consumidores do Parlamento Europeu com as Comissões homólogas dos Parlamentos Nacionais (Bruxelas)	2
Reunião do Grupo IPEX (Estocolmo)	2

Constam do quadro seguinte alguns indicadores relativos a deslocações ao estrangeiro cuja contabilização se encontra distribuída por várias actividades:

Quadro 16 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
N.º de deslocações	351	452	442	463	475	448
Despesa assumida	993.780	1.621.947	1.699.240	1.728.664	1.576.709	715.444
Despesa/deslocação	2.831	3.588	3.844	3.734	3.319	1.597

Unidade: Euro

Importa referir que as despesas com deslocações ao estrangeiro ocorridas em 2010, que incluem alojamento e transportes, reflectem uma ligeira diminuição do número de viagens de 2009 (475) para 2010 (448) associada a uma diminuição das despesas inerentes, traduzindo-se num decréscimo médio (por deslocação), relativamente ao último ano anterior de 48,11%.

2.4. Grupos Parlamentares de Amizade

No ano de 2010 constituíram-se 39 Grupos Parlamentares de Amizade, no âmbito bilateral, e dois Grupos Parlamentares de Amizade de actuação multilateral. Das diversas iniciativas desenvolvidas pelos Grupos Parlamentares de Amizade registam-se as seguintes:

- Em Junho uma delegação de Deputados do GPA Portugal/Israel, presidida pelo Deputado João Rebelo, visitou Israel a convite do governo israelita, tendo sido recebida pelo Presidente do Estado de Israel, Senhor Shimon Peres. Os membros do mesmo GPA visitaram a Sinagoga de Lisboa e reuniram com a direcção da Comunidade Israelita de Lisboa, salientando-se ainda a realização, em Novembro, do evento “Paz através da culinária”.
- O GPA Portugal/Timor-Leste realizou várias iniciativas com o objectivo de recolher informação sobre o esforço de difusão da língua portuguesa em Timor-Leste, designadamente através de reuniões com o Instituto Camões e com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, sendo que este projecto apenas ficará concluído no início do próximo ano.
- No âmbito do seu programa de actividades o GPA Portugal/China reuniu com o Chefe da Delegação Económica e Comercial da Região Administrativa Especial de Macau.
- Em Outubro, o GPA Portugal/Coreia promoveu, em colaboração com a Embaixada da República da Coreia em Lisboa, um evento comemorativo da celebração do dia da Coreia.
- O GPA Portugal/Paquistão encontrou-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Paquistão, por ocasião da sua visita oficial a Portugal.
- Em Janeiro, o GPA Portugal/Reino Unido participou na Cerimónia Evocativa da Construção dos Fortes e Redutos das Linhas de Torres. Em Novembro, tendo a Senhora Presidente do referido GPA participado no Seminário Internacional “As Linhas de Torres, uma História com Futuro”.

Das actividades destes Grupos, que perfizeram um total de 41, resultou neste ano um conjunto de 128 reuniões, com os seguintes países: Alemanha (1); Andorra (1); Angola (2); Argélia (2); Argentina (1); Austrália (2); Brasil (3); Cabo Verde (5); Canadá (3); China (5); Coreia (3); Cuba (3); Espanha (1); Estados Unidos da América (3); França (4); Guiné-Bissau (2); Índia (3); Indonésia (7); Israel (7); Itália (1); Japão (6); Jordânia (1); Luxemburgo (3); Marrocos (1); México (1); Moçambique (4); Noruega (5); Paquistão (5); Polónia (6); Reino Unido (6); Rússia (4); S. Tomé e Príncipe (3); Timor-Leste (8); Tunísia (3); Turquia (4); Ucrânia (3); Uruguai (2); Venezuela (2); Bulgária (sem actividade registada); Grupo de Parlamentares conexo com a UNESCO - encontro com o Presidente e com a Secretária Executiva da Comissão Nacional da UNESCO em Portugal (1); e Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento -

deslocação à Guiné-Bissau a convite da Assembleia Nacional Popular e do Fundo das Nações Unidas para a População - UNFPA (1).

EVOLUÇÃO DOS GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE	2006	2007	2008	2009	2010
Nº DE GRUPOS EXISTENTES	21	29	30	33	41
Nº DE REUNIÕES REALIZADAS	39	82	73	29	128

2.5 Recepção de Delegações e de Entidades Oficiais, Cerimónias e outras Reuniões

No plano das relações externas assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelo Presidente da Assembleia da República, pelas Comissões Parlamentares, pelas Delegações da AR a organizações parlamentares internacionais ou por entidades exteriores, com o patrocínio da Assembleia da República.

2.5.1. No plano das **relações internacionais multilaterais**, destacam-se as seguintes reuniões:

- Encontro de participantes da Conferencia Internacional de Criatividade Computacional 2010
- Reunião entre uma Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo e uma representação AICEP, chefiada pelo Dr. Basílio Horta
- Reunião da Delegação Portuguesa à Assembleia Parlamentar da CPLP com o Secretário Executivo da CPLP
- Colóquio Internacional do Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- Reunião da Comissão da Assembleia Parlamentar Euro Mediterrânica "a Promoção da Qualidade de Vida, Intercâmbios Humanos e da Cultura
- II Assembleia Parlamentar da CPLP
- I Encontro Interparlamentar de Quadros das Áreas da Documentação, Informação e Arquivo, no âmbito da Associação de Secretários Gerais dos Países de Língua Portuguesa
- Conferência Internacional "2010 Ano Internacional da Biodiversidade" no âmbito da Comissão do Ambiente Ordenamento do Território e Poder Local
- Conferência Interparlamentar no âmbito da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo – Painel sobre Comércio Externo – Encontro de agências de investimento e Comércio Externo da Região do Mediterrâneo
- II Encontro Interparlamentar de Quadros Áreas Administrativa, Financeira e Patrimonial dos PALOP's
- Colóquio Diplomático da Iniciativa da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, "As relações luso-venezuelanas"
- II Encontro Inter-Parlamentar de Quadros de Apoio ao Processo Legislativo

- Colóquio Diplomático – “O Novo SEAE, Serviço Europeu de Acção Externa – A visão da França” ou “A Comunidade Portuguesa em França”. – Iniciativa da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
- Congresso Histórico Internacional “I República e Republicanismo”
- Conferência “a Aliança Atlântica e a Segurança Internacional. – Iniciativa da Comissão da Defesa Nacional
- Conferência Internacional “Alterações Climáticas. Os Desafios e Respostas. – Iniciativa da Comissão do Ambiente, Ordenamento do território e Poder Local”
- Audição da Comissão CRIS do Parlamento Europeu. – Comissão de Assuntos Europeus
- Colóquio Diplomático – “Cuba, Europa e o Futuro. Iniciativa da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas”
- Colóquio “Diplomacia Portuguesa e o Serviço Europeu de Acção Externa, após o Tratado de Lisboa”. – Iniciativa da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
- Conferência da Assembleia Parlamentar Euro Mediterrânea
- Conferência da Primavera – Comissão dos Assuntos Económicos, Inovação e Energia

2.5.2. No plano das **relações internacionais bilaterais**, salientam-se as seguintes visitas oficiais, cerimónias e reuniões:

- Cerimónia de Boas Vindas a Sua Alteza Real o Grão Duque do Luxemburgo
- Cerimónia de Boas-Vindas de S.Exa. Eminentíssima o Príncipe Grão-Mestre da Ordem Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém de Rodes e de Malta
- Cerimónia de Boas Vindas ao Presidente da República da Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanhá
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República Popular da China, Hu Jintao
- Visita do Presidente do Parlamento do Grão Ducado do Luxemburgo, Laurent Mosart
- Visita do Presidente do Parlamento da Moldávia, Mihai Ghimpu
- Visita do Presidente da Assembleia Nacional da República da Bulgária, Tsetska Tsacheva
- Visita do Presidente da Assembleia da República de Moçambique, Verónica Macamo
Presidente do Congresso dos Deputados do Brasil, Michel Temer
Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Raimundo Pereira
- Visita do Presidente da Assembleia Nacional da República da Coreia, HEE TAE
- Visita do Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Dr. Aristides Lima
- Reunião do Presidente da Assembleia da República com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Geórgia
- Cerimónia de Boas Vindas ao Primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Carlos Gomes Júnior



- Visita do Presidente do Tribunal Constitucional da Eslovénia, Joze Tratnik
- Visita do Ministro do Turismo de Israel
- Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor Leste, Zacarias da Costa
- Reunião do Presidente da Assembleia da República com o Presidente da Comissão do Trabalho, Segurança Social e Administração Pública com uma Delegação Homóloga de Parlamento Romeno
- Visita do Ministro da Defesa da Sérvia, Dragan Sutanovac
- Visita do Senador Philippe Marini, relator da Comissão de Finanças do Senado Francês
- Visita de uma Delegação Chinesa e reunião com Comissão de Assuntos Europeus Visita de um Grupo de Funcionários do Parlamento Finlandês
- Visita de uma Delegação Inglesa e Reunião com a Comissão de Assuntos Europeus e a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.
- Visita de uma Delegação da República da Coreia no âmbito do GPA Portugal-Coreia
- Visita de um Grupo de Estudantes Franceses
- Visita de uma Delegação da Comissão do Trabalho do parlamento Romeno
- Visita de um Grupo de Bolseiros Americanos do Programa Marschal Memorial Fellowship
- Visita de uma Delegação do Parlamento Checo
- Visita de dois representantes do "Group of Expert", constituído no quadro de reflexão sobre elaboração de um novo conceito estratégico da NATO
- Visita de membros do Conselho de Administração da Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe
- Visita de uma Delegação de Deputados da Assembleia Nacional da República da Coreia, chefiada por Chung EUI Hwa
- Visita do Director-Geral da Assembleia Nacional da República da Coreia, Kim Sung-Won
- Visita do Presidente do Conselho Constitucional Francês, Jean-Louis Debré e Delegação
- Visita de uma Delegação da Comissão Especializada de Relações Externas, Cooperação e Comunidades da Assembleia Nacional de Cabo Verde a convite da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
- Visita do Governador de Bagdad
- Visita do Presidente da Província de Buenos Aires, Horácio Gonzalez
- Visita de uma Delegação de Deputados Brasileiros a convite da Comissão da Saúde
- Visita do Grupo Parlamentar de Amizade Indonésia-Portugal
- Visita do Grupo Parlamentar de Amizade São Tomé e Príncipe-Portugal



- Visita do Chefe Executivo da Região Administrativa Especial de Macau e Reunião com a Comissão dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
- Visita do Adjunto do Parlamento Austríaco, Georg Posch e respectiva Delegação
- Visita de dois Deputados do Grupo Parlamentar de Amizade Reino Unido - Portugal
- Visita de uma Delegação da Comissão de Infra-estruturas e Telecomunicações do Parlamento nacional de Timor Leste – Comissão de obras Públicas, Transporte e Comunicações
- Visita de uma delegação da Câmara Alta do Japão, no âmbito do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal - Japão
- Visita do Secretário-Geral do Parlamento Nacional de Timor Leste
- Visita de uma Delegação do Tribunal Constitucional da República de Moscovo
- Visita de uma Delegação da Comissão Executiva Permanente do Parlamento do Kuwait Grupo Parlamentar de Amizade Portugal Kuwait
- Visita de uma Delegação da Comissão de Assuntos Económicos e Financeiros da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal - Tomé e Príncipe
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – Cuba, com o Embaixador de Cuba
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – Brasil, com o Embaixador do Brasil
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – Reino Unido, com um Deputado do Reino Unido
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – Polónia, com a Embaixadora da Polónia e três Conselheiros Diplomatas
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – Japão, com uma Delegação da Câmara Alta do Japão
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – Noruega, com a Embaixadora da Noruega e três Conselheiros Diplomatas
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – Rússia, com o Embaixador da Rússia
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – Turquia, com o Embaixador da Turquia
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – Índia, com a Embaixadora da Índia, Conselheiro e Primeiro Secretário
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – China, com o Embaixador da China e Conselheiro
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – Paquistão, com o Embaixador do Paquistão
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – França, com o Embaixador de França



- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – Austrália, com o Embaixador da Austrália
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – Ucrânia, com o Embaixador da Ucrânia

Em 2010 o Presidente da Assembleia da República recebeu **em audiência**:

- Presidente do Supremo Tribunal Administrativo
- CGTP
- Embaixadores de Israel, Argélia, Malta, Paraguai, Peru, Nigéria, China, Uzbequistão, Filipinas, Países Baixos, República da Eslovénia, Estados Unidos da América, Indonésia, Bélgica, México, Turquia, Senegal, Dinamarca, Hungria, Tunísia, Egipto, Emirados Árabes, Irlanda, Guiné, Espanha, Tailândia, França, Senegal, Luxemburgo e Angola (junto da CPLP).
- Representantes das Comunidades Israelita de Lisboa
- Deputados da Comissão parlamentar dos Negócios Estrangeiros do parlamento Britânico – Câmara dos Comuns
- Presidente do Conselho Económico Social
- Delegação do Instituto de Estudos Superiores Militares
- Ministros dos Negócios Estrangeiros de Timor, Albânia, Mauritânia, Omã, Turquia, Irão e Namíbia
- Comissão de gestão do Hospital de S. João
- Conselheiros das Comunidades Portuguesas
- Presidente do Tribunal de Contas Europeu
- Ministro da Defesa da Sérvia
- Primeiros-Ministros da Guiné-Bissau e de Cabo Verde
- Ex-Chefe do Estado Maior do Exército
- Vice-Presidente da Comissão Europeia
- Presidente da Assembleia Nacional da Guiné-Bissau
- Direcção da Associação de Jornalistas
- Provedor de Justiça de Espanha
- Presidentes dos Tribunais Constitucionais da CPLP
- Presidentes dos Governos de Aragão, Canárias
- Chefe da Delegação Parlamentar do Reino de Marrocos da APM
- Provedor de Justiça
- Secretário-Geral da UIP
- Presidentes do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida e da Comissão Nacional de Protecção de Dados
- Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil
- Presidente da Associação do Tratado do Atlântico



- Presidente da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República
- Secretário-Geral da NATO
- Encontro com Jornalistas
- Delegada da Palestina
- Comissão Instaladora da CIP-CEP
- Secretário-Geral da CGTP-IN
- Delegação do Tribunal Constitucional da República do Kosovo
- Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios estrangeiros do Laos
- Presidente da República de Timor Leste
- Comissários Europeus Januz Lewandowski e Michel Barnier
- Delegação da Comissão dos Assuntos Europeus e da Defesa do parlamento de Timor Leste
- Delegação da Assembleia Nacional do Kuwait
- Sociedade Bíblica
- Chefe de Estado Maior da Armada
- Presidente da Junta de Freguesia da Maia
- FENPROF
- Presidente do Tribunal de Contas

2.5.3. No plano nacional, destacam-se as seguintes **cerimónias e reuniões**:

- Sessão Solene Comemorativa do XXXVI Aniversário do 25 de Abril
- Sessão Solene Comemorativa do Centenário da República
- Café Ciência da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
- Reunião do Presidente da Assembleia da República com os Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões e os Dirigentes dos Serviços de Informação
- Seminário da Comissão de Assuntos Europeus sobre “Os Cidadãos e o Tratado de Lisboa”
- Seminário da Comissão de Assuntos Europeus sobre “Os Cidadãos e o Tratado de Lisboa”
- Conferência Parlamentar sobre “Perspectivas e Realidades da Aplicação da Lei da Administração e Gestão Local da Educação. Internacionalização dos TEIP – os exemplos de Inglaterra e França: ZEP”, da Iniciativa da Comissão da Educação e Ciência
- Conferência sobre os Direitos e Liberdades Fundamentais da iniciativa da Provedoria da Justiça conjuntamente com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
- Sessão Solene ao Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza

- V Colóquio “Os Direitos Humanos na Ordem do Dia – Objectivos de Desenvolvimento do milénio: 10 anos depois e 5 anos do Prazo final – Contagem Final para Reduzir a Mortalidade Materna, Infantil e Neo-Natal
- Seminário “Trabalho, Políticas Activas e Empreendedorismo e Estratégia da União Europeia 2010” – Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública
- Audição Parlamentar sobre o Programa de trabalho da Comissão Europeia para 2010 – Comissão de Assuntos Europeus
- Conferência sobre “Direitos Humanos e Migrações – Implementação de uma Abordagem de Direitos Humanos baseada na Protecção dos Migrantes, Refugiados e Requerentes de Asilo”
- Conferência Parlamentar sobre a Temática “Que Currículo para o Século XXI” – Comissão de Educação e Ciência
- Conferência “Audição parlamentar Estatuto do Aluno” – Comissão Parlamentar de Educação e Ciência
- Audição pública sobre a Energia no âmbito da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
- Colóquio de Monitorização da Aplicação de Regime Jurídico Aplicável à Prevenção da Violência Doméstica e à Protecção e Assistência das Suas Vítimas no âmbito da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
- Audição Parlamentar de Escolas de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária – Norte a Sul - Comissão de Educação e Ciência
- Colóquio sobre a “Divida Pública, Causas, Consequências e Perspectivas de Evolução” - Comissão de Orçamento e Finanças
- Audição Pública Parlamentar sobre o Livro Verde dos Regimes Europeus de Pensões Adequadas, Sustentáveis e Seguros - Iniciativa da Comissão de Assuntos Europeus e Comissão do Trabalho, Segurança Social e Administração Pública
- Audição Pública – “Regulação da Concorrência e Defesa do Consumidor. – Iniciativa do Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia
- Audição parlamentar – Administração e Gestão Local da Educação. – Iniciativa da Comissão da Educação e Ciência
- Audição Parlamentar sobre Comércio Electrónico e Comercio Tradicional. – Iniciativa da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia
- Conferência Parlamentar – “A ciência em Portugal: Apresentação e Discussão do relatório. – Iniciativa da Comissão da Educação e Ciência
- Audição Pública Parlamentar sobre Política Agrícola – PAC – Iniciativa da Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas
- Audição parlamentar anual sobre o Programa de Trabalho. – Iniciativa da Comissão de Assuntos Europeus



- Sessão Pública “Coerência das Políticas: O Desafio do Desenvolvimento”. – Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
- Seminário sobre a Avaliação do Impacto da Legislação
- Encontro do Presidente do Tribunal de Contas com a Comissão de Orçamento e Finanças

2.5.4. No quadro da actividade nacional e da abertura e relacionamento da Assembleia da República com várias entidades e organizações da sociedade civil, são ainda de salientar as seguintes reuniões:

- Audição do Embaixador de Espanha em Lisboa para o debate sobre objectivos da Presidência do Conselho da União Europeia
- Reunião do Conselho das Comunidades Portuguesas
- Reunião do I Encontro de Tradutores da Administração Pública
- Reunião do Curso de Promoção a Oficial General do Instituto de Estudos Superiores Militares com a Comissão de Defesa Nacional
- Reunião com o Instituto Diplomático com a vinda dos Adidos de Embaixada no Quadro do Curso de Formação com Serviços da Assembleia da República
- II Edição Dão e Douro na Assembleia da República
- Plenário do Conselho Económico Social
- Reunião do Embaixador da Tunísia, Mohamed Ridha Farhat com o Grupo Parlamentar da Amizade Portugal Tunísia
- Reunião do Presidente da Assembleia da República com os Jornalistas acreditados na Assembleia da República
- Reunião da Embaixadora da Polónia e Três Conselheiros Diplomatas com o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal Polónia
- Reunião da Comissão da Educação e Ciência – Discussão de Relatório de Progresso da Ciência - I Sessão Legislativa – XI Legislatura
- Visita de um grupo de Deputados da Comissão dos Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança do parlamento Nacional de Timor
- Visita do Comissário Michel Barnier, responsável pelo Mercado Interno – Comissão Europeia
- Reunião Plenária do Conselho de Ética para as Ciências da Vida”

2.6 Outros Encargos Parlamentares

A subactividade “Outros Encargos Parlamentares” no OAR2010 englobou unicamente os montantes de despesa relativos ao co-financiamento do secretariado da COSAC e às **quotizações**, representando 0,19% dos encargos globais assumidos, (cfr Quadro 4).

Os encargos assumidos em 2010 nesta subactividade, num total de €135.857,95, apresentaram um crescimento de 22,65% relativamente ao ano anterior (€110.771,21), reflectindo-se a distribuição destes encargos pelas diversas organizações internacionais de que a Assembleia da República é membro, nos seguintes termos:

Quadro 17 – QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Unidade: Euro

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	2009	2010	Var%
UIP	52.530,15	60.548,66	15,3%
UIP – Grupo Doze Mais	710,71	610,81	-14,1%
OSCE	27.989,00	27.989,00	0,0%
ASG UIP	269,35	577,24	114,3%
APM	27.448,00	37.700,00	37,4%
UNIÃO LATINA	0,00	0,00	n. aplic.
USE.PT-Assoc. Utiliz. Sist. Port.	150,00	180,00	20,0%
Contrib. anual IPEX	1.674,00	1.674,00	0,0%
Várias	0,00	6.578,24	n. aplic.
Total	110.771,21	135.857,95	22,6%

3. Actividades de Apoio

De acordo com o Quadro 4, as “Actividades de Apoio” corresponderam, em 2010, a 41,58% do total dos encargos assumidos (correntes e de capital), destacando-se de entre elas a subactividade “**Serviços da Assembleia da República**” como a mais representativa na estrutura de despesa, com 58,75% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respectivo agrupamento (Quadro 18).

Quadro 18 – ENCARGOS COM AS “ACTIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

Actividades de Apoio	OAR2010	Encargos assumidos		
	Corrigido	montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
Serviços da Assembleia da República	18.416.819	17.603.508	95,58%	58,75%
Gabinete do Secretário-Geral	544.405	499.238	91,70%	1,67%
Formação de Pessoal	237.769	195.330	82,15%	0,65%
Acção Social	1.008.048	796.401	79,00%	2,66%
Despesas de Funcionamento	13.429.965	10.745.179	80,01%	35,86%
Gabinete Médico	148.700	122.999	82,72%	0,41%
TOTAL	33.785.706	29.962.655	88,68%	100,00%

O crescimento de 0,91% dos encargos assumidos com as “Actividades de Apoio” (Quadro 19) reflecte, apenas o ligeiro crescimento das subactividade “Despesas de Funcionamento” (4,28%) e “Serviços da AR” (0,13%), uma vez que as restantes apresentam decréscimos significativos face às medidas de contenção definidas em 2010.

Quadro 19 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ACTIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

Actividades de Apoio	Encargos Assumidos		Var%
	2009	2010	
Serviços da Assembleia da República	17.579.836	17.603.508	0,13%
Gabinete do Secretário-Geral	547.951	499.238	-8,89%
Formação de Pessoal	199.997	195.330	-2,33%
Acção Social	926.073	796.401	-14,00%
Despesas de Funcionamento	10.304.142	10.745.179	4,28%
Gabinete Médico	135.059	122.999	-8,93%
TOTAL	29.693.058	29.962.655	0,91%

3.1 Gestão das Actividades de Apoio

No ano de 2010, a gestão das várias “Actividades de Apoio” continuou a pautar-se por objectivos direccionados a uma contínua racionalização de recursos; à melhoria dos instrumentos de controlo de gestão; à melhoria das condições de trabalho e das instalações; à abertura do Parlamento ao cidadão; à conservação do património da AR e ainda à adopção de medidas com vista à melhoria ambiental.

3.1.1. No que se refere à racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, importa salientar, que, em 2010, a AR passou a ter **um só instrumento de gestão, a aplicação SIGAR**, que integra não só a contabilidade orçamental, patrimonial (imobilizado, stocks do economato e stocks da Livraria Parlamentar - livros, peças e artigos de “merchandising”) e analítica, como também a gestão de cadastro e processamentos de remunerações a Deputados, Gabinetes, funcionários dos Gabinetes dos Grupos Parlamentares e funcionários da AR, o que permitirá otimizar a elaboração do Balanço e da Demonstração de Resultados.

Salienta-se ainda a integração da informação de assiduidade obtida pelo sistema de **controlo biométrico de assiduidade e pontualidade** no SIGAR, traduzindo-se num mecanismo automático de suporte ao processamento de remunerações, no que respeita a essa componente.

Merece ser assinalado que, com vista à redução de custos obtida com a contratualização de aquisições de bens e serviços, iniciaram-se os trabalhos necessários à contratualização de serviços de voz e dados, através da adopção de uma **solução de comunicação unificada para a AR**.

Ainda no âmbito dos objectivos relativos à **racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo e gestão**, bem como à utilização eficiente e optimizada dos recursos disponíveis, concretizaram-se as seguintes acções:

- Incremento e manutenção de uma postura assente na procura da excelência e prontidão na **resolução de problemas surgidos/solicitações externas**, numa constante atitude de vigilância e prevenção de potenciais situações problemáticas, contribuindo, para a resolução de problemas por antecipação e aumentando a rapidez e a eficácia na correcção de problemas surgidos, consolidando-se as seguintes melhorias:
 - a) Aperfeiçoamento dos modelos relativos aos procedimentos concursais que serão disponibilizados no SIGAR, com o objectivo de continuar a assegurar uma gestão integrada dos mesmos e a facilitar a circulação da informação e a sua actualização em tempo;
 - b) Continuação da análise dos conteúdos da aplicação da DAPAT (ARDAPAT) a transferir para o ERP – SIGAR - numa óptica de desmaterialização dos procedimentos concursais. Deu-se início ao levantamento da informação necessária à tomada de decisão pelos dirigentes, a qual irá incluir para além da informação procedimental, a informação financeira.
 - c) Início da implementação do controlo dos montantes dos ajustes directos com utilização do CPV (*Common Procurement Vocabulary*), adoptando esse vocabulário ao nível do Grupo. A opção pela contabilização ao nível do grupo permite distinguir efectivamente tipos diferentes de prestações, criando contas-correntes para cada um dos géneros de prestações e permite tratar autonomamente objectos diferentes que até agora têm sido englobados num dos quatro itens: empreitada, fornecimento de bens, prestação de serviços e projectos de arquitectura e engenharia. A adopção desta nova metodologia revela-se mais adequada a uma gestão equilibrada da contratação levada a cabo pela AR.
- **Continuidade dos processos** assentes em princípios de economia, eficiência e eficácia, nomeadamente:
 - a) Resposta às requisições de bens móveis e de consumíveis, com a inerente gestão de *stocks*, com a aplicação do “Regulamento Interno de Funcionamento do Armazém de

Consumíveis” (com regras de contenção nos consumos), e incluindo a manutenção actualizada de um inventário geral de bens móveis e imóveis da Assembleia, em particular, garantindo o acompanhamento das solicitações formuladas até à sua satisfação total, bem como das solicitações de intervenção nos imóveis da AR e respectivas infra-estruturas;

- b) Abertura e sequência de procedimentos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas, bem como do respectivo acompanhamento/fiscalização, na perspectiva da manutenção, beneficiação e requalificação continuadas do património da Assembleia da República, procurando adaptar pessoas e métodos à nova realidade determinada pelo novo regime legal da contratação pública;
- c) Gestão continuada dos instrumentos contratuais de manutenção global ou parcial, com propostas de actualização, renovação ou não renovação dos mesmos, bem como elaboração de estatísticas periódicas acerca de consumos.

3.1.2 No que se refere à **política ambiental**, encontra-se a decorrer uma **auditoria ambiental aos Edifícios da AR** no sentido de conhecer os consumos energéticos e hídricos. Esta auditoria pretende, não apenas, implementar um sistema de certificação energética, dando a conhecer as medidas de melhoria do desempenho, com viabilidade económica, que a AR poderá implementar para reduzir as suas despesas com a energia e, simultaneamente, melhorar a eficiência energética dos seus edifícios, e, ainda, avaliar o desempenho dos sistemas de climatização que devem assegurar uma boa qualidade do ar interior (QAI).

Neste âmbito a AR têm adoptado uma *política ambiental* cuidada e consciente procurando a racionalização de consumos e custos, através das seguintes medidas adoptadas:

- Substituição de lâmpadas clássicas, tipo projector, por lâmpadas de sistema LED, com natural redução do consumo e emissões de CO₂ (as lâmpadas tipo projector de 50W estão a ser substituídas por lâmpadas com a mesma capacidade luminotécnica, tipo LED, de apenas 3W);
- Redução da iluminação no parque de estacionamento em determinadas horas com a consequente poupança;
- Redução de consumos de água com a introdução de redutores de fluxo nas torneiras;
- Regulação das descargas dos autoclismos com a consequente diminuição do consumo de água.
- Instalação de variadores de frequência em diversos ascensores, dispositivos que aproveitam o percurso descensional do equipamento para acumular energia e reutilizá-

la. O funcionamento do elevador passa também a ser mais suave o que resulta num menor desgaste dos materiais;

- Continuação da intervenção que visa dotar todas as casas de banho da Assembleia da República de dispositivos de detecção de movimento;
- Colocação de temporizadores em diversos equipamentos de ar condicionado tipo *split*, obviando a que estes permaneçam ligados durante a noite e aos fins-de-semana;
- Substituição de equipamentos de ar condicionado que se encontravam obsoletos, com incapacidade térmica e ineficiência energética, por aparelhos de nova geração, com melhor gestão e que funcionam a gás R407 ou R410 (os equipamentos antigos funcionavam a gás R22, cuja proibição de venda na UE está já em vigor).

3.1.3. Uma das actividades dos SAR traduz-se na organização de **visitas guiadas** ao Palácio de S. Bento, constituindo um dos vários instrumentos para comunicar com os Cidadãos, é aquele que permite apelar, de forma mais envolvente, ao exercício de uma cidadania activa, ao mesmo tempo que instrui os visitantes sobre a história, as competências e o funcionamento da Assembleia da República.

Em 2010, realizaram-se 460 visitas guiadas, participadas por um total de 16474 cidadãos, na sua maioria grupos de estudantes dos diversos graus de ensino, sendo que 443 destas visitas foram feitas em dias úteis e 17 no último sábado de cada mês. Estes números traduzem um aumento de cerca de 27,5% relativamente ao ano anterior, não esquecendo, porém, que os valores apresentados em 2009 reflectem a limitação de visitas guiadas no primeiro trimestre daquele ano devido às obras de remodelação da Sala das Sessões.

Ainda na esfera das visitas guiadas, refira-se a organização do serviço educativo da **exposição "Res Publica: Cidadania e Representação política em Portugal, 1820-1926"**, cujas visitas guiadas se iniciaram a 7 de Outubro e decorreram até 31 de Janeiro de 2011, tendo sido acolhidos cerca de 370 visitantes.

Gráfico 5.1
EVOLUÇÃO DO Nº DE VISITAS GUIADAS

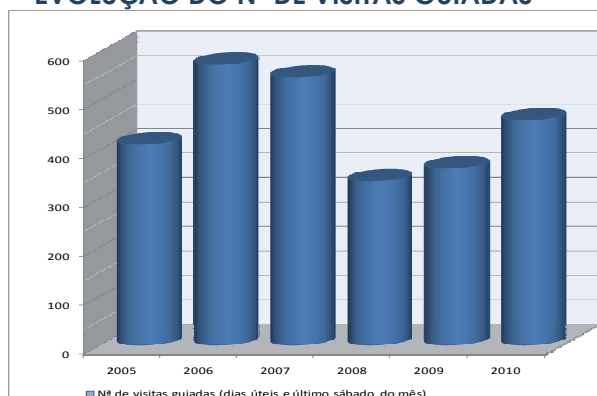
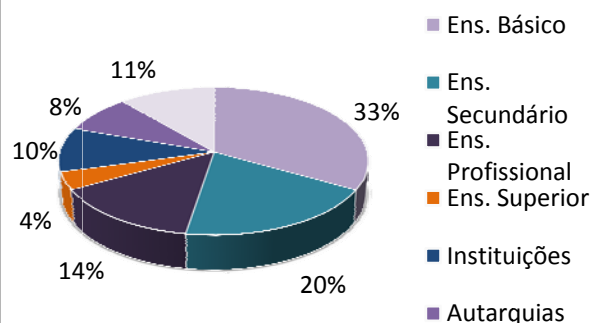


Gráfico 5.2
DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO



Os valores apresentados no gráfico 5.1 decorrem de algumas escolhas analíticas e constrangimentos contextuais, explicitados seguidamente:

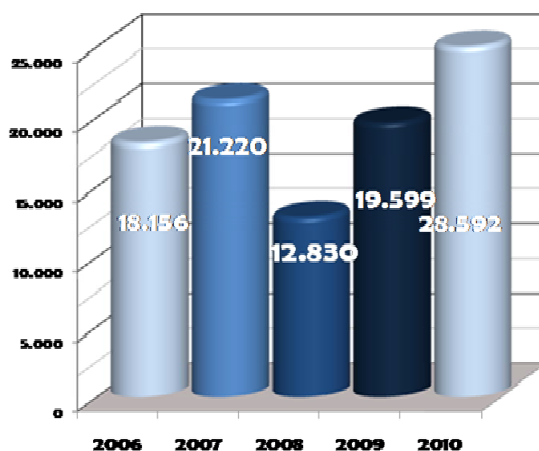
– nesta contagem, não foram contempladas as visitas guiadas realizadas em dias comemorativos (Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, Dia da Liberdade e Jornadas Europeias do Património), nem as realizadas no âmbito dos serviços educativos das exposições patentes na AR nos anos em análise (“O Poder da Arte: Serralves na Assembleia da República”, “3d – Colecção Berardo na Assembleia da República”, José Relvas: o Conspirador Contemplativo” e “Arquitecto Miguel Ventura Terra (1866-1919)” e “Res Publica: Cidadania e Representação Política em Portugal, 1820-1926”);

– no período em que esteve patente a exposição “O Poder da Arte: Serralves na Assembleia da República” (12 de Janeiro a 16 de Abril de 2006), para além das visitas guiadas do último sábado do mês (neste caso, às 12h, 15h e 16h), realizaram-se duas visitas guiadas ao Palácio de S. Bento em todos os sábados, domingos e feriados (12h e 16h).

– nos anos de 2008 e 2009, a redução do número de visitas guiadas deve ser interpretada à luz dos condicionamentos resultantes das obras de remodelação da Sala das Sessões (Julho de 2008 a Março de 2009).

Em 2010, as Jornadas Europeias do Património foram subordinadas ao tema “Património: Um Mapa da História”, sendo que o programa da Assembleia da República pretendia incentivar os visitantes ao usufruto dos espaços patrimoniais através de actividades que lhes permitissem “viajar” pelo Palácio de S. Bento, percorrer as várias salas e descobrir, em cada recanto, mapas de emoções e História, pelo que, nos dias 25 e 26 de Setembro, a AR foi visitada por mais de 1.500 pessoas.

Gráfico 6.1
EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS



As **assistências às sessões plenárias** registaram o número mais elevado desde sempre, em que 28 592 cidadãos assistiram aos trabalhos parlamentares a partir das galerias da Sala das



Sessões. De forma a facilitar o acesso de grupos organizados de visitantes ao Palácio de S. Bento para assistência às reuniões plenárias, a AR procede à gestão dos pedidos que lhe são remetidos por várias entidades e instituições ao longo de todo o ano, com particular incidência nos períodos lectivos.

A informação ao cidadão surge concretizada através de um conjunto diversificado de acções, nomeadamente na manutenção do **portal de internet** do Parlamento, de que se destacam: as actualizações técnicas ao nível do PLC e GODE, utilizando-se *Web Services*, o que se reflectiu na uniformização de resultados de pesquisas internas e externas; a desmaterialização de vários procedimentos originários da área do Parlamento dos Jovens, permitindo uma mais fácil interacção entre as escolas e a Assembleia da República; a implementação, actualização e/ou o “alojamento” de sítios temáticos, com o objectivo de divulgar eventos específicos realizados no Parlamento (ex) criação dos sítios “Centenário da República” e “II Assembleia Parlamentar da CPLP”).

Em termos estatísticos, o total de visitantes do portal foi de 2 001 571, o que representa uma média mensal de 166 797 acessos, sendo que, em relação a 2009, se verificou um aumento de 1,04%.

Ainda no âmbito do portal Internet, em Setembro de 2010, lançou-se o sítio “**Espaço Jovem**”, uma página dedicada essencialmente aos mais novos, enquanto projecto de cidadania, e a pais e professores, enquanto instrumento pedagógico de apoio à comunidade educativa. A informação do “Espaço Jovem” foi estruturada de forma a dar primazia à interacção entre o utilizador e os conteúdos disponibilizados, através da utilização de diferentes suportes pedagógicos e da adequação da linguagem à faixa etária em causa. Este sítio foi delineado com um carácter evolutivo e dinâmico. Por isso, nesta primeira fase, foram disponibilizados conteúdos lúdicos e didácticos para crianças dos 6 aos 10 anos, nomeadamente jogos, filmes animados, livros interactivos, um glossário e breves textos de enquadramento sobre as competências e o funcionamento da Assembleia da República. Depois de consolidada esta fase, o próximo passo será o de alargar o sítio à faixa etária dos 11 aos 15 anos e desenvolver a área dedicada a pais e professores.

Para além do portal de Internet a informação ao cidadão foi veiculada, em 2010, através do envio de envio de **151 notas à comunicação social**, requeridas na sua maioria pelas Comissões Parlamentares e pelo Gabinete do PAR, número que representa um aumento de 61% relativamente a 2009, e que reflecte uma tendência crescente de recurso aos meios próprios da AR (portal Internet, correio electrónico, *mailing* direccionado por áreas de especialidade e Canal Parlamento) para a divulgação das actividades parlamentares e é seguido pelo



correspondente decréscimo de 37% no número de **anúncios publicados na imprensa escrita** (68), dos quais 46 correspondem a publicações obrigatórias relativas a separatas do *Diário da Assembleia da República*.

Não foram feitos anúncios televisivos no período em apreço e registaram-se apenas 3 anúncios radiofónicos, difundidos a título gracioso pela RDP, por se tratar de publicidade institucional, considerada de relevante interesse público. Para algumas iniciativas de cariz cultural, como as Jornadas Europeias do Património 2010 e a exposição "*Res Publica: Cidadania e Representação Política em Portugal, 1820-1926*", foram ainda colocados cartazes nas carruagens do Metropolitano de Lisboa e nos autocarros da Carris, também a título gracioso. Em contexto de contenção orçamental, procurou-se encontrar alternativas de publicitação dos eventos do Parlamento, recorrendo, na maioria dos casos, apenas aos meios internos da AR ou aproveitando a colaboração de outras entidades, como foi o caso do Metropolitano de Lisboa e da Carris.

No que respeita ao **Boletim Informativo**, após a sua desmaterialização no início da XI Legislatura, o programa do BI foi consolidado, em 2010, com a disponibilização de uma vista temática e outra de calendário, vários tipos de pesquisas, uma versão para *smartphones* e a possibilidade de subscrição de *RSS Feeds*.

Depois do sucesso das edições anteriores da iniciativa "**Parlamento de Porta Aberta**", a Assembleia da República voltou em 2010 a convidar os cidadãos a participarem na celebração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, que teve lugar a 18 de Abril e nas comemorações do Dia 25 de Abril, sendo que, nestes dias, o Palácio de S. Bento acolheu mais de 1 700 cidadãos.

O primeiro dia foi dedicado ao tema "Património Rural/Paisagens Culturais", tema que a Assembleia da República procurou associar à história do edifício, recuando à época do espaço monástico. Lugar de hortas, adegas e lagar, o Mosteiro de S. Bento ofereceu-nos os argumentos para a realização de oficinas pedagógicas ligadas às artes agrícolas ("*Espanta Pardais*", "*Jardins de Mão em S. Bento*", "*No Claustro de S. Bento: património natural, recurso sustentável*" e "*Pão Bento: mãos na massa*", oficinas concebidas para várias faixas etárias, mas pensadas, sobretudo, para serem vividas em família). A estas actividades associaram-se as já habituais visitas livres e guiadas ao edifício. Foi ainda possível visitar a exposição "*José Estêvão: Revolução e Liberdade (1809-1862)*" e uma feira do livro patente no local. A encerrar o dia, teve lugar o concerto da Orquestra Juvenil da Fundação Musical dos Amigos das Crianças (FMAC).

Após a Sessão Solene Comemorativa do XXXVI Aniversário do **25 de Abril**, o Palácio de S. Bento voltou a abrir as suas portas para mais momentos de partilha e conhecimento, proporcionando visitas livres e guiadas e realizando a oficina pedagógica “Cartazes da Liberdade”, em que as crianças e as suas famílias foram convidadas a criar os seus próprios cartazes de Abril.

3.1.4 O programa **Parlamento dos Jovens** – uma iniciativa da Assembleia da República dirigida aos jovens do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário que culmina com a realização de duas Sessões Nacionais na AR, cumprindo as orientações emanadas da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência e sob a gestão directa da Secretária-Geral, deu cumprimento aos objectivos projectados para a edição que se concretizou com a realização das sessões nacionais na Sala do Senado da Assembleia da República, em Abril de Maio de 2010.

A organização e o empenhamento dos representantes das entidades parceiras: Assembleia da República – através da Equipa Parlamento dos Jovens, Ministério da Educação e Instituto Português da Juventude – através das Direcções Regionais de Educação e das Direcções Regionais da Juventude, respectivamente, bem como das Equipas de Apoio às Escolas, que directamente fazem o acompanhamento das Escolas participantes, contribuíram para um novo impulso do processo evolutivo que se vem registando na participação das Escolas - **403** do ensino **básico** e **322** do ensino **secundário** – traduzida num total de **20335** jovens envolvidos, representando um **aumento percentual global, face a 2009, de 12,93%** como se destaca no quadro:

Elementos considerados	Básico		Secundário		Totais B+S	Totais B+S
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Edições do PJ						
Escolas participantes	352	403	290	322	642	725
Turmas envolvidas	1542	1893	1471	1626	3013	3519
Alunos participantes nas listas eleitorais	11760	11959	7480	8376	19240	20335
Votantes nas eleições para as Sessões Escolares	76591	93212	49215	55319	125806	148531
Deputados eleitos para as Sessões Escolares	6806	8289	5000	5472	11806	13761
Alunos participantes nas Sessões Distritais/Regionais, eleitos nas S. Escolares	1248	1352	1079	1158	2330	2510
N.º de Escolas eleitas para a Sessão Nacional	64	65	64	65	128	130
Alunos eleitos para a Sessão Nacional	128	130	128	130	256	260

Realça-se o interesse pedagógico do programa na perspectiva do desenvolvimento de competências essenciais para a formação dos jovens, nomeadamente a capacidade de reflexão, o desenvolvimento do sentido crítico, o aperfeiçoamento da expressão oral e da capacidade de argumentação e a aprendizagem sobre as regras da democracia.

Participação das Escolas dos círculos da Europa e Fora da Europa

Assinala-se apenas a participação de 1 Escola do círculo Fora da Europa – A Escola Portuguesa de Macau com a inscrição nas duas sessões: básico e secundário.

Participação dos Deputados

Regista-se a presença de **275 Deputados em 267 Escolas das 285 que endereçaram convites, registando-se que 92% dos convites foram correspondidos**, percentagem significativa comparativamente com os 74% registados na edição anterior (2008/2009) do Parlamento dos Jovens.

Divulgação das acções do Programa e impacto na sociedade

- A visibilidade do site do Parlamento dos Jovens, inserido no espaço jovem do portal do Parlamento, revela ser um meio adequado e importante para a divulgação desta Iniciativa parlamentar o que se evidencia pelo **número de visitas que, entre Setembro de 2009 e Maio de 2010, atingiu um total de 241 378 acessos**, traduzindo-se num aumento relativamente aos dados anteriores (221 768 acessos):

Set-09	Out-09	Nov-09	Dez-09	Jan-10	Fev-10	Mar-10	Abr-10	Mai-10	TOTAL
23163	23496	23350	14856	33228	26968	46666	21675	27976	241378

4. Actividade Editorial

Em 2010, a Divisão de Edições deu continuidade à actividade cultural e editorial que tem vindo a ser desenvolvida e que se traduziu na edição de livros, brochuras, folhetos, postais, agendas, convites e outros materiais promocionais; na produção de peças e artigos evocativos do Parlamento; na organização de sessões de lançamento de livros; na produção e acompanhamento de exposições; no apoio a obras de outras editoras; e na divulgação do Parlamento através da Livraria Parlamentar e da participação na Feira do Livro de Lisboa.

Foram editados 22 livros, em que se salientam os três títulos da Colecção Parlamento, editados em parceria com a Texto Editora: *A questão religiosa no Parlamento*, Volume 1 - 1821-1919; *Os Procuradores da Câmara Corporativa*, de Tavares Castilho e *Mariano Cirilo de Carvalho: o "poder oculto" do liberalismo progressista" (1876-1892)*, de Paulo Jorge Fernandes. Destacam-se ainda os catálogos das exposições *José Estêvão: Revolução e Liberdade, 1809-1862* e *Res Publica: cidadania e representação política em Portugal, 1820-1926*, a publicação juvenil *O 5 de Outubro e a implantação da República*, de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, a 3.ª edição actualizada do livro *O Parlamento de Portugal, as Intervenções Parlamentares de Lino de Carvalho*, o fac-símile da Constituição de 1911 e a obra *Parlamentos: a Lei, a Prática e as Representações: da Idade Média à Actualidade*. Em 2010, iniciaram-se os trabalhos de



preparação dos três DVD's a anexar aos livros *A questão religiosa no Parlamento* (volumes 2 e 3) e *A questão colonial no Parlamento* (volume 3) e de edição dos títulos *José Estêvão: o homem e a obra*, de José Manuel Tengarrinha, *As eleições legislativas de 1942*, de José Reis Santos, *Dicionário da I República e do Republicanismo* (volume 1), *António José da Almeida: o Tribuno da República*, de Ana Paula Pires, e do Relatório de gerência 2009.

O livro "Os Deputados da Assembleia Nacional", de Tavares Castilho, editado na Colecção Parlamento, foi distinguido, em 2010, com o Prémio Calouste Gulbenkian da Academia Portuguesa de História.

A AR editou, ainda, o calendário e a agenda para 2011, em dois formatos, subordinados ao tema da Assembleia Constituinte e da Constituição de 1911.

Dos diversos materiais editados relativos à história e da actividade parlamentar, destacam-se o folheto da exposição *Res Publica* (distribuído gratuitamente aos visitantes); a brochura dedicada a Manuel Tito de Morais; o folheto evocativo de Fernando Amaral e o conjunto de programas/convites e cerimoniais executados para os eventos que tiveram lugar no Parlamento.

A DE foi responsável pela criação da imagem gráfica e pela produção de materiais para os eventos que tiveram lugar na Assembleia da República, destacando-se os trabalhos desenvolvidos para a II Assembleia Parlamentar da CPLP, o Parlamento dos Jovens, as Jornadas Europeias do Património e o Congresso Internacional I República e Republicanismo, assim como a elaboração e a manutenção do *site* das Comemorações do Centenário da República na Assembleia da República.

Em 2010, foram editados 27 novos artigos. Procurou-se a dignificação dos objectos evocativos da Assembleia da República, visando a edição de peças exclusivas e o desenvolvimento da ideia de colecções de artigos. Neste sentido, foram desenvolvidas a linha de *merchandising* inspirada no candeeiro da Escadaria Nobre do Palácio de São Bento, a colecção "Amigos da Assembleia" e os materiais com fotografias de Joshua Benoliel e com imagens de postais da I República.

Manteve-se a participação na Feira do Livro de Lisboa, sendo que para o respectivo *stand* foi desenvolvida uma imagem gráfica exclusiva, alusiva às Comemorações do Centenário da República.

A Livraria Parlamentar manteve-se aberta ao público nos sábados em que se realizaram visitas ao Palácio de São Bento, na iniciativa "Parlamento de Porta Aberta" (25 de Abril) e nas Jornadas Europeias do Património.

Uma selecção de livros e artigos de *merchandising* editados pela Assembleia da República foi comercializada nas lojas das exposições “Viva a República” (Cordoaria Nacional), “Viajar” e “Corpo” (Terreiro do Paço). As publicações da Assembleia da República foram também colocadas à consignação na livraria da Biblioteca Nacional de Portugal.

A Divisão de Edições organizou a exposição *José Estêvão: Revolução e Liberdade 1809-1862* (Março-Abril), comissariada por Júlio Rodrigues da Silva, que esteve patente no Salão Nobre. Esta iniciativa inseriu-se no programa de comemorações do bicentenário do nascimento de José Estêvão, desenvolvido pela Assembleia da República em parceria com a Câmara Municipal de Aveiro.

No âmbito das comemorações do centenário da República organizou, em parceria com a Biblioteca Nacional de Portugal, a exposição *Res Publica: cidadania e representação política em Portugal, 1820-1926*, comissariada por Fernando Catroga e Pedro Tavares de Almeida. Esta exposição esteve patente no Átrio Principal e nos Passos Perdidos a partir de 6 de Outubro.

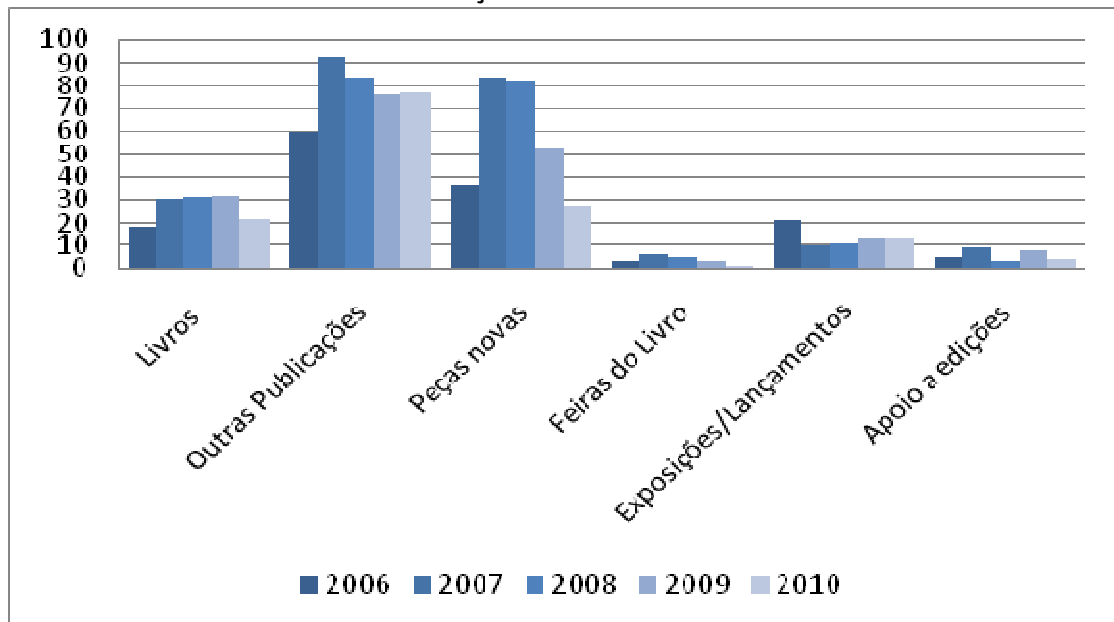
Como habitualmente, a Divisão de Edições deu apoio ao Grupo de Trabalho para os Assuntos Culturais da Assembleia da República e elaborou pareceres relativos a projectos editoriais.

Foram organizadas diversas apresentações públicas de obras editadas pela Assembleia da República e de outras editoras. Manteve-se o apoio à edição de obras publicadas por outras editoras, através da aquisição de exemplares.

Quadro 20 – LANÇAMENTOS EDITORIAIS

Actividade Editorial	2010
Livros	
Edições exclusivas da Assembleia da República	19
Colecção Parlamento	3
Apoio a Edições (obras já editadas)	4
Material Promocional	
Brochuras, folhetos	24
Postais, marcadores, convites, cartazes, anúncios	49
Agendas de bolso, de secretária e calendários	4
Peças	
Peças novas: estanhos, porcelanas, peles, cristais e papelaria	27
Exposições	
Organização	2
Feiras do livro	
Lisboa	1
Lançamentos de livros	11

Gráfico 7 – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EDITORIAL



5. Cooperação Interparlamentar

5.1 Bilateral

No âmbito da Cooperação Parlamentar com os Países de Língua Portuguesa, durante o ano de 2010, importa destacar, para além das actividades elencadas infra, a assinatura de um novo Programa de Cooperação com a Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe, válido para o triénio 2010-2012.

Ao nível das actividades desenvolvidas durante o ano de 2010, ao abrigo dos vários Programas de Cooperação Parlamentar, salienta-se:

Cooperação com a Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV)

Programa de Cooperação Parlamentar Bilateral, assinado em 27 de Abril de 2009. No quadro deste programa, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Março - Fornecimento de material "acid free" para acondicionamento de documentos e fotografias de arquivo da ANCV.
- Julho - Formação *on job*, na AR, dos técnicos de economia e finanças da ANCV.
- Outubro
 - Instalação de uma base de dados de arquivo fotográfico na Biblioteca da ANCV.
 - Formação especializada em base de dados de fotografia (ANCV).
 - Curso sobre "Protocolo Parlamentar" (ANCV).



- Assessoria Técnica na implementação de uma solução centralizada de anti-vírus (ANCV).
- Instalação de uma solução para a gestão do registo de correspondência da ANCV.
- Instalação do sistema de segurança anti-furto para os livros da biblioteca da ANCV.

Refira-se ainda que foi efectuada, em Novembro, a avaliação intercalar do programa em vigor, na qual se expressa o valor positivo das acções desenvolvidas e a notória melhoria das capacidades profissionais dos dirigentes e técnicos da ANCV envolvidos.

Cooperação com a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANPGB)

Programa de Cooperação Técnica Parlamentar entre a Assembleia da República e a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau 2009/2011, assinado em 17 de Fevereiro de 2009.

No quadro deste Programa de Cooperação, manteve-se em funções a tempo inteiro, junto da ANPGB, uma Leitora de português para ensino da língua portuguesa aos Deputados e Funcionários guineenses (ao abrigo do Protocolo celebrado entre a AR e o Instituto Camões).

No início de 2010 realizou-se uma missão de avaliação junto da ANPGB para identificar as reais necessidades do Parlamento guineense na área de informática. Em sequência dessa missão arrancou um projecto de informatização da ANPGB cujas etapas finais só ficarão concluídas em 2011.

Com o intuito de acompanhar este projecto de informatização e de desenvolver funções técnicas na área de informática da ANPB, nomeadamente a dinamização da utilização dos meios informáticos por parte dos Serviços do Parlamento guineense, a AR, em parceria com a ANPGB, recrutou um técnico guineense para desempenhar essas funções na qualidade de Técnico Residente da Assembleia Nacional Popular.

Cooperação com a Assembleia da República de Moçambique (ARM)

No âmbito do Programa de Cooperação Parlamentar 2008/2010, no ano de 2010 executaram-se um conjunto de acções nas áreas do Processo Legislativo e Apoio às Comissões, Documentação Parlamentar, Informática, Administração e Finanças,

- Informática - com o objectivo de colmatar necessidades de formação dos técnicos de informática da ARM, dois funcionários do Parlamento moçambicano frequentaram um curso de formação na empresa Rumos e, posteriormente, efectuaram um estágio no Centro de Informática da AR. Esta acção de cooperação teve a duração de duas semanas, em Novembro/Dezembro.



- Apoio parlamentar - dois técnicos da AR deslocaram-se à ARM, durante uma semana, para ministrarem um Curso de capacitação de funcionários sobre Processo legislativo, em Fevereiro/Março.
 - Na mesma área, três técnicos da ARM realizaram estágios *on job* na AR durante uma semana, em Outubro.
- Documentação e informação – teve lugar em Junho, junto da ARM, uma Missão de assistência técnica na área do Arquivo Histórico, durante uma semana.
- Administração e finanças – nesta área realizaram-se seis estágios de técnicos da ARM. O primeiro decorreu no âmbito do aprovisionamento e património (no seguimento do Encontro Interparlamentar respectivo) e os restantes cinco realizaram-se na área de gestão financeira centrando-se na elaboração do orçamento da AR e da Conta de Gerência.

Cooperação com a Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe (ANSTP)

Foi assinado em Janeiro um novo Programa de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia da República e a Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe, válido para o triénio 2010-2012. Este Programa de Cooperação deu continuidade aos Programas anteriores. A maioria das acções de cooperação previstas está centrada em três áreas: Apoio Parlamentar; Biblioteca, Informação, Arquivo e Actividade Editorial; e Informática.

No âmbito do referido Programa de Cooperação realizaram-se as seguintes acções:

- Formação na área do Apoio ao Plenário e Comissões Parlamentares para três Técnicos da ANSTP, de 21 de Junho a 2 de Julho, na AR.
- Seminário sobre avaliação do impacto da legislação seguido de estágio na área do Apoio ao Plenário e Comissões Parlamentares para dois Técnicos da ANSTP, de 25 a 29 de Outubro em Lisboa.
- Missão de Estudo de três Deputados e de um Técnico da ANSTP para acompanhar a apreciação e discussão do Orçamento do Estado e a execução orçamental, de 22 a 26 Novembro, na AR.
- Formação na produção de dossiers de legislação e reforço da formação em DocBase para dois Técnicos da ANSTP de 12 a 16 de Julho, junto dos Serviços da Assembleia da República que tratam essa matéria.
- Formação na área do arquivo fotográfico, conservação de suportes fotográficos, DocBase e técnicas e métodos de produção editorial. Para dois Técnicos da ANSTP de 15 a 19 de Novembro, em Lisboa.



- Formação nas áreas de administração de sistemas, redes informáticas, construção e gestão de páginas internet, gestão de bases de dados e desenvolvimento de aplicações para dois Técnicos da ANSTP, de 17 a 28 de Maio, no Centro de Informática da AR.
- Missão de Assessoria na reestruturação da rede informática da Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe, realizada por um Técnico da Assembleia da República, de 26 de Novembro a 3 Dezembro, em São Tomé.
- Fornecimento à ANSTP de três chaves de carregamento de dados para a aplicação DocBase em Abril.
- Apoio no licenciamento de software anti-vírus para 100 postos de trabalho, em Dezembro.
- Visita de três membros do Conselho de Administração da ANSTP à AR, em Março.

Cooperação com o Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL)

No âmbito da cooperação parlamentar estabelecido com o PNTL desenvolveram-se as seguintes actividades:

- Colocação em Dili, a exercer funções junto do Parlamento Nacional, de um Quadro Superior da AR, na qualidade de Encarregada de Missão, com o propósito de promover, dinamizar e acompanhar as acções no âmbito da cooperação técnica parlamentar luso-timorense.
- Contratação de uma Leitora de Língua Portuguesa, ao abrigo do Protocolo de Cooperação celebrado entre a Assembleia da República e o Instituto Camões, a exercer funções no Parlamento Timorense, em regime de exclusividade, para ministrar aulas de Língua Portuguesa a Deputados e a Funcionários.
- Realização de dois estágios junto da Divisão de Serviços Administrativos e Financeiros da AR pela Directora de Administração e Chefe de Divisão do Plano, Finanças e Serviços Gerais do PNTL, de 12 e 16 de Julho.
- Realização de uma missão de Assistência Técnica a Timor-Leste na área da Biblioteca, 12 de Julho a 7 de Agosto, para o fornecimento e instalação de uma aplicação de gestão de biblioteca, fornecimento e instalação de uma aplicação de gestão de empréstimos para a Biblioteca, acção de formação sobre técnicas e métodos de registo, catalogação, indexação, pesquisa e gestão de empréstimos em Docbase.
- Visita do Secretário-Geral do PNTL à AR, de 26 de Setembro a 2 de Outubro, para conhecer os serviços do Parlamento português e o seu modo de funcionamento, tendo contactado com os Directores de Serviço e com cada uma das Divisões da AR;

- A AR providenciou a assinatura ao Diário da República electrónico e à Digesto para o PNTL (I Série - 100 acessos com password através da Internet).
- Na área da Gestão do Parlamento, foram fornecidas 100 licenças em língua portuguesa do Microsoft Office para instalação nos computadores dos Serviços do Parlamento Nacional e 70 teclados em português para uso dos Parlamentares timorenses.

5.2 Multilateral

No domínio da cooperação parlamentar multilateral, e enquadrados nas actividades da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), a Assembleia da República organizou os seguintes encontros:

- **I Encontro Interparlamentar de Quadros das Áreas da Documentação, Informação e Arquivo** dos Parlamentos de Língua Portuguesa - 3 a 7 de Maio de 2010.
- **II Encontro interparlamentar de Quadros das Áreas Administrativa, Financeira e Patrimonial** dos Parlamentos de Língua Portuguesa - 5 a 9 de Julho de 2010.
- **II Encontro Interparlamentar de Quadros de Apoio ao Processo Legislativo** dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa - 27 de Setembro a 1 de Outubro de 2010.

O **XI Encontro da ASG-PLP** decorreu, em Maputo, de 20 a 25 de Setembro de 2010, sob a presidência do Secretário-Geral da Assembleia da República de Moçambique. Participaram neste Encontro Delegações dos Parlamentos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Foi indicada como porta-voz deste Encontro a Secretária-Geral da Assembleia da República de Portugal (ARP), na qualidade de Decana da Associação.

Foram apresentados pelos respectivos Secretários-Gerais os Relatórios de Actividade de cada Parlamento e durante o Encontro foram debatidos os seguintes temas: A incidência da crise financeira na Assembleia da República de Portugal (Portugal); A utilização da língua portuguesa nas reuniões plenárias da UIP (Portugal); A questão da autonomia financeira no Parlamento de S. Tomé e Príncipe (S. Tomé e Príncipe); A importância da pesquisa para o funcionário parlamentar (Moçambique); O papel do funcionário parlamentar na constituição e preservação do acervo documental (Moçambique); O projecto “Fortalecimento e desenvolvimento de recursos humanos no Parlamento de Moçambique” (Moçambique); O projecto de Plano Estratégico da Assembleia da República de Moçambique (Moçambique).



Igualmente no âmbito das actividades da ASG-PLP decorreu em Maputo, de 24 a 28 de Maio, sob a égide da Assembleia da República de Moçambique o **V Encontro dos Quadros Informáticos dos PLP**, no qual a AR esteve representada. Foram debatidos os seguintes temas: Tecnologias de informação na Assembleia da República de Moçambique; Situação de implementação das TIC's nos parlamentos de expressão portuguesa; Política de informática – experiência de países que possuem políticas de informática (Brasil, Portugal, Timor-Leste); Análise do índice de cumprimento do website da ARP em relação às “Guidelines for Parliamentary Websites” da União Interparlamentar (Portugal); Projecto de e-democracia, portal de interacção virtual do parlamento com a sociedade (Brasil); Projecto Web câmara – sistema acoplado ao sisaudio para apresentação de vídeos dos pronunciamentos parlamentares na internet (Brasil); Governação electrónica – Unidade Técnica para a Política de Informática – Unidade Técnica da Implementação da Política de Informática de Moçambique; Projecto BUNGENI – UNDESA.

6. Gestão das Tecnologias de Informação

No ano de 2010, a gestão das Tecnologias de Informação na AR teve como principais objectivos a implementação das recomendações do INESC e do Gabinete Nacional de Segurança (GNS), o alinhamento com a Resolução n.º 53/2007 (software livre), bem como o desenvolvimento de novas soluções e a melhoria de algumas das existentes, que contribuíram para a modernização dos SAR e para o aumento da eficácia da actividade da AR.

6.1 No âmbito da **auditoria realizada pelo INESC** foram executados os seguintes trabalhos:

. **Unificação dos vários domínios da AR num domínio único** permitindo, desde logo, colmatar disfuncionalidades existentes no anterior sistema, designadamente, a simplificação do acesso às soluções informáticas e a criação de uma lista completa de endereços de correio electrónico. Esta unificação traduz-se em benefícios funcionais e económicos, uma vez que cada Grupo Parlamentar tinha, até 2010, 5 servidores em produção. A partir de 2010 a infraestrutura de servidores será a mesma para toda a AR, reduzindo-se assim o esforço e o custo da manutenção de hardware e ainda o número de licenças de software instaladas.

De referir ainda que, a complexidade crescente na administração dos servidores, a crescente diversidade nos sistemas informáticos de cada Grupo Parlamentar, a dificuldade acrescida na implementação de medidas de segurança, foram factores adicionais que conduziram à implementação deste projecto.



Com a unificação, os Grupos Parlamentares passaram a dispor de um ambiente mais seguro e amigável dado que a autenticação para a entrada em todas as aplicações ao seu dispor passou a ser efectuada uma só vez.

Para garantir o êxito deste projecto foram desenvolvidos, em paralelo, dois outros projectos que tiveram uma relevância muito significativa:

. **Delegação de Competências** - destinado a possibilitar a delegação da administração dos servidores virtuais de cada Grupo Parlamentar ao responsável informático designado por cada GP. Esta delegação de competências tem como objectivo a continuação do trabalho técnico até aqui feito pelos informáticos dos Grupos Parlamentares, tanto no apoio directo aos seus utilizadores como na própria estruturação da informação dentro de cada Grupo Parlamentar.

. **Auditoria** - Destinando-se fundamentalmente a facultar a possibilidade, a cada Grupo Parlamentar, de verificação das acções executadas ao nível da Administração de Sistemas. Este projecto revelou-se da maior importância, não só para credibilizar o papel dos técnicos do Centro de Informática na administração dos servidores como para assegurar uma relação de confiança, entre o Centro de Informática e os Grupos Parlamentares, imprescindível ao bom funcionamento entre ambas as partes.

Outros projectos paralelos derivaram da **unificação de directórios**, nomeadamente:

. **A adaptação das aplicações da AR@Net ao Directório Único**, com vista à integração e optimização de todas as funcionalidades disponibilizadas por esses sistemas, destacando-se os sistemas SIP e Mercúrio.

. **A alteração das redes dos diversos Grupos Parlamentares**, de forma a adaptar a comunicação das diversas redes com a nova estrutura de Directório Único e Serviços de Rede, bem como para regular a comunicação entre elas.

. **A alteração da estrutura da solução de acesso remoto**, de forma a sincronizar a autenticação e acessos dos utilizadores com a nova estrutura de Directório Único e efectuar esta transição mantendo um ambiente de utilização similar ao anterior.

. **A alteração da configuração dos PDA dos utilizadores dos GP's**, tarefa sem complexidade relevante mas que, pelo impacto da perda de funcionalidades, ainda que momentânea, se tornou um factor crítico de sucesso para esta unificação.

. **A alteração das aplicações de Comunicações Unificadas**, como o SMS4exchange, o Rightfax e ainda o Call Express, de forma que estas continuassem disponíveis aos Grupos Parlamentares após a sua migração para o novo Directório.

. **Reforço da infra-estrutura da tecnologia da informação da Assembleia da República** - assegurando que, apesar do aumento do número de utilizadores derivado da integração dos Grupos Parlamentares, a infra-estrutura mantém um nível de resposta adequado às

necessidades da AR. Com este objectivo, foi aumentada a capacidade de processamento, memória e disco adequando assim esta infra-estrutura à nova realidade.

A integração dos servidores dos GP na infra-estrutura da AR e o recurso à virtualização de servidores permitiu a redução do *hardware* existente no CPD, criando assim condições para que a implementação de um **sistema de Disaster-Recovery**, vital para a AR, seja agora um objectivo tangível.

6.2 Resolução n.º 53/2007 – Software Livre – durante 2010 o Centro de Informática desenvolveu um plano de migração de aplicações e serviços para *software* livre, com base num levantamento de soluções disponíveis. O objectivo é o estudo da viabilidade de substituição dos actuais postos de trabalho da AR por postos utilizando Software livre.

6.3 Apesar de, em 2010, o CINF ter tido como principal projecto a unificação de Directórios, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- **A substituição das estações de trabalho dos deputados por terminais thin-client**, em substituição dos computadores de secretária, ficando a estação de trabalho armazenada centralmente e acessível remotamente, apresenta várias vantagens. Destaca-se, a realização de backup's regulares reduzindo assim, consideravelmente, o risco da perda de dados em caso de avaria. Esta solução possibilita a cada Deputado alternar entre o seu local de trabalho e a sala das sessões, com a vantagem acrescida de manter o seu ambiente de trabalho em ambos os postos.
- **A disponibilização da nova solução VPN** que permite o acesso remoto à rede da AR, implementando em simultâneo medidas de segurança no acesso. Esta ferramenta dispensa a utilização dos *Tokens* utilizados na anterior solução VPN correspondendo às solicitações dos utilizadores no que respeita a facilidade de acesso e segurança. A solução VPN foi colocada em produção e em comunicação com a estrutura de autenticação da AR pelo que os dados de acesso dos utilizadores estão agora sincronizados.
- **Aquisição de desktops para os Grupos Parlamentares** para adequar os equipamentos informáticos às necessidades dos Grupos Parlamentares. Os computadores de secretária do staff dos Grupos Parlamentares encontravam-se desadequados às necessidades dos trabalhos Parlamentares. Assim em 2010 foi feita uma substituição total dos computadores de secretária atribuídos aos Grupos Parlamentares.

- **Actualização da Infra-Estrutura de Rede** – Em 2010 foi iniciada uma actualização gradual da Infra-estrutura de Rede. Consiste na renovação de equipamentos de rede, reforço da estrutura e introdução de novas soluções de rede de melhor desempenho. A actualização, em 2010, incidiu sobre o núcleo da Rede da AR bem como em equipamentos de acesso distribuídos nos edifícios da AR onde se deu início à introdução da capacidade PoE (*Power Over Ethernet*).
- **Início do Projecto NAC (*Network Access Control*)**. Foi constituído um sistema NAC, em fase de desenvolvimento e configuração. Este sistema destina-se a reforçar futuramente a segurança da rede interna.
- **Ligação da Casa Azul** – Foi efectuada a adaptação da solução de rede de ligação da Casa Azul às entidades presentes no edifício bem como a expansão desta estrutura de rede ao novo piso. A ligação em rede da Casa Azul baseia-se em antenas de comunicação.
- **Substituição de Equipamentos de rede Sem Gestão (Hubs)**. Foi iniciado o processo de retirada de equipamentos de rede sem gestão (Hubs e Microswitches). Em 2010 foram retirados equipamentos dos bastidores de rede, tendo sido substituídos por equipamentos com gestão remota e com melhor desempenho.
- **Concepção de um Sistema de Gestão da Segurança da Informação** - Neste projecto destacam-se, entre outras, as propostas de política de topo da segurança da informação, de gestão dos riscos de segurança da informação, de classificação e manuseamento da informação, de gestão das operações e das comunicações e de gestão de incidentes de segurança.

6.4 Relativamente às recomendações do Gabinete Nacional de Segurança, consequência da auditoria realizada em 2009 à Entidade Certificadora da Assembleia da República (ECAR), executou-se:

- **A revisão e criação de documentação procedimental e técnica** referente à actividade de certificação e aos sistemas que a suportam;
- **A integração dos sistemas de controlo de acessos e de detecção de intrusão do Centro de Processamento de Dados (CPD) e da Zona de Alta Segurança (ZAS).**

Dos trabalhos acima referidos resultou que, das não conformidades identificadas pelo GNS, num total de 45, foram eliminadas 34, consoante o relatório da auditoria realizada à ECAR no ano de 2010.

6.5 Quanto ao desenvolvimento de novas soluções de tecnologia de informação destacam-se:

- Introdução de **melhorias na aplicação do Boletim Informativo**, permitindo a visualização das actividades parlamentares de uma forma segmentar por temas ou de uma forma calendarizada, semelhante à vista de calendário do MS Outlook.
- **A Revisão da aplicação de Perguntas e Requerimentos ao Governo** visando a redução da complexidade e do tempo do processo desde a entrega por parte dos Deputados até ao envio para o Ministério dos Assuntos Parlamentares ou para outra entidade. A desmaterialização deste processo continuou em 2010, com a agilização de alguns procedimentos, embora se preveja que 2011 seja o ano em que todo o sistema se torne mais amigável, permitindo assim uma maior rentabilização da aplicação.
- **Reformulação dos processos desmaterializados** disponíveis aos Deputados - Registo Biográfico; Alterações ao Formulários disponíveis aos Deputados, com a criação de novas versões onde foram introduzidas novas funcionalidades para dar resposta às solicitações dos Serviços interveniente e dos Senhores Deputados. Dos processos revistos durante 2010 destacam-se registo Biográfico e suas alterações, Registo de Interesses, Pedidos de Certificados Digitais, Declaração de Inexistência de Incompatibilidades, Ajudas de Custo na Deslocação ao Circulo Eleitoral, Pedidos de Passaportes, Subsídios Familiares e Inscrição na Creche da AR.
- Lançamento da nova versão do **Portal do Deputado** congregando o acesso a toda a informação disponível na AR, útil para a actividade de Deputado (fontes de informação disponíveis na AR, informação sobre os meios informáticos que lhe são disponibilizados, legislação parlamentar, informação sobre os Serviços da AR, Formulários disponíveis, informação genérica sobre o Parlamento).
- A divulgação da **"Mobile Agenda"**, que automatizou o envio de SMS aos Deputados sempre que é efectuado um agendamento ou alteração à programação de reuniões dos órgãos da AR de que o Deputado é membro (Reuniões Plenárias, Comissão Permanente, Comissões Especializadas, Subcomissões, Grupos de Trabalho, Conselho de Administração, Conferência de Líderes e Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares).

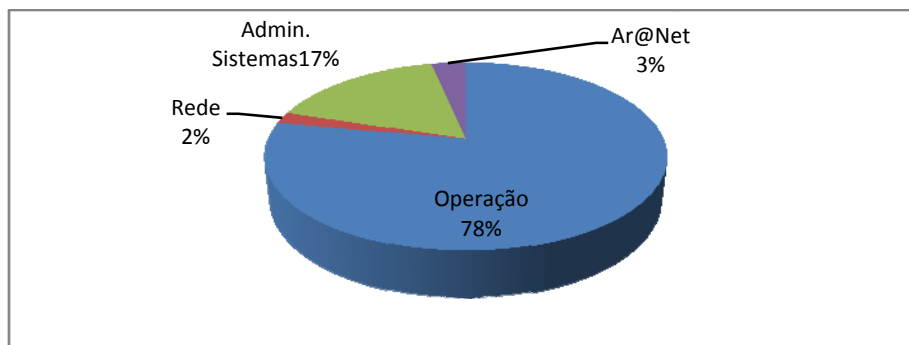
- O início do desenvolvimento da **Base de Dados Textual**, base esta que se encontra interligada com a Base de Dados Terminológica. A primeira fase foi concluída durante 2010, sendo já possível visualizar as ocorrências dos termos pesquisados nos textos e a navegação, a partir dos textos, para outros termos existentes na base terminológica.
- Integração da base de dados das **Iniciativas Europeias** com a do Processo Legislativo Comum, permitindo centralizar a informação referente às duas Bases de Dados tornando o seu acesso mais simples e intuitivo.
- Introdução de melhorias à aplicação de **Gestão da Tramitação do Processo Legislativo do Orçamento de Estado na AR (PL@OE)**, com o objectivo de aproximar cada vez mais a aplicação às necessidades dos seus utilizadores, e do cidadão em geral. Esta aplicação fornece informação relativa à tramitação do Orçamento de Estado na AR, disponibilizada ao público a partir da página do Parlamento e à AR em geral através da sua Intranet.
- A implementação de melhorias programáticas, que visam otimizar a ligação entre o site do Parlamento e a aplicação de Processo Legislativo Comum (PLC).
- Colaboração com a CIC/RP na implementação das **Petições em formato electrónico**. Pretende-se que as petições sejam recolhidas através do site do Parlamento e, posteriormente, registadas automaticamente no PLC através de *webservices* criados para esse efeito.
- Desenvolvimento de ecrãs de registo e pesquisa para **o Orçamento e Contas de Gerência da Assembleia da República**.

Durante o ano de 2010 foram estabelecidas metas orçamentais significativamente inferiores às dos anos anteriores. Assim, na óptica de uma política de contenção de custos, realizaram-se as seguintes acções:

- Reclassificação e optimização de parte do parque informático existente, permitindo, com um pequeno investimento, ajustar o *hardware* existente às necessidades dos utilizadores. Exemplos desta reclassificação foram as impressoras a preto e branco sem *duplex*. Para estas, foram adquiridas peças que permitiram a impressão frente e verso bem como memórias para aumentar a sua performance.

- A ligação à rede das inúmeras fotocopiadoras com vista a serem utilizadas como impressoras. Esta medida permitiu tirar maior partido dos contratos existentes até então subaproveitados. Com esta medida foi reduzida substancialmente a utilização das impressoras, resultando numa economia substancial ao nível dos consumíveis e das manutenções.
- Ao nível de software, instalando novas aplicações que, por serem centralizadas, reduzem em muito os custos de licenciamento existentes. Neste contexto foram desenvolvidos conversores de ficheiros de/para vários formatos, permitindo assim proceder à desinstalação das componentes cliente de software com função equivalente, e com custos substancialmente mais elevados.
- Na sequência de Deliberação do Conselho de Administração, foram implementadas regras de utilização da aplicação SMS4Exchange. Esta aplicação permite o envio de mensagens curtas (SMS) para os telemóveis. Estas regras visaram o estabelecimento de quotas por Grupo Parlamentar assim como o número de SMS's gerados por cada mensagem. As regras foram implementadas ao nível aplicacional tendo permitido obter reduções substanciais nos custos associados a este serviço.

Para além do desenvolvimento e manutenção dos sistemas informáticos da AR, a gestão e prestação dos serviços de **apoio ao utilizador** revestem-se da maior relevância para a rentabilização dos investimentos realizados na área das tecnologias de informação pelo que importa destacar que, em 2010, o CINF respondeu a 3592 pedidos de helpdesk distribuídos da seguinte forma:



7 - Gestão de Recursos Humanos

A gestão dos recursos humanos prosseguiu, em 2010, a política de forte contenção de efectivos pautando-se por critérios de rigor e eficiência, atento o actual contexto macro económico.

O ano de 2010 manteve a tendência de um crescente número de pedidos de aposentação, resultante das sucessivas medidas de agravamento das condições para a respectiva atribuição, o que tem conduzido a uma progressiva redução de efectivos.

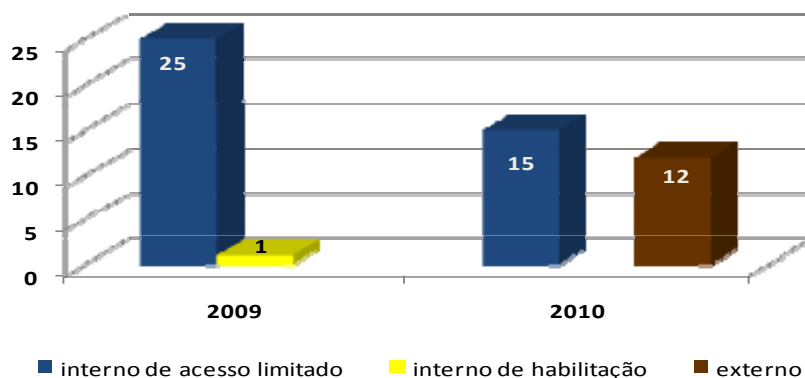
Para minimizar a situação deu-se continuidade aos concursos cuja abertura fora autorizada em 2009 (num total de 25), tendo-se igualmente procedido à abertura de 15 novos concursos internos de acesso limitado nas seguintes áreas:

- arquivo – 1 concurso;
- economia – 1 concurso;
- gestão e administração pública – 1 concurso;
- jurídica – 2 concursos
- redacção – 2 concursos;
- relações públicas – 1 concurso;
- tradução – 1 concurso;
- técnica – 2 concursos
- técnico-profissional – 4 concursos;

Estes concursos, autorizados em 2009 e 2010, possibilitaram, no ano de 2010, o acesso à categoria superior de 84 trabalhadores o que corresponde a uma melhoria de situação profissional de, aproximadamente, 22% dos trabalhadores da AR.

Na sequência de medidas de contenção da despesa com reflexos designadamente na adopção de uma política concursal restritiva, decorrente do Despacho n.º 15248-A/2010, de 7 de Outubro, do Ministro de Estado e das Finanças (DR, 2.ª Série, n.º 195), deliberou o Conselho de Administração da Assembleia da República, em 14-10-2010, adoptar para a AR essas medidas que se traduziram na cessação de todos os concursos de ingresso cuja abertura ainda se não encontrasse publicada, bem como de todos os de acesso cuja notificação aos interessados do acto de homologação da lista de classificação ou de ordenação final não tivesse ainda ocorrido, e ainda na proibição de abertura, a partir dessa data, de quaisquer procedimentos concursais.

Gráfico 8 – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE CONCURSAL E DE SELEÇÃO



O **Gráfico 8** ilustra as autorizações de abertura de concursos nos anos 2009 e 2010, verificando-se uma diminuição de 10 concursos internos de acesso limitado, devido essencialmente à política concursal restritiva adoptada a partir de meados de Outubro de 2010.

Relativamente aos 12 concursos externos, cujas autorizações de abertura se repartiram entre 2009 e 2010, registou-se o seguinte processo evolutivo:

- foram concluídos 4 concursos, respeitantes a 4 contratações de trabalhadores a termo resolutivo incerto: 2 técnicos superiores (1 para DP e 1 para a DRAA), 1 técnico (DRAA) e 1 adjunto (CAJP);
- Foi anulado 1 concurso para o preenchimento de 7 postos de trabalho de auxiliar parlamentar em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- à data de 31 de Dezembro de 2010, dos 12 concursos externos abertos para a contratação de trabalhadores, 7 encontravam-se em curso: 4 concursos a termo resolutivo incerto – 1 técnico superior de jornalismo e 3 adjuntos (DRAA) e 2 adjuntos (DAPAT); 3 concursos para a contratação de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – 2 técnicos superiores de economia (DGF), 1 técnico superior de gestão e administração pública (CNPMA) e 1 técnico superior de relações internacionais (DP).

O número de efectivos ao longo do ano de 2010 registou as seguintes movimentações que culminaram na diminuição global de 11 trabalhadores, em relação ao ano de 2009:

Movimentos de entrada

- 4 trabalhadores celebraram contratos a termo resolutivo incerto;
- 1 trabalhador foi integrado no mapa de pessoal da AR por força do artigo 64.º da LOFAR;
- 1 trabalhador regressou da respectiva licença sem vencimento por 1 ano;

- 1 trabalhador regressou por cessação da sua situação de mobilidade noutra serviço;
- 2 trabalhadores foram nomeados em cargos dirigentes, em comissão de serviço, provenientes de mapas de pessoal de outros serviços;
- 9 trabalhadores iniciaram funções na AR em regime de mobilidade interna;
- 1 trabalhador foi nomeado, em comissão de serviço, para o Gabinete da Secretária Geral (Adjunta da Senhora Secretária-Geral da AR).

Movimentos de saída

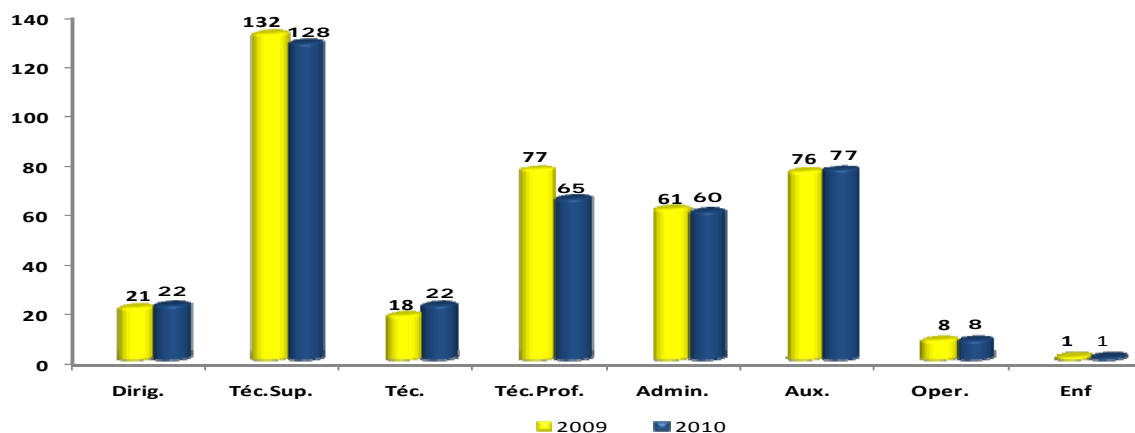
- 1 trabalhador através de procedimento concursal (período probatório);
- 2 trabalhadores exonerados a seu pedido;
- 1 trabalhador por falecimento;
- 1 trabalhador na situação de mobilidade, na modalidade de cedência de interesse público;
- 5 trabalhadores cessaram os respectivos contratos de trabalho a termo resolutivo certo;
- 15 trabalhadores por aposentação;
- 3 trabalhadores requereram licenças sem vencimento por 1 ano;
- 2 trabalhadores nomeados dirigentes, em comissão de serviço, noutros serviços.

Assim, em 31 de Dezembro de 2010, registam-se 383 trabalhadores em efectividade de funções, constantes do mapa de pessoal da Assembleia da República, nos quais se incluem 22 trabalhadores em regime de mobilidade interna, 4 trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto e 12 trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, bem como 4 trabalhadores afectos às entidades que funcionam junto da AR, a quem corresponde a obrigação legal de prestar apoio técnico e administrativo (CNPMA, CAJP e CFSIIC).

Acrescem ainda 10 contratados em regime de avença⁶, e 2 situações de curta prestação de serviços findas a 31-12-2010, o que totaliza 395 trabalhadores.

⁶ Os prestadores de serviço em regime de avença, encontram-se distribuídos pelos serviços: GAB.SG.(1), DAC(1), DRAA(4), GME(2), CFSI(1) e CNPMA(1).

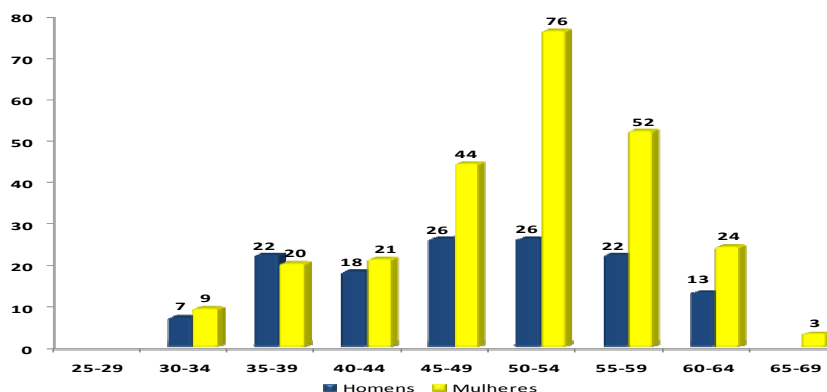
Gráfico 9 – EVOLUÇÃO DO QUADRO DE EFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS



O gráfico 9 revela que, comparando o ano 2009 com 2010, os grupos técnico-profissionais e técnico superior foram os mais afectados com a saída de efectivos, assistindo-se, assim, a uma perda gradual de pessoal com maior nível de tecnicidade necessário ao apoio técnico dos diversos serviços. O grupo técnico superior, não obstante a apontada saída de efectivos, continua a ser o grupo com maior representatividade (33,4% do total de trabalhadores) resultante do sempre crescente grau de tecnicidade exigido. Os restantes grupos apresentam uma relativa estabilidade no número de efectivos. O grupo técnico é o que regista um maior aumento de efectivos, contando em 2010 com mais 3 trabalhadores que em 2009, devido à mudança de carreira de 3 trabalhadores do grupo técnico-profissional para este grupo, decorrente de concurso interno de ingresso nesta carreira, precedido de concurso interno de habilitação para o respectivo acesso.

No que respeita à idade dos trabalhadores, a média etária situa-se agora nos 49,6 anos, sendo mais elevada na população feminina (50,5 anos) do que na população masculina (48 anos). A evolução da média etária em 1,7 anos, por comparação entre 2009 e 2010, permite sublinhar o panorama da contenção na renovação de recursos humanos no contexto das restrições das políticas concursais.

Gráfico 10 – EFECTIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS

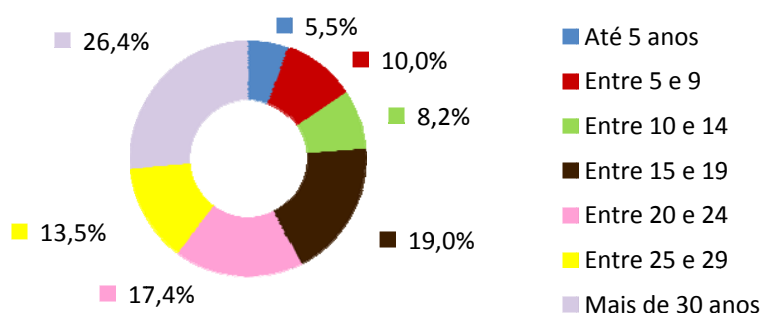


O **gráfico 10** mostra a distribuição dos efectivos por escalões etários dele ressaltando que o maior número de efectivos se concentra no escalão etário dos 50 a 54 anos, com um total de 102 trabalhadores. Este escalão etário por sexo assume maior expressão para o sexo feminino com 30,5% de mulheres. No caso do sexo masculino, as maiores concentrações abrangem os escalões etários dos 50 a 54 anos e dos 45 aos 49 anos.

Associada à evolução da idade média dos trabalhadores, está o aumento do nível médio de antiguidade, que em 2010 se situou em 21,2 anos.

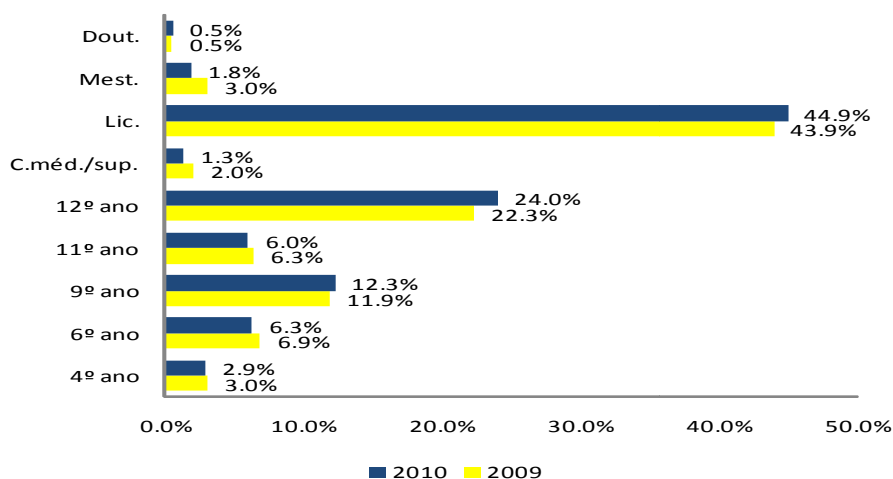
Cerca de 26,4% dos trabalhadores detêm mais de 30 anos de antiguidade na função pública e apenas 5,5% detêm menos de 5 anos, como se pode verificar no **gráfico 11**.

Gráfico 11 – EFECTIVOS POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE



Relativamente ao nível habilitacional, verifica-se um sucessivo acréscimo na obtenção de grau habilitacional superior por parte dos trabalhadores de forma a melhor corresponderem às exigências profissionais do dia-a-dia, o que se pode constatar pela leitura do **gráfico 12**, onde releva o aumento da percentagem de trabalhadores ao nível habilitacional de licenciatura e do 12.º ano.

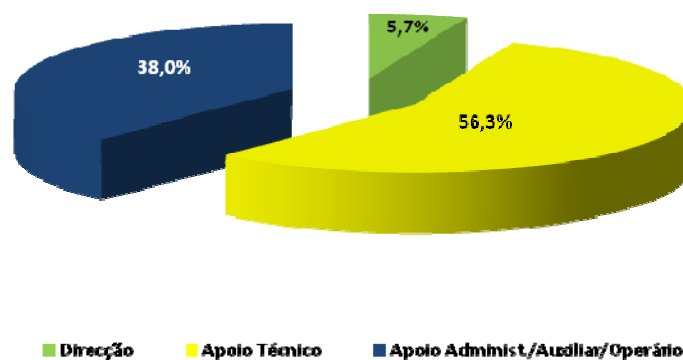
Gráfico 12 – EFECTIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL



O **Gráfico 13**, agrupa os trabalhadores por 3 grandes áreas de actividade: direcção, apoio técnico e apoio administrativo/auxiliar/operário. Em 2010, embora a área de apoio técnico continue a ser predominante nela se situando mais de metade dos trabalhadores da Assembleia da República, é de anotar, relativamente ao ano transacto, uma diminuição de 1,6% de efectivos técnicos, por motivo de saídas para a aposentação sem contrapartida na reposição desses efectivos, atenta a referida política restritiva de contenção.

Esta tendência não se verifica, contudo, nas outras 2 áreas, que se mantêm praticamente inalteradas no seu número de efectivos, embora com uma ligeira subida (1,2% no grupo de pessoal administrativo/auxiliar/operário e de 0,4% no pessoal dirigente) em boa parte decorrente do menor peso registado no grupo de pessoal técnico.

Gráfico 13 – TRABALHADORES POR GRANDES ÁREAS DE ACTIVIDADE



No que se refere à **Formação Profissional**, assinala-se a execução do Plano de Formação para 2010, no âmbito do qual se realizaram 12.163 horas de formação (9.654 internas e 2.509 externas), ocorreram 962 participações (de Funcionários Parlamentares, Funcionários dos Grupos Parlamentares e de Entidades que funcionam junto da AR) em acções de formação. Todos os Grupos de Pessoal beneficiaram de acções de formação (os Técnicos Superiores em maior número de horas de formação – 3.689 - e o Grupo dos Operários com o menor número de registos – 163).

Ocorreram, neste ano, 791 participações em acções de formação internas e 171 em acções de formação externas.

As acções de formação executadas ao longo de 2010, foram distribuídas por áreas formativas, tendo todas elas como objectivo genérico desenvolver as competências individuais e colectivas dos Funcionários Parlamentares.

Os Cursos relacionados com as áreas de Formação Específica – Técnicos Superiores e Técnicos, Adjuntos Parlamentares, Secretários Parlamentares e Auxiliares Parlamentares - (4.540 horas), Línguas (1.991 horas), Informática (1.402 horas) e B.A.D. (656 horas), foram os que tiveram maior participação de Formandos.

Total de Funcionários em acções de formação	
Internas	791
Externas	171
Total	962

Com o apoio do Centro de Emprego e de Formação Profissional decorreu na AR o modelo de ensino “Novas Oportunidades” que permitiu a alguns Funcionários (estiveram 14 em processo de RVCC - nível 12º ano e 5 em processo RVCC - nível 9º ano) a aquisição de habilitações literárias de nível superior. Estas novas habilitações potenciam novas áreas de desenvolvimento profissional e pessoal. Neste processo formativo registaram-se 1.380 horas de formação

Horas Formação por Cr.Profissional	Dirigente	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profissional	Adminis- trativo	Auxiliar	Operário	Total
Formação Interna	110	2052	282	1371	2049	3627	163	9654
Formação Externa	256	1595	90	400	72	24	0	2437
e-learning	0	0	0	72	0	0	0	72
Total	366	3647	372	1843	2121	3651	163	12163

Manteve-se o recurso ao site na intranet (AR@NET) como forma de promover a visibilidade do programa de formação, sendo que este foi gerido (inscrições electrónicas por grandes áreas) tendo como instrumento uma aplicação informática específica.

8. Financiamento

8.1. Financiamento de Entidades

Neste agrupamento integram-se não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas, concretamente a Comissão Nacional de Eleições (CNE), Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD), Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), Provedoria de Justiça, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV) e Conselho de Fiscalização da Base de Dados dos Perfis de ADN (CFBD – ADN), como as verbas destinadas a suportar os encargos com os quatro Conselhos que funcionam junto da AR: Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (CFSI), Conselho de Acompanhamento dos Julgados de

Paz (CAJP), Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA), com o Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal (CFSIIC) e as verbas transferidas para a Associação dos Ex-Deputados e para o Grupo Desportivo Parlamentar (GDP).

Quadro 21 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Unidade: Euro

Entidades	OAR2009 corrigido	OAR2010 corrigido	Var%
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	2.514.190	2.448.107	-2,63%
Comissão Nacional de Eleições	1.476.303	1.492.272	1,08%
Provedoria de Justiça	5.662.229	6.210.811	9,69%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	2.934.877	3.499.122	19,23%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	900.907	931.058	3,35%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	111.393	368.057	230,41%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	159.022	153.160	-3,69%
Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz	83.554	157.206	88,15%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	214.499	205.197	-4,34%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	0	92.019	n. aplic.
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	45.110	91.013	101,76%
Transf. AR para a CNE (esclarecimentos civísicos campanhas)	697.250	0	n. aplic.
Associação dos Ex-Deputados	56.731	44.732	-21,15%
Grupo Desportivo Parlamentar	51.830	16.000	-69,13%
TOTAL	14.907.897	15.708.754	5,37%

Os valores que constam do quadro acima integram não só as transferências do Orçamento de Estado (correntes e de capital) como também, no caso da Provedoria de Justiça, da CNPD e da CNECV, as respectivas receitas próprias, que incluem, no que respeita às duas primeiras Entidades, os saldos de gerência.

Importa salientar que os referidos montantes integram também os saldos de gerência de 2009, devolvidos pela AR ao Estado em 2010, nas situações em que os mesmos não são integrados (CNE, CADA e CNECV), num total de €233.102,31. A este valor acresceu a entrega ao Estado de 85% (€1.117.020,78) do saldo apurado pela CNPD nos termos do nº 1, alínea j, do artigo 8º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho

No decurso do ano de 2010 foi integrado no OAR uma verba para o funcionamento do novo Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal (CFSIIC), mantendo-se à semelhança de 2009, as transferências para o Instituto de Medicina Legal, nos termos do nº 4 do artigo 30º da Lei nº 5/2008, de 12 de Fevereiro, para suportar os encargos com “meios humanos, administrativos, técnicos e logísticos” do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN (CFBD – ADN).

Verificando-se à semelhança de anos transactos um grau de realização nesta actividade próximo da execução plena (93,78%), nomeadamente no que respeita às Entidades, uma vez que os montantes não requisitados correspondem apenas às cativações decorrentes quer da Lei do OE2011, quer do Decreto-Lei de Execução Orçamental do mesmo ano. No que respeita aos Conselhos que funcionam junto da AR o grau de realização aproxima-se dos 50% com excepção do CFSI (78,15%) como se infere do Quadro 22:

Quadro 22 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Unidade: Euro

Entidades	OAR2010		GR%
	Dotação corrigida	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	2.448.107	2.340.178	95,59%
Comissão Nacional de Eleições	1.492.272	1.268.437	85,00%
Provedoria de Justiça	6.210.811	6.095.410	98,14%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	3.499.122	3.335.462	95,32%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	931.058	887.920	95,37%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	368.057	343.601	93,36%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	153.160	119.693	78,15%
Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz	157.206	77.218	49,12%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	205.197	108.260	52,76%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	92.019	47.724	51,86%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	91.013	47.413	52,09%
Associação dos Ex-Deputados	44.732	44.732	100,00%
Grupo Desportivo Parlamentar	16.000	16.000	100,00%
TOTAL	15.708.754	14.732.048	93,78%

8.2. Subvenções Estatais

No que respeita às subvenções estatais previstas na Lei nº 19/2003, de 30 de Junho, de que se destacam as subvenções aos Partidos Políticos e às campanhas eleitorais importa salientar que, em 2010, apesar de não terem ocorrido actos eleitorais, procedeu-se ao pagamento das subvenções para as Eleições Autárquicas realizadas em Outubro de 2009, cujos resultados oficiais apenas foram publicados a 11 de Março de 2010 (€41.477.471,45), assim como a redistribuição de excedentes no âmbito da atribuição das subvenções para as campanhas Legislativas (€3.020.075,86) e Europeias (€120.482,33), ambas realizadas também no ano de 2009.

À data de 31 de Dezembro de 2010 apenas se encontram na posse da AR o saldo para o pagamento dos acertos e da redistribuição de excedentes das Eleições Autárquicas

[€10.320.078,55), uma vez que dos €57.797.550,00 inscritos já foram executados €41.477.471,45 e devolvidos antecipadamente ao Estado €6.000.000, sendo que as restantes subvenções já não apresentam qualquer saldo, dado que, no 1º trimestre de 2010, foi também devolvida ao Estado a importância de €13.993.807,36 relativa ao saldo das subvenções para as Eleições Autárquicas de 2005.

No que respeita às Eleições Europeias de 2009 existe, no entanto, um processo de cobrança de uma guia de reposição, inerente ao IVA recuperado ao Estado dessa campanha, no valor de €54.055,68, que implicará nova redistribuição de excedentes após efectiva cobrança.

Foram também inscritos **€16.810.484,70** para fazer face ao **pagamento das subvenções aos Partidos Políticos representados na AR**, com um grau de execução de 100%, assim como **€166.490,30** para o pagamento da mesma subvenção ao PCTP/MRPP, que embora não tendo obtido representação nas últimas Eleições Legislativas, obteve mais de 5% de votos, nos termos do nº 2 do artigo 17º da Lei nº 19/2003, de 20 de Junho, com as alterações subsequentes.

Unidade: Euro

SUBVENÇÕES ESTATAIS	OAR2010 inicial	OAR2010 corrigido	Executado	Saldo	Grau de execução
AOS PARTIDOS POLÍTICOS	€16.976.975	€16.976.975	€16.976.974	€1	100%
ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	€57.797.550	€54.938.108	€44.618.030	€10.320.078	81,2%
SALDOS SUBVENÇÕES – DEVOLUÇÃO AO ESTADO	€15.921.894	€19.993.807	€19.993.807	€0	100%

9. Investimentos

No ano de 2010 regista-se, em termos orçamentais, um decréscimo do investimento de 19,06% para o qual contribuíram quase todas as rubricas de despesa de capital que se encontram evidenciadas no Quadro 23. Esse decréscimo advém, em parte, do facto de em 2009 ainda terem sido orçamentadas verbas para a grande obra do hemiciclo que ocorreu em 2008/2009, assim como das medidas de contenção orçamental em que foi elaborado o OAR2010

Quadro 23 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO

Unidade: Euro

Investimento	OAR2009	OAR2010	Var%
	Corrigido	Corrigido	
	1	2	3=2/1
Edifícios	50.816	40.000	-21,29%
Equipamento de informática	1.819.756	2.640.658	45,11%
Software informático	883.510	711.660	-19,45%
Equipamento Administrativo	781.166	924.728	18,38%
Ferramentas e utensílios	5.000	3.000	-40,00%
Artigos e objectos de valor	47.500	145.000	205,26%
Equipamento de gravação e audiovisual	3.963.850	2.580.024	-34,91%
Bens do Domínio Público	5.583.430	3.576.361	-35,95%
Bens património histórico, artístico e cultural	0	10.000	n. aplic.
TOTAL	13.135.029	10.631.430	-19,06%

A análise do quadro supra, permite identificar as rubricas que, em maior grau, justificam aquele decréscimo, nomeadamente os que tem maior peso na estrutura desta natureza de despesas, a saber: a rubrica “Bens do Domínio Público”, que se refere a despesas de capital efectuadas com empreitadas a realizar no Palácio de S. Bento (-35,95% que se traduz em menos dois milhões de euros) e a rubrica “Equipamento de gravação audiovisual” (-34,91%, que representa um decréscimo de €1.383.826). A principal justificação prende-se com a razão já adiantada de em 2009 ainda terem sido orçamentados custos com a Sala das Sessões.

Por outro lado, mesmo as rubricas que em 2010 apresentam crescimentos orçamentais, face a 2009, têm baixos níveis de execução em virtude das medidas de contenção/poupança definidas em 2010.

Assim, em termos de execução orçamental, registou-se uma taxa global de 50,15%, a que corresponde um saldo de €5.299.896, valor que representa a diferença entre as dotações orçamentadas e os encargos assumidos (Quadro 24), realçando-se que o montante de compromissos transitados nesta subactividade foi de €529.894,48.

Quadro 24 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS

Unidade: Euro

Investimento	OAR2010		GR%
	Corrigido	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Edifícios	40.000	0	0,00%
Equipamento de informática	2.640.658	1.131.550	42,85%
Software informático	711.660	586.140	82,36%
Equipamento Administrativo	924.728	342.390	37,03%
Ferramentas e utensílios	3.000	0	0,00%
Artigos e objectos de valor	145.000	972	0,67%
Equipamento de gravação e audiovisual	2.580.024	2.150.640	83,36%
Bens do Domínio Público	3.576.361	1.119.843	31,31%
Bens património histórico, artístico e cultural	10.000	0	0,00%
TOTAL	10.631.430	5.331.534	50,15%

Salienta-se que, a execução financeira alcançada no ano de 2010, ao nível dos investimentos tende a ser justificada pelas medidas adicionais ao Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, as quais abrangeram orientações profundas para redução e controlo da despesa. Neste sentido, a Assembleia da República reformulou parte do seu Plano de Investimentos, estabelecendo prioridades nos projectos e suspendendo outros para uma melhor oportunidade financeira, tendo originado nas despesas de capital, e em particular nas rubricas de investimento - edifícios e equipamento administrativo – reduções na despesa.

Neste contexto, o Plano de Investimentos foi sujeito a alterações em consequência das medidas de contenção orçamental referidas, tendo sido **suspensos os seguintes projectos/empreitadas:**

- Remodelação do sistema de AVAC das salas 7,8 e 9 no r/c do Palácio, estimado em € 131.083,33 (IVA incluído);
- Criação de espaço para fumadores ao nível do Andar Nobre do Palácio de S. Bento, estimado em €285.925,42 (IVA Incluído),

Os projectos concluídos no ano de 2010 que visaram a melhoria das condições de trabalho e das instalações, bem como a conservação do património imobiliário da Assembleia da República, reportam-se às seguintes intervenções:

- **Empreitada de acréscimo de produção térmica no Palácio de S. Bento** substituição do actual chiller integrado no Sistema de Climatização do Hemiciclo, por este se encontrar em fim de vida útil e não satisfazer as exigências funcionais;
- **Empreitada de remodelação de vãos de acesso ao Canal Parlamento** e climatização do bastidor que teve como objectivo compartimentar o espaço da entrada do Canal Parlamento e conferir-lhe acesso condicionado através de portas de segurança com cartão;
- Fornecimento **com instalação de um novo ascensor para substituição do elevador nº 12 do Palácio de S. Bento** em que se pretendeu a reutilização da caixa do elevador existente e a sua ampliação em altura até ao piso da cave (entrada da Porta de S. Bento) e acesso ao piso C.A., sendo o único elevador que servirá todos os pisos do Palácio de S. Bento;
- **Empreitada de construção de infra-estrutura para equipamentos áudio e de projecção nas novas salas das comissões** em que se procurou dotar as novas Salas das Comissões (4, 5 e 6) de equipamentos de áudio (captação e difusão de som) e de projecção de imagens (Projectores e telas).

Os investimentos geralmente contabilizados em “**Edifícios**” respeitam a obras de conservação e beneficiação do património imobiliário da Assembleia da República assim como na melhoria das instalações, excepcionando-se o Palácio de S. Bento, que conforme foi já referido constitui um Bem do Domínio Público.

As acções de conservação estenderam-se, igualmente, a outros projectos de igual relevância, direccionados para a Conservação do Património da AR sobre os quais importa referir as melhorias realizadas em cada um dos imóveis:

● **Palácio de S. Bento**

- Beneficiação da sala 4044 do GP CDS/PP, incluindo reparação do tecto, paredes e sancas de janela;
- Impermeabilização da cobertura do bar dos Deputados;
- Empreitada de obras de beneficiação e pintura das duas salas da Livraria Parlamentar;
- Beneficiação do corredor das salas das Comissões nºs 7, 8 e 9;
- Beneficiação do corredor de acesso à casa das caldeiras;
- Requalificação do tecto do corredor de acesso à Sala de Leitura,
- Beneficiação de paredes e tectos do hall da Sala de Conferências;
- Empreitada de construção de novo ramal de esgotos para descarga Colector Unitário;
- Empreitada de beneficiação das infra-estruturas do sistema de reaproveitamento de águas do lago do Jardim das Oliveiras no Palácio de S. Bento;
- Beneficiação de esteira de cabos junto aos tectos nos corredores dos CTT e da Casa das Caldeiras;
- Reparação e pintura de janelas das salas 5095 e 5097;
- Reparação e pintura de paredes do hall do WC do piso intermédio no Palácio de São Bento;
- Empreitada de reparação do pavimento da Sala 4038 - 7ª Comissão
- Empreitada de reparação de paredes da sala 5 das Comissões;
- Reparação da caixa em pladur envolvente do ar condicionado da Sala 4044 (CDS/PP);
- Serviço de remodelação do pavimento e porta, na casa das máquinas do elevador nº12;
- Serviço de execução de ramal de alimentação eléctrica para AVAC do Canal Parlamento;
- Reparação de paredes e soalho na sala 4062-Z (GP/PEV) e na Sala Lisboa (GP/BE);
- Revisão às coberturas, telhados, terraços e algerozes do Palácio;
- Empreitada de obras de beneficiação e pintura das duas salas da Livraria Parlamentar;
- Empreitada de obras de recuperação dos gabinetes 5091-Z a 5094-Z (GP/PSD) - Andar Nobre do Palácio;

- Reforço da instalação de iluminação na Casa das Caldeiras;
- Beneficiação da instalação eléctrica da zona da casa das máquinas do elevador nº 12;
- Empreitada de obras de remoção de uma conduta de ventilação desactivada e respectivos remates;
- Trabalhos de carpintaria a realizar na Sala do Senado;
- Reabilitação do pladur nos nichos da sala 3 e 7 das Comissões;
- Beneficiação das válvulas do contador de água de entrada - Parque Interior do Palácio;
- Reparação do chão da Sala D. Maria e polimento de algumas bancadas.

● **D. Carlos I**

- Empreitada de beneficiação acústica do gabinete do Chefe de Divisão e secretariado da DAPAT;

● **Casa Amarela**

- Reparação do soalho no 3º piso da Casa Amarela, após inundação provocada por um equipamento de ar condicionado;
- Requalificação do tecto do auditório da Casa Amarela;
- Empreitada de obras de beneficiação da cobertura do terraço da Casa Amarela;

● **Casa Azul**

- Reparação de rotura em canalizações do Prédio Azul.

● **Edifício Novo**

- Reparação de paredes em pladur na sala 4350;

Os investimentos imputados a “**Equipamento de informática**” e a “**Software Informático**”, com taxas de execução orçamental de 42,81% e 83,97%, respectivamente, concorreram para a prossecução de objectivos de melhoria nesta área, muito embora num quadro de contenção orçamental.

No domínio do “**Equipamento Administrativo**”, com uma taxa de execução de 36,53%, o investimento distribui-se por várias áreas prossequindo a renovação, modernização e apetrechamento dos equipamentos da Assembleia da República, de acordo com as necessidades sentidas, nos Grupos Parlamentares e Serviços da AR, e em termos de rentabilização do espaço existente, sendo de destacar:

Área da segurança

- Aquisição de uma câmara exterior e monitores para o sistema de circuito fechado de televisão da Assembleia da República.

Mobiliário

- Aquisição de mobiliário destinado às novas Salas das Comissões Parlamentares (nºs 10,11 e 12);
- Aquisição de mobiliário diverso para os Grupos Parlamentares: PP, PSD, BE e PEV;
- Aquisição de cabine de interpretação simultânea para a actual sala 7, da Biblioteca, para reuniões de Comissões e outros eventos;
- Aquisição de mobiliário diverso destinado aos Serviços da AR: Divisão de Protocolo, DAC, DRHA-expediente, DILP, DRAA, Livraria Parlamentar;
- Aquisição de equipamentos diversos – máquina de sumos, máquina de gelo, expositores de alimentos, etc - destinados às cafetarias e bares das AR.

Equipamentos de climatização e ventilação

Procedeu-se à aquisição e montagem de algumas unidades de ar condicionado destinados aos seguintes espaços: Sala Lisboa - Palácio de S. Bento; 7º piso do Ed. D. Carlos (CNE); sala da central telefónica; sala 4044 (GP/CDS-PP) - Sobreloja do Palácio de São Bento; sala do Director do CFPI e sala 2.1.2 Galeria do Ed. D. Carlos; salas nºs 7 e 8 das Comissões; sala 5097 (GP/PS); e sala 1 e 2 do CFSIRP - Galeria do Ed. D. Carlos

Equipamentos de iluminação e eléctricos

- Remodelação da iluminação do gabinete do secretariado do Vice-Presidente da AR (GP/CDS-PP);
- Substituição da iluminação da sanca da sala 4 da Biblioteca - Andar Nobre do Palácio de São Bento;
- Aquisição de UPS para a Sala das Sessões, por forma, a assegurar o fornecimento de energia com a qualidade adequada ao bom funcionamento da parte eléctrica da Sala das Sessões;
- Substituição de vários quadros eléctricos nos edifícios da AR, no seguimento da auditoria do Instituto da Soldadura da Qualidade (ISQ) que ocorreu em 2007. Neste âmbito, a AR tem vindo a investir na substituição de quadros eléctricos, tendo no corrente ano, substituído o do refeitório da AR e o quadro eléctrico junto à Régie do Palácio.

No que respeita à rubrica **“Equipamento de gravação e audiovisual”**, cuja taxa de execução foi de 82,89%, salienta-se: aquisição de equipamento de captação de imagens de televisão para três novas salas de Comissões Parlamentares e Auditório do Novo Edifício; aquisição de

equipamento de áudio e de projecção para três novas Salas de Comissões; equipamento destinado a trabalhos complementares relativos aos upgrade dos sistemas de áudio e de votação electrónica da Sala das Sessões; e aquisição de estações de captura e das respectivas licenças para alargamento do projecto de gravação digital (Digiaudio) às três novas Salas de Comissões Parlamentares e ao Auditório do Novo Edifício.

9.1 Projectos transitados para 2011

A identificação dos projectos com maior relevância financeira com encargos transitados para 2011, por via da respectiva natureza e do inerente regime de pagamento faseado e/ou por motivo de decorrerem de procedimentos concursais já iniciados e ainda não concluídos, consta do quadro seguinte:

Quadro 25 – PROJECTOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2011

EDIFÍCIOS
Empreitada de reabilitação dos vãos de acesso ao Canal Parlamento
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA
Aquisição de componentes Cisco 6509 (Módulos 10Gb e Fontes de Alimentação)
Consultoria p/ implementação de um Sistema de Gestão de Serviços de TI, baseado nas boas práticas ITIL
Reforço da infraestrutura física de servidores da plataforma de virtualização da rede local
Aquisição de equipamento de firewall para a Zona de Alta segurança (ZAS) onde funciona a ECAR
Pedido de abertura de procedimento para a aquisição de 28 computadores de secretária
Aquisição de Impressora de Cartões Fargo HDP5000
Aquisição de cartões de assinatura digital
Aquisição de 30 monitores
Aquisição de material de microinformática para apoio à solução Wyse e outro diverso
Aquisição de material de microinformática diverso
Aquisição de dois equipamentos de digitalização para o SIRAR
Aquisição de discos internos IDE
Aquisição de 10 discos HDD 160GB ATA
SOFTWARE INFORMÁTICO
Aquisição de solução "e-learning" BEP
Aplicação informática para acompanhamento de utilizadores nos procedimentos de ajuste directo
Actualização dos formulários disponíveis no Portal do Deputado
Desenvolvimento de uma nova versão dos processos de Acolhimento aos Deputados
Aplicação informática de "Folhas de anotação para o Canal Parlamento"
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO
Mobiliário para o Espaço Fumadores no Palácio São Bento
Unidade de ar condicionado para a sala 9 das Comissões - Palácio de São Bento
Fornecimento de ar condicionado para as salas nºs 1, 2 e 3 das Comissões Parlamentares
Aquisição de nova matriz e monitor para a Sala de Segurança
Aquisição de máquinas de destruir documentos
Aquisição de cadeiras de secretária para a DRAA
Aquecedores
EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL
Radiador de infra vermelhos para o sistema de interpretação simultânea da sala do Senado.

10. Execução Financeira

10.1 Das Despesas

Da leitura do Quadro 26 ressalta um grau de execução orçamental de 85,35%, face a uma execução financeira que foi de 84,25%, valor que resultou do abate do diferencial entre as despesas pagas e os encargos assumidos, apurado no encerramento de exercício.

Quadro 26 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA)

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2010			GR% Orçamental	GR% Financeira
	dotação corrigida	Encargos Assumidos	Despesa Paga		
	1	2	3		
Corrente	78.134.605,95	66.617.783,74	65.003.898,43	85,26%	83,19%
Despesas com Pessoal	49.839.991,65	47.730.719,65	47.720.165,57	95,77%	95,75%
Remun. certas e permanentes	37.648.469,50	36.344.262,67	36.335.605,61	96,54%	96,51%
Abonos variáveis ou eventuais	5.398.380,05	4.938.633,72	4.938.633,72	91,48%	91,48%
Segurança social	6.793.142,10	6.447.823,26	6.445.926,24	94,92%	94,89%
Aquisição de bens e serviços	22.856.399,81	17.519.777,58	15.919.676,88	76,65%	69,65%
Aquisição de bens	2.754.816,30	1.803.597,35	1.632.281,01	65,47%	59,25%
Aquisição de serviços	20.101.583,51	15.716.180,23	14.287.395,87	78,18%	71,08%
Juros e outros encargos	35.000,00	5.135,85	4.109,32	14,67%	11,74%
Juros e outros encargos	35.000,00	5.135,85	4.109,32	14,67%	11,74%
Transferências correntes	179.214,00	118.584,88	118.084,88	66,17%	65,89%
Entidades Privadas ou Públicas	145.270,00	104.555,00	104.555,00	71,97%	71,97%
Exterior	33.944,00	14.029,88	13.529,88	41,33%	39,86%
Subvenções	970.456,00	970.455,13	970.455,13	100,00%	100,00%
Subvenção aos Grupos Parl.	970.456,00	970.455,13	970.455,13	100,00%	100,00%
Outras despesas correntes	4.253.544,49	273.110,65	271.406,65	6,42%	6,38%
Dotação provisional	3.879.226,64	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Diversas	374.317,85	273.110,65	271.406,65	72,96%	72,51%
Capital	11.747.194,74	5.438.007,12	4.876.561,79	46,29%	41,51%
Aquisição de bens de capital	10.636.930,18	5.331.533,84	4.801.639,36	50,12%	45,14%
Investimentos	7.050.569,18	4.211.691,14	3.746.081,42	59,74%	53,13%
Bens do Domínio Público	3.586.361,00	1.119.842,70	1.055.557,94	31,23%	29,43%
Transferência de Capital	148.459,56	106.473,28	74.922,43	71,72%	50,47%
Soc. não Financeiras- CFBD ADN	6.475,00	3.590,00	3.590,00	55,44%	55,44%
Resto do Mundo	141.984,56	102.883,28	71.332,43	72,46%	50,24%
Outras despesas de capital	961.805,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Dotação provisional	961.805,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total AR	89.881.800,69	72.055.790,86	69.880.460,22	80,17%	77,75%
Transf. Entidades Aut. E subvenções	106.858.317,34	95.859.818,34	95.859.818,34	89,71%	89,71%
Transferências correntes	7.994.106,00	7.773.526,00	7.773.526,00	97,24%	97,24%
Administração Central	7.994.106,00	7.773.526,00	7.773.526,00	97,24%	97,24%
Subsídios	71.915.083,19	61.595.003,73	61.595.003,73	85,65%	85,65%
Instituições/ fins lucrativos	71.915.083,19	61.595.003,73	61.595.003,73	85,65%	85,65%
Outras Despesas correntes	2.750,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Diversas	2.750,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Transferências de capital	411.160,00	411.160,00	411.160,00	100,00%	100,00%
Administração Central	411.160,00	411.160,00	411.160,00	100,00%	100,00%
Outras Despesas capital	20.244.709,75	20.244.709,75	20.244.709,75	100,00%	100,00%
Diversas	20.244.709,75	20.244.709,75	20.244.709,75	100,00%	100,00%
Outras Despesas capital	6.290.508,40	5.835.418,86	5.835.418,86	92,77%	92,77%
Diversas	6.290.508,40	5.835.418,86	5.835.418,86	92,77%	92,77%
Total Global	196.740.118,03	167.915.609,20	165.740.278,56	85,35%	84,24%

A despesa assumida que não teve execução financeira deu origem à transição de encargos para 2010, no montante total de €2.175.330,64, cuja distribuição por classificação económica consta do Quadro 27.

Quadro 27 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2010 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2010				Encargos por pagar
	Encargos Assumidos	Estrutura	Despesa Paga	Estrutura	
	1	2=1/Σ1	3	4=3/Σ3	
Corrente	66.617.783,74	39,67%	65.003.898,43	39,22%	1.613.885,31
Despesas com Pessoal	47.730.719,65	28,43%	47.720.165,57	28,79%	10.554,08
Remun. certas e permanentes	36.344.262,67	21,64%	36.335.605,61	21,92%	8.657,06
Abonos variáveis ou eventuais	4.938.633,72	2,94%	4.938.633,72	2,98%	0,00
Segurança social	6.447.823,26	3,84%	6.445.926,24	3,89%	1.897,02
Aquisição de bens e serviços	17.519.777,58	10,43%	15.919.676,88	9,61%	1.600.100,70
Aquisição de bens	1.803.597,35	1,07%	1.632.281,01	0,98%	171.316,34
Aquisição de serviços	15.716.180,23	9,36%	14.287.395,87	8,62%	1.428.784,36
Juros e outros encargos	5.135,85	0,00%	4.109,32	0,00%	1.026,53
Juros e outros encargos	5.135,85	0,00%	4.109,32	0,00%	1.026,53
Transferências correntes	118.584,88	0,07%	118.084,88	0,07%	500,00
Entidades Privadas ou Públicas	104.555,00	0,06%	104.555,00	0,06%	0,00
Exterior	14.029,88	0,01%	13.529,88	0,01%	500,00
Subvenções	970.455,13	0,58%	970.455,13	0,59%	0,00
Subvenção aos Grupos Parl.	970.455,13	0,58%	970.455,13	0,59%	0,00
Outras despesas correntes	273.110,65	0,16%	271.406,65	0,16%	1.704,00
Dotação provisional	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Diversas	273.110,65	0,16%	271.406,65	0,16%	1.704,00
Capital	5.438.007,12	3,24%	4.876.561,79	2,94%	561.445,33
Aquisição de bens de capital	5.331.533,84	3,18%	4.801.639,36	2,90%	529.894,48
Investimentos	4.211.691,14	2,51%	3.746.081,42	2,26%	465.609,72
Bens do Dominio Público	1.119.842,70	0,67%	1.055.557,94	0,64%	64.284,76
Transferência de Capital	106.473,28	0,06%	74.922,43	0,05%	31.550,85
Soc. não Financeiras- CFBD ADN	3.590,00	0,00%	3.590,00	0,00%	0,00
Resto do Mundo	102.883,28	0,06%	71.332,43	0,04%	31.550,85
Outras despesas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Dotação provisional	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Total AR	72.055.790,86	42,91%	69.880.460,22	42,16%	2.175.330,64
Transf. Entidades Aut. e Subvenções	95.859.818,34	57,09%	95.859.818,34	57,84%	0,00
Transferências correntes	7.773.526,00	4,63%	7.773.526,00	4,69%	0,00
Administração Central	7.773.526,00		7.773.526,00	4,69%	0,00
Subsídios	61.595.003,73		61.595.003,73	37,16%	0,00
Instituições/ fins lucrativos	61.595.003,73		61.595.003,73	37,16%	0,00
Outras Despesas correntes	0,00		0,00	0,00%	0,00
Diversas	0,00		0,00	0,00%	0,00
Transferências de capital	411.160,00	0,24%	411.160,00	0,25%	0,00
Administração Central	411.160,00	0,24%	411.160,00	0,25%	0,00
Outras Despesas capital	20.244.709,75	12,06%	20.244.709,75	12,21%	0,00
Diversas	20.244.709,75	12,06%	20.244.709,75	12,21%	0,00
Outras Despesas capital	5.835.418,86	3,48%	5.835.418,86	3,52%	0,00
Diversas	5.835.418,86	3,48%	5.835.418,86	3,52%	0,00
Total Global	167.915.609,20	100,00%	165.740.278,56	100,00%	2.175.330,64

Decorre da avaliação anteriormente efectuada ao plano de investimentos a identificação dos projectos cujos encargos transitaram para a gerência de 2010.

O Quadro 27 evidencia ainda a estrutura da despesa assumida e paga, apresentando uma execução financeira global face aos encargos assumidos de 98,70%, indicador que em 2009 foi de 94,72% e em 2008 de 99,61%.

Considerando as despesas correntes verifica-se uma execução financeira face a encargos assumidos de 97,58%, sendo que em 2009 este indicador foi de 96,89%, salientando-se que esta natureza de despesas representa 39,67% do total da despesa assumida.

Relativamente às despesas de capital verifica-se uma execução financeira face a encargos assumidos de 89,68%, face aos 76,20% de 2009, tendo transitado para 2010 o valor de despesa autorizada e não paga €561.445,33, valor que reflecte não só os encargos transitados em aquisições de bens de capital (€529.894,48) mas também uma transferência de capital a efectuar no âmbito da cooperação (€31.550,85). Na estrutura da despesa total, as despesas de capital tem um peso de 3,24% no que se refere aos encargos assumidos.

No que respeita às transferências para as Entidades Autónomas e Subvenções, cujo peso na estrutura de encargos assumidos é de 57,09%, a execução financeira face aos encargos assumidos é de 100% em virtude da AR proceder à transferência da totalidade das importâncias que compromete.

A despesa assumida que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2010, deve-se, em parte, à inexistência do período complementar para o apuramento de contas, uma vez que a implementação do POC-AR implica o encerramento do ano económico a 31 de Dezembro, e à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projectos a que respeitam.

10.2 Das Receitas

Importa salientar que, na estrutura da receita, as receitas próprias da AR representam 1,2% das Receitas totais. Por outro lado, estas receitas registaram um decréscimo de 21,96%, cuja análise se efectuará de seguida, correspondendo a um grau de realização de 99,95% cfr. Quadro 29.

Quadro 28 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Unidade: Euro

natureza das Receitas cobradas	2009	2010	Var%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	44.905,27	41.857,55	-6,79%
Outros bens	47.439,37	47.120,79	-0,67%
Juros	359.765,85	299.800,38	-16,67%
Guias de reposição não abatidas	140.364,87	67.045,65	-52,23%
Vendas de senhas de refeição	263.627,90	307.965,21	16,82%
Rendas	48.395,37	50.150,18	3,63%
Venda de bens de investimento	135.375,00	6.865,51	-94,93%
Receitas diversas - AR	47.432,65	27.725,72	-41,55%
Receitas Cobradas	1.087.306,28	848.530,99	-21,96%
Transferências do OE (Corrente e Capital)	71.601.725,85	70.081.352,22	-2,12%
Total	72.689.032,13	70.929.883,21	-2,42%

A generalidade das receitas da AR apresenta variações negativas com excepção da receita proveniente da venda de senhas de refeição, que apresentou um acréscimo de 16,82%, sendo que este aumento é justificado pelo facto de, no ano 2009, ter existido um período de interrupção dos trabalhos parlamentares, decorrente das Eleições Legislativas, com correspondente diminuição de receita, e da receita proveniente do aluguer de espaço para colocação das antenas de telecomunicações que aumentou 3,63%.

O decréscimo de 16,67% dos juros bancários advém sobretudo do facto de, em 2010, as aplicações financeiras terem sido efectuadas apenas no Instituto de Gestão de Crédito Público (IGCP), dada a adesão aos princípios da “Unidade de Tesouraria”, do Estado. Importa salientar que, por esse facto, a AR tem-se deparado com dificuldades na reconciliação bancária, nomeadamente na identificação dos créditos que advêm das vendas por multibanco da Livraria. A forma de funcionamento do IGCP, diferente dos bancos comerciais, dificulta esta tarefa, a que acresce o facto de o IGCP utilizar um intermediário (o Banco BES) na gestão dos movimentos por TPA’s/multibanco, assim como nas transferências internacionais para fora da zona Euro.

O decréscimo de 52,23% no capítulo da receita “Reposições Não Abatidas nos Pagamentos” é essencialmente explicado pelo facto de no ano de 2009 ter existido um maior número de guias de reposição, e correspondente valor, dadas as alterações que decorreram das Eleições Legislativas, quer ao nível dos Deputados, quer ao nível dos funcionários dos Grupos Parlamentares.

O financiamento com origem no OE, que representa 98,8% do total do OAR2010, reflecte uma variação residual de 0,3% em relação a 2009, ano em que o financiamento do OE representou 98,5%. Se for para o efeito considerado o saldo de gerência da AR de 2009, integrado no

OAR2010 em sede de orçamento suplementar, o peso do financiamento do OE decresce para 72,1%.

As receitas orçamentadas e cobradas em 2010 constam do quadro abaixo.

Quadro 29 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2010

Unidade: Euro

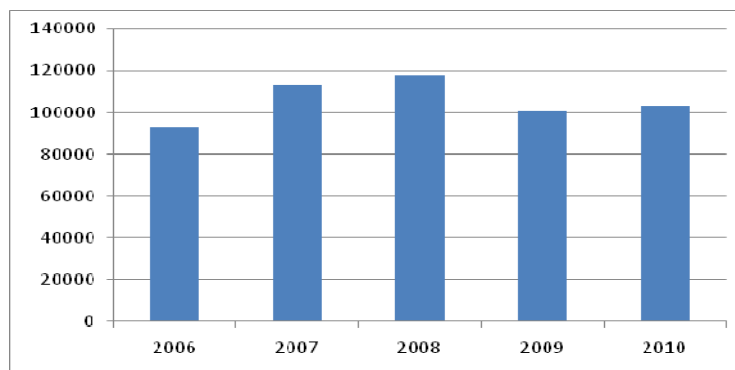
Natureza	Receita OAR2010		
	corrigida	cobrada	GR%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	40.100,00	41.857,55	104,38%
Outros bens	25.700,00	47.120,79	183,35%
Juros	390.000,00	299.800,38	76,87%
Guias de reposição não abatidas	70.000,00	67.045,65	95,78%
Vendas de senhas de refeição	260.000,00	307.965,21	118,45%
Rendas	48.400,00	50.150,18	103,62%
Venda de bens de Investimento	500,00	6.865,51	n. aplic.
Receitas diversas - AR	41.150,00	27.725,72	67,38%
Receitas Cobradas	875.850,00	848.530,99	96,88%
Transferências do OE (Corrente e Capital)	70.087.780,22	70.081.352,22	99,99%
Total	70.963.630,22	70.929.883,21	99,95%

Da análise do Quadro 29 constata-se que a receita própria cobrada pela Assembleia da República foi superior à orçamentada, no que respeita às vendas da livraria parlamentar (“publicações e artigos diversos” e “outros bens”), às vendas de refeição (em mais €47.965,21) e no aluguer do espaço para as antenas de telecomunicações (mais €1.750,18 em “rendas”) sendo que a receita cobrada em todos os restantes artigos de receita própria foi sempre inferior à receita orçamentada.

A evolução das vendas realizadas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no Gráfico 14, registando-se um decréscimo face a 2009 (as vendas em 2010 foram de €99 394,96, inferiores às de 2009 que foram de €100 923,58).

Gráfico 14 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR

Unidade: Euro

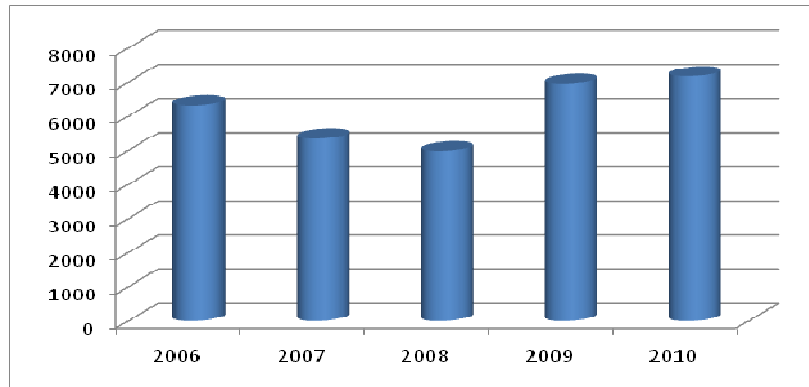


Em 2010, incluem-se vendas nas lojas das exposições sobre a República (€3842).

No que respeita à Feira do Livro as vendas realizadas (€ 7 169,17) foram, no entanto, superiores às do ano de 2009 (€ 6 953,49).

Gráfico 15 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA FEIRA DO LIVRO DE LISBOA

Unidade: Euro



11. Situação Patrimonial da AR a 31 de Dezembro de 2010

Importa referir que a 1 de Janeiro de 2010 foi implementado um sistema integrado de gestão (SIGAR) cujos objectivos principais são não só melhorar a informação disponível mas também garantir a integração da informação patrimonial, nomeadamente a que respeita ao imobilizado e stocks, neste último caso quer do armazém de consumíveis, quer da Livraria Parlamentar, necessária à elaboração das duas demonstrações financeiras, neste caso relativas ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010.

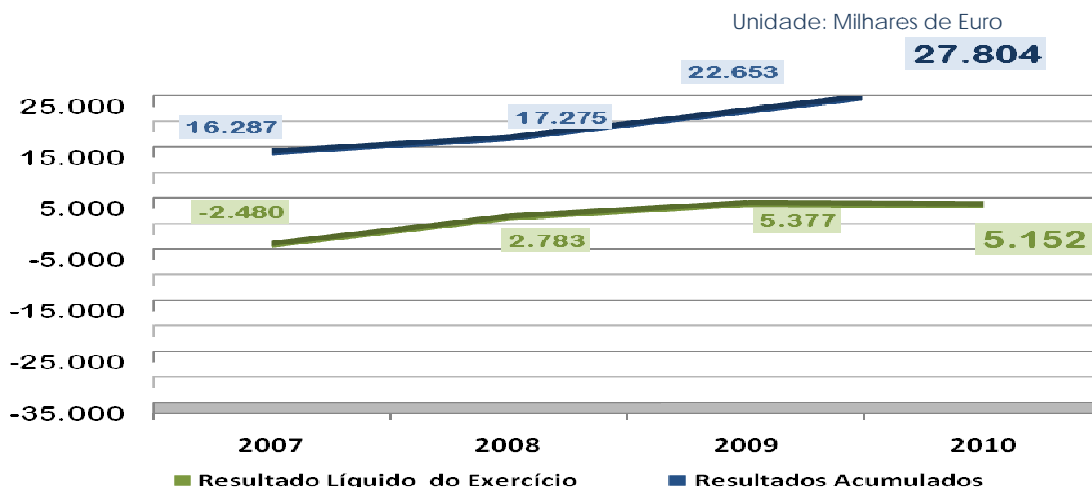
Salienta-se que o facto atrás mencionado é sempre gerador de um conjunto de mudanças e adaptações, acrescidas pelo facto da aplicação anteriormente utilizada (GESTOR), que vinha a ser utilizada há mais de dez anos, não sendo totalmente integrada com a área de stocks e imobilizado, não possuía uma verdadeira vertente patrimonial, razão pela qual houve necessidade de efectuar um conjunto de parametrizações que não permitiram, no ano de arranque da aplicação informática SIGAR, tirar pleno partido de toda a informação.

Tendo presente a implementação da contabilidade patrimonial na gestão corrente da Assembleia da República em 2006, salienta-se ainda o objectivo de aperfeiçoamento que tem vindo a ser posto em prática visando a transparência, conformidade legal e a regularidade financeira.

Na análise do Balanço e Demonstração de Resultados de 2010, importa referenciar a evolução do Resultado Líquido do Exercício e ainda alguns rácios que permitem avaliar e analisar a situação e estrutura financeira.

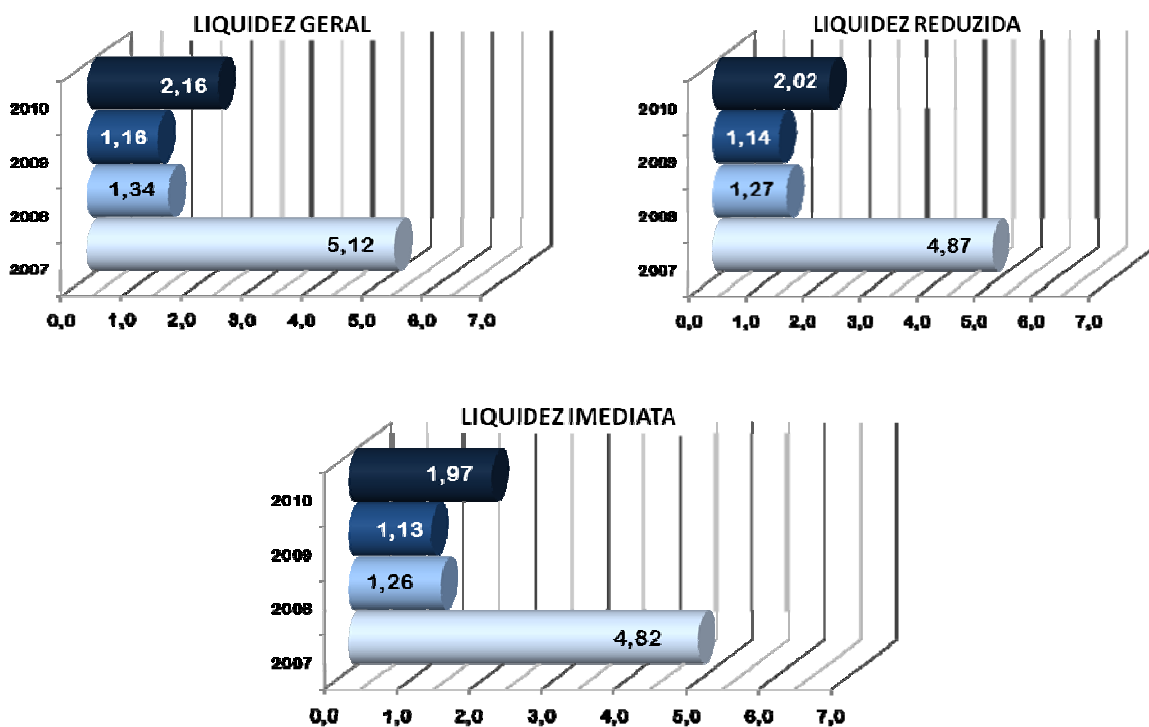
A evolução dos Resultados Líquidos apurados nos últimos quatro anos (cfr. gráfico 16) reflecte, em 2007, o efeito de valores, registados nesse ano como proveitos e custos operacionais no que respeita às subvenções estatais, cujo impacto patrimonial se deveria exclusivamente reflectir ao nível do Balanço, sem afectação directa da Demonstração de Resultados. Procedeu-se assim em conformidade e nos anos 2008 a 2010 as subvenções estatais para as campanhas eleitorais, bem como os respectivos saldos transitados, já não distorcem a realidade ao nível dos resultados financeiros.

Gráfico 16 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS



Ao longo do último triénio foram aperfeiçoados os registos de operações e o seu reflexo contabilístico que se traduziu num maior rigor da informação apresentada, apurando-se um Resultado Líquido de €5.151.696,92, representando um decréscimo de 4,2% face ao ano de 2009, em virtude das elevadas medidas de contenção que foram aplicadas com reduções significativas quer ao nível dos proveitos (diminuição das transferências do OE) quer ao nível dos custos (reduções remuneratórias dos cargos políticos e do Pessoal dos Gabinetes, contenção nas despesas com “fornecimento e serviços externos” e “mercadorias”).

À semelhança do evidenciado em 2009, a situação de liquidez financeira reflectida na situação patrimonial a 31/12/2010, apresenta valores elevados, traduzidos pelos rácios de Liquidez.



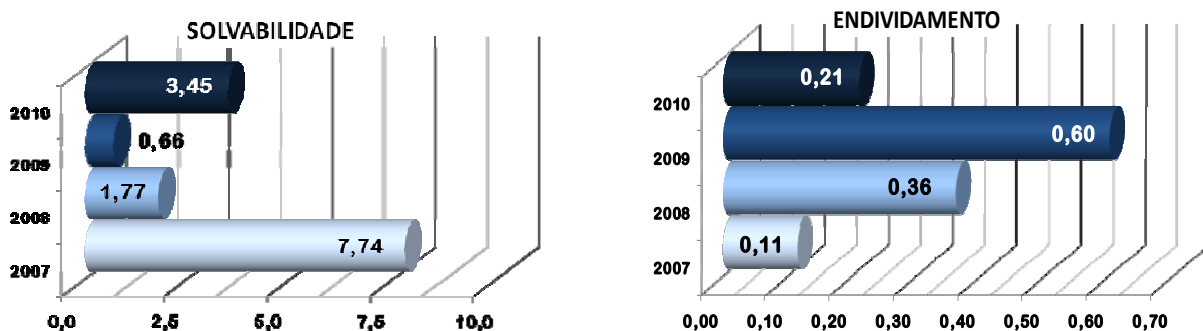
A diminuição do valor dos três rácios de liquidez nos anos de 2008 a 2010, face ao ano de 2007, resulta do aperfeiçoamento do registo de operações com o conseqüente reflexo ao nível das peças contabilísticas, conforme anteriormente referido.

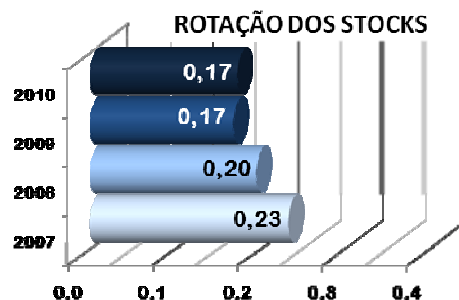
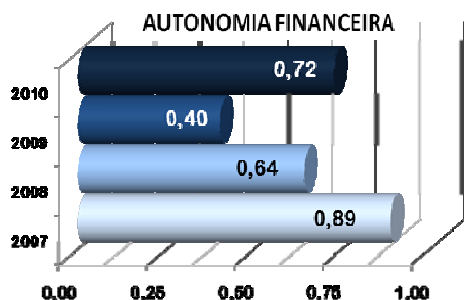
Quanto ao rácio de Liquidez Geral (Activo Circulante/Dividas a terceiros de curto prazo), apresenta um valor de 2,16, sendo que o intervalo de equilíbrio mínimo se situa entre 1,5 a 2. Tal situação resulta de terem sido definidas medidas de contenção com o objectivo de redução de custos e aumento da Liquidez e ainda do facto das "dividas a terceiros" (facturas que transitam de anos anteriores por pagar) terem diminuído significativamente. Tal facto resultou ainda da mudança da aplicação informática, em que houve necessidade de expurgar as facturas que traduziam valores efectivamente em dívida, uma vez que a anterior aplicação não limitava o registo das entradas de facturas aos processos de despesa activos. Procedeu-se assim a uma circularização a fornecedores de forma a apurar as facturas a transitar para a nova aplicação.

No que se refere ao rácio de Liquidez reduzida (Activo Circulante - Existências/Dividas a terceiros de curto prazo) o valor deverá situar-se entre 0,9 e 1,1, sendo que através do Balanço a 31 de Dezembro de 2010 este rácio apresenta um valor de 2,02, pelas razões já apontadas no parágrafo anterior.

A liquidez imediata (Disponibilidades/ Dividas a terceiros de curto prazo) deve ser superior a 0,9 (situando-se em termos médios entre 0,8 e 1,2) significando que a capacidade para a AR satisfazer as obrigações de curto prazo para com terceiros assenta em verbas em depósito, verificando-se que a Assembleia da República apresenta um rácio de 1,97.

Os rácios de liquidez que demonstram o nível de equilíbrio financeiro encontram-se, assim, acima dos valores de referência, evidenciando que a Assembleia da República, enquanto órgão de Soberania desempenha actividades com carácter de prestação de serviço público, sendo financiada maioritariamente por verbas provenientes de transferências do OE.





No tocante ao indicador de Solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo) o respectivo valor é de 3,45, valor que em termos académicos deve ser superior a 1. Este facto resulta de estarem incluídas no Passivo verbas de subvenções estatais, neste caso concreto inerentes à redistribuição de excedentes no âmbito das Eleições Autárquicas de 2009, que contribuem para adulterar o real valor deste indicador. A Solvabilidade enquanto indicador destina-se a medir a capacidade de a entidade desenvolver a respectiva actividade a médio prazo, não sendo por isso de relevar o valor do indicador apresentado atento o mecanismo legal que está subjacente ao financiamento deste Órgão de Soberania.

O indicador de Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Activo Líquido) em 2010 foi de 0,72, superando o exigido dado que o indicador deverá ser igual ou superior a 0,33.

Importa salientar, que o indicador da dependência financeira, aqui denominado por Endividamento (Passivo/Activo Líquido) apresenta em 2010 o valor de 0,21, sendo que a soma do valor do indicador de Autonomia Financeira com o valor do indicador de Endividamento deverá ser igual a 1. Em 2010 esta soma é de 0,93, diferença que não deve ser considerada por força das características do financiamento da actividade da Assembleia da República.

A racionalização do consumo e o controlo da gestão de aprovisionamento é evidenciada através do valor praticamente constante, apresentada ao longo do último quadriénio, do indicador de Rotação de Stocks (Vendas e Prestações de Serviços / Existências).

Assim, a análise da evolução apresentada pelos indicadores supramencionados, no período de 2007 a 2010, reflecte o progresso decorrente de um permanente aperfeiçoamento dos registos das operações contabilísticas, que será melhor observado com o aproveitamento em pleno da informação veiculada pelo SIGAR – Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República.

Nota Final

De acordo com os artigos 4º e 59º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), o Relatório e Conta são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República, após apresentação à Assembleia da República do respectivo parecer do Tribunal de Contas.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, relativa à Organização e Processo do Tribunal de Contas, republicada pela Lei nº 48/2006, de 29 de Agosto, a Assembleia da República procede à remessa da sua Conta de Gerência ao Tribunal de Contas até 30 de Abril do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.



Serviços da Assembleia da República

Secretária-Geral
Maria Adelina de Sá Carvalho

Adjunta da Secretária Geral
Maria do Rosário Rodrigues de Andrade de Paiva Boléo

Adjunta da Secretária Geral
Ana Maria Viegas Serpa Farrajota Leal

Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo

Divisão de Apoio ao Plenário
Isabel Maria Graça Pereira

Divisão de Apoio às Comissões
Maria de Fátima Carvalho da Costa Figueira Abrantes Mendes

Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual
José Nogueira Diogo

Direcção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão
Rui José Pereira Costa

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
Fernando Carlos Marques Pereira

Divisão de Edições
Maria Teresa Silvério da Fonseca

Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
Victor Manuel Pires da Silva

Biblioteca
Rosa Maria Barreto Pereira da Silva

Arquivo Histórico-Parlamentar
Maria Manuela Castelo Branco Neves Ferrão Sousa Magalhães

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo

Divisão de Recursos Humanos e Administração
Vitor Manuel Leal Madeira

Divisão de Gestão Financeira
Susana de Oliveira Torres Martins



Divisão de Aprovisionamento e Património
Fernando Paulo da Silva Gonçalves

Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
José Manuel Araújo

Divisão de Relações Internacionais
Cristina Isabel Gonçalves Ferreira

Divisão de Protocolo
Ana Isabel de Sá Linhares de Andrade Pais Moreira

Centro de Informática
Maria Antonieta Antunes Teixeira

Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
João José da Costa Santos Gil

Serviço de Segurança
Tenente-Coronel José Manuel Lucas Pimenta